

Relatório Anual 2006

BANCA DE INVESTIMENTO DE PARTICULARES

A Banca de Investimento de Particulares, ou divisão de retalho, do Banco BiG, oferece serviços bancários e soluções de investimento a um conjunto alargado de clientes, desde o investimento self-directed a aconselhamento para clientes de gestão de activos e gestão discricionária. Trabalhamos com clientes através da plataforma www.BiGonline.pt, que está totalmente integrada com as equipas de vendas em Lisboa (duas localizações), Porto, Braga e espaços adicionais em zonas comerciais de alto tráfego em Portugal.

Pontos-chave:

- Focalização na acumulação de activos e disponibilização de ferramentas de trading com aconselhamento, para investidores activos e passivos;
- Esforços de formação do público alvo e rede de agências para servir um mercado cada vez mais alargado e que caracterizamos como informado e exigente;
- Mais de 40.000 clientes e utilizadores registados;
- Quota de mercado via Internet: 17% em ordens executadas; 17% em volume de acções e warrants; 57% em volume de futuros.

(€ / 000)	2006	2005	Var.06/05
Receitas operacionais	7.845	4.969	+ 58%
Receitas operacionais / Total	34%	29%	
Estrutura alocada	54%	54%	

BANCA DE INVESTIMENTO INSTITUCIONAL

No segmento de Banca de Investimento Institucional, trabalhamos para empresas, investidores institucionais, outros Bancos e entidades públicas. Equipas de especialistas do Banco desenham, oferecem e gerem instrumentos feitos à medida e serviços relacionados com aconselhamento.

Pontos chave:

- Gestão de risco, trading de Clientes em mercados organizados, estruturação de perfis de poupança e investimento, market making, corporate finance, aconselhamento sobre fusões e aquisições, reestruturação financeira e dívida, e equity finance;
- Desenvolvimento de parcerias cobrindo ligações com os principais bancos internacionais e corretores: acções, warrants autónomos, futuros, plataformas de mercado monetário;
- Gestão de livro de opções próprio;
- Corporate Advisory e Private Equity.

(€ / 000)	2006	2005	Var.06/05
Receitas operacionais	6.726	4.794	+ 40%
Receitas operacionais / Total	30%	28%	
Estrutura alocada	29%	29%	

TRADING E MERCADOS

A área de Trading e Mercados gere a exposição do Banco a riscos de taxas de juro, mercados monetários, e valores mobiliários admitidos à negociação. Na relação com clientes e na gestão do capital do Banco, este negócio gera receitas de trading de instrumentos de renda fixa, valores mobiliários, mercado monetário e cambial, derivados, e matérias-primas.

Pontos chave:

- Gestão de carteiras e actividade de trading própria, envolvendo principalmente os mercados norte-americano e europeu;
- Venda a médias e grandes empresas de produtos de gestão de risco de mercado;
- Líder na oferta a clientes institucionais de produtos estruturados sobre activos subjacentes portugueses;
- Aconselhamento de investimento em estratégias de retorno absoluto;
- Actividade de Market making envolvendo acções portuguesas.

(€ / 000)	2006	2005	Var.06/05
Receitas operacionais	7.588	7.205	+ 5%
Receitas operacionais / Total	34%	42%	
Estrutura alocada	17%	17%	

Relatório do Conselho de Administração

Tabela #1

Síntese de Indicadores Financeiros	2006 (NIC*)	2005 (NIC p.f.)
Proveitos operacionais por classe		
Margem Financeira	1.565.216	598.879
Comissões Líquidas	8.175.796	6.297.686
Resultados de Operações Financeiras	14.193.647	8.530.837
Produto Bancário	23.934.660	15.427.402
Custos com Pessoal	-9.487.548	-7.515.932
Outros Gastos Administrativos	-4.036.334	-3.753.737
Custos de Funcionamento	-13.535.882	-11.269.669
Cash Flow Operacional	10.410.778	4.157.733
Amortizações	-917.698	-803.936
Provisões	-75.945	0
Imparidades	-14.633	41.935
Outros resultados de exploração	-320.296	-12.447
Resultados Antes de Impostos	9.082.206	3.383.285
Impostos Correntes	-2.087.438	-121.070
Impostos Diferidos	286.568	281.521
Resultado Líquido	7.281.336	3.543.736
€		
Activos e Fundos Próprios		
Total de Activos Líquidos	409.820.457	299.026.402
Capitais Próprios	95.349.566	90.814.821
Activos sob Supervisão (*)	747.694.061	455.232.632
(*) Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes		
€		
Rendibilidade		
Return on Average Assets (ROA)	2,05%	1,30%
Return on Average Equity (ROE)	7,82%	3,98%
RAI / Activo Líquido Médio		
	2,56%	1,24%
RAI / Capitais Próprios Médios		
	9,76%	3,80%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio		
	6,66%	5,65%
Solvência		
Capitais Próprios / Activos Totais	23,27%	30,37%
Rácio de Solvabilidade	37,80%	38,10%
Eficiência		
Margem Financeira / Activo Remunerado	0,46%	0,24%
Custos Transformação / Produto Bancário	61,16%	78,32%

*NIC = Normas Internacionais de Contabilidade; p.f. = pró-forma

Introdução

Negócio do Banco

O Banco de Investimento Global, SA (Banco BiG ou Banco) é uma instituição financeira privada, com sede em Lisboa, autorizada a operar em todas as áreas de negócio do sector bancário. O Banco presta serviços bancários globais de poupança, investimento, aconselhamento financeiro baseado em comissões, custódia de valores mobiliários e serviços de execução numa lógica de *trading*, a uma base de clientes individuais, institucionais e empresariais. Neste âmbito, criamos soluções financeiras, aconselhamos estratégias de investimento, disponibilizamos instrumentos de *trading*, facilitamos o acesso aos mercados globais, gerimos activos, e desenvolvemos acções de angariação de capital para segmentos de clientes pré-definidos. Os serviços que o BiG presta e os produtos bancários que disponibiliza, conjugam-se numa oferta global destinada a melhor satisfazer as necessidades dos clientes do Banco.

Do conjunto da oferta global do Banco, destacam-se como principais produtos e serviços o *trading* em mercados, a gestão do risco de mercado, a corretagem, a assessoria a empresas, a gestão de activos, e o aconselhamento a investidores privados, que se conjugam com os serviços bancários genéricos e as soluções de financiamento que oferecemos.

O BiG é um Banco de Investimento fortemente capitalizado e independente, que opera segundo as regras dos mercados regulamentados. Mobilizamos o capital e conhecimento do Banco na prossecução dos objectivos dos nossos clientes e accionistas. Para tal o Banco organiza internamente a sua actividade em três segmentos de negócio:

Banca de Investimento de Particulares

Desde o início da nossa actividade, vimos desenvolvendo uma plataforma bancária e de negociação integrada, com múltiplos canais de contacto e distribuição, com o objectivo de redefinir e melhorar a satisfação das necessidades dos diversos grupos de clientes no nosso mercado alvo. O BiG apoia os clientes na execução de operações bancárias, na gestão de poupanças e nas decisões de investimento em diversos mercados, de forma esclarecida e segura. O Banco disponibiliza serviços e soluções dirigidas a clientes *self-directed*, a clientes que procuram aconselhamento e a clientes de gestão discricionária que preferem serviços personalizados e de preservação de capital.

Focalização

- _ Investimento activo
 - _ Investimento com aconselhamento
 - _ Poupança e gestão de activos
 - _ Serviços bancários
-

Banca de Investimento Institucional

Neste segmento de negócio o BiG dirige-se fundamentalmente a investidores institucionais e a grandes e médias empresas, desenhando soluções financeiras específicas, executando transacções e colocando a experiência e conhecimento do Banco ao serviço da melhoria constante dos negócios dos Clientes. O âmbito alargado de serviços disponibilizado neste segmento de negócio inclui *trading* em mercados regulados, estruturação de produtos *over the counter*, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado e resolução de questões relacionadas com a estratégia financeira e estrutura de capital das organizações.

Focalização

- _ Investimentos estruturados
 - _ Gestão de risco
 - _ Assessoria a empresas
 - _ Private Equity
-

Trading e Mercados

Este segmento de negócio tem um papel central na nossa cultura centrada na compreensão e controlo dos riscos associados à gestão e rentabilização de activos financeiros. O conhecimento, *expertise* e informação sobre mercados é facultado a toda a organização, assumindo a área de *Trading* e Mercados a responsabilidade pela componente de cobertura de risco nas soluções que oferecemos aos nossos clientes, no desenho de produtos, e na gestão de posições de tesouraria e risco do Banco.

Focalização

- _ Mandatos de consultoria de investimento
- _ Aconselhamento de investimento e estrutura de capital
- _ Gestão da carteira própria do Banco.

Transversalmente a todos os segmentos de negócio, que no seu conjunto oferecem um leque alargado de serviços financeiros e acesso aos mercados financeiros mundiais, existe uma cultura que privilegia a transparência e o profissionalismo com o objectivo de criar relações comerciais de longo prazo com os nossos clientes.

Neste quadro, o modelo de negócio do Banco BiG consiste em prestar serviços financeiros eficientes e competitivos aos nossos clientes e na criação de valor a longo prazo para os nossos accionistas.

Ao satisfazer as necessidades de investimento dos nossos clientes, e ao processar as suas transacções, concentramo-nos em construir plataformas escaláveis, concebidas para garantir níveis de execução seguros. Esta estratégia otimiza os níveis globais de eficiência do Banco e apoia a gestão de riscos, na medida em que garante níveis de controlo adequados sobre os nossos procedimentos operacionais. O nosso modelo de negócios é flexível e regularmente sujeito a reflexão e revisão, em função da análise de valores e do desempenho quantitativo dos nossos negócios, procurando permanentemente atingir níveis de crescimento sustentado, equilibrando o investimento a médio prazo com o retorno esperado no curto prazo.

Ao adquirir escala, procuramos oferecer as melhores soluções disponíveis aos nossos clientes, o que pressupõe uma combinação de produtos desenvolvidos internamente com a gestão de parcerias com entidades externas que, geralmente, envolvem fornecedores de serviços financeiros e soluções tecnológicas específicas, bem como o estabelecimento de ligações em tempo real a diversos mercados regulamentados e outros fornecedores. Neste quadro, o foco do Banco na consistente melhoria da satisfação do cliente e níveis de eficiência internos, tem levado à promoção continuada de produtos de entidades terceiras a par de soluções desenvolvidas internamente.

Resumo dos resultados

As contas do Banco relativas ao exercício de 2006 são apresentadas pela primeira vez de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). As referências e comparações feitas no presente relatório com as contas oficiais de 2005, referem-se, excepto se indicado em contrário, às contas pró-forma de 2005 adaptadas, para efeitos de comparação, às NIC a partir do Plano de Contas do Sistema Bancário Português (PCSB). Uma vez que as contas oficiais de 2005 foram elaboradas de acordo com o PCSB, as mesmas incluem-se na secção seguinte com fins meramente indicativos. Informação adicional relativa à reconciliação das contas tal como reportadas em 2005 de acordo com o Plano Oficial de Contas Português e a conversão para apresentação pró forma NIC pode ser encontrada nas notas às demonstrações financeiras.

Em 2006 todas as principais áreas de produto e de clientes do Banco registaram um crescimento saudável, o que é uma confirmação de que o nosso modelo de negócio diferenciado se encontra efectivamente na direcção certa. Numa base comparável, as receitas líquidas operacionais do Banco aumentaram 53% para € 23,6 milhões em 2006, e o resultado líquido cresceu 105% para € 7,3 milhões. Face às contas elaboradas de acordo com o PCSB, que não são comparáveis uma vez que a alienação de acções próprias é tratada contabilisticamente de forma diferente, o resultado líquido do Banco cresceu 46% em 2006.

T.2

Síntese de Resultados

	2006 (NIC)	2005 (NIC pró- -forma)	%	2005 (PCSB)
Receitas líquidas totais	23.614	15.415	53%	18.464
Custos operacionais	-14.532	-12.032	21%	-12.592
Impostos	-1.801	160	-1222%	-858
Resultado líquido	7.281	3.544	105%	5.014
Capitais próprios	95.350	90.815	5%	85.694
Activo líquido	409.820	299.026	37%	297.339
Empréstimos	74.818	47.662	57%	49.310
Depósitos	223.864	111.644	101%	114.656
Rácio de solvabilidade ajustado	37,80%	38,10%		38.10%

€/000

T.3

Proveitos Operacionais por Classe	2006	2005	Var (%)
Margem Financeira	1.565	599	161%
Comissões Líquidas	8.176	6.298	30%
Resultados de Operações Financeiras (1)	14.194	8.531	66%

1) Inclui todas as actividades com clientes

€/000

T.4

Proveitos Operacionais por Área de Negócio	2006	2005	Var (%)
Clientes Particulares	7.845	4.969	58%
Clientes Institucionais e Empresas	6.726	4.794	40%
Trading e Mercados (2)	7.588	7.205	5%

2) Exclui margem financeira de *Trading*; Líquido de operações com clientes

€/000

Durante o ano, o negócio de *Trading* e Mercados do Banco registou retornos elevados em termos absolutos, enquanto as áreas de Clientes Particulares e Institucionais registaram um crescimento das receitas líquidas de 58% e 40%, respectivamente. As receitas totais relacionadas com *Trading* e Mercados, cuja base inclui transacções de Clientes na classificação anteriormente apresentada, aumentaram 80% para € 14,2 milhões. As comissões líquidas, incluindo receitas de corretagem de clientes, gestão de activos, e serviços de aconselhamento, cresceram 30% para € 8,2 milhões. Os proveitos de margem financeira duplicaram para aproximadamente € 1,6 milhões, apesar de representarem apenas 7% dos proveitos operacionais totais, dada a ênfase do Banco nos serviços face à actividade de crédito. O impacto nas contas de 2006 das rubricas extraordinárias e dos movimentos nas provisões foi muito reduzido.

Os resultados brutos de *trading* reflectiram o forte crescimento das áreas de clientes particulares e institucionais, proveitos significativamente superiores da negociação de activos de rendimento fixo, de bons resultados de *equity trading* num ambiente relativamente favorável e contribuições modestas da negociação de instrumentos cambiais e derivados. As comissões de corretagem líquidas de custos de execução aumentaram 33% para € 3,5 milhões e as comissões relacionadas com a gestão de activos de clientes, maioritariamente particulares, cresceram 25%, para cerca de € 2,0 milhões. Os activos sob gestão cresceram 78% em 2006. Os activos sob supervisão, que incluem depósitos de clientes, activos sob gestão e custódia, somavam € 748 milhões no final do ano, o que representa um crescimento de 64% face ao ano anterior, tendo beneficiado da nossa política de vendas integrada nos diversos canais de distribuição a clientes particulares. As receitas de assessoria a empresas e proveitos relacionados permaneceram inalterados nos € 2,5 milhões, reflectindo um *deal flow* modesto em 2006 num negócio que o Banco desenvolve essencialmente no mercado doméstico.

Os resultados operacionais resultam de condições de mercado genericamente mais favoráveis numa conjuntura global de taxas de juro relativamente positiva. O mercado accionista em Portugal registou um crescimento sólido, sobretudo alimentado por rumores de *take-overs* e operações de concentração / aquisição ainda em curso no final do ano e não tanto por uma melhoria nos fundamentos da economia Portuguesa. Neste ambiente de mercado, a nossa área de clientes particulares foi beneficiada por volumes de negociação em bolsa superiores, uma política de diferenciação clara face à concorrência relativamente à gama de produtos e âmbito de serviços, a par de uma expansão e maior integração dos canais de distribuição.

As condições de mercado, genericamente promissoras, encorajaram-nos a investir em tecnologia, expandir as nossas linhas de produto, acelerar o nosso processo de expansão física e contratar novos colaboradores, essencialmente para funções de natureza comercial. Estas alterações reflectiram-se num aumento dos custos com pessoal, que cresceram 26% em termos absolutos, e num incremento de 20% dos custos totais em 2006.

Factores que afectam o nosso negócio

Em geral, o Banco obtém principalmente receitas de banca de investimento, que podem ser afectadas pelas condições dos mercados financeiros e pelas condições económicas globais. A composição das receitas do Banco pode variar ao longo do tempo na medida em que o Banco mobilize capital para investimento em novos negócios que gerem resultados recorrentes e/ou tome posições em face da sua visão da evolução dos mercados de capitais. Tipicamente, os resultados dos investimentos na nossa plataforma de retalho são realizados considerando um período mais longo do que o associado com os resultados dos investimentos na Banca Institucional ou na actividade de *Trading*. Focamos a nossa actividade em linhas de produto específicas para clientes dos segmentos de retalho e institucional, que estão correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e com a nossa capacidade de antecipar e reagir a movimentos e oportunidades. Um factor chave na forma como investimos no nosso negócio ou nos mercados é o nosso foco nos resultados para os riscos assumidos e o horizonte temporal esperado para a realização dos objectivos.

Capitais Próprios

Em 31 de Dezembro de 2006, o Capital Social do Banco mantinha-se inalterado face ao período anterior, sendo representado por 75.082.920 acções com o valor nominal de € 1 por acção, num total de € 75.082.920. Os Capitais Próprios em 31 de Dezembro eram € 95,3 milhões, contra € 90,8 milhões em 2005 numa base comparável.

Na mesma data, o rácio consolidado de capital ajustado ao risco era de 37,8%, contra 38,1% no final de 2005. Este elevado nível de adequação de capital reflecte, entre outros factores: o nosso perfil de risco, a natureza do nosso negócio, uma estratégia deliberada de manutenção de níveis de adequação de capital e de liquidez acima da média e a existência limitada de oportunidades de crescimento em áreas na quais entendemos que a tomada de riscos tem que ser adequadamente compensada. Face ao desenvolvimento da actividade comercial e perante a contínua expansão e crescente maturidade do Banco, acreditamos que a nossa estratégia de crescimento de retalho aliada à expansão dos negócios de *wholesale* e *trading*, poderão suportar uma utilização mais intensa de capital no futuro.

Durante o ano 2006, o Banco não adquiriu nem vendeu montantes significativos de acções próprias.

O perfil de *funding* do Banco é conservador e tende a favorecer a liquidez. A maior parte do crédito a clientes é concedido a curto prazo e está coberto por depósitos e/ou valores mobiliários negociáveis, cujo valor tende a exceder os montantes detidos por margens confortáveis (ver secção *Risco de Crédito*). No final do ano 2006, cerca de 99% dos créditos concedidos estavam integralmente garantidos desta forma. O Banco duplicou a base de depósitos face ao ano anterior e mantém uma carteira substancial de activos negociáveis e valores mobiliários disponíveis para venda. Estes factores traduzem-se num perfil de liquidez invulgarmente forte, concebido para responder a qualquer necessidade inesperada de liquidez que resulte de circunstâncias resultantes de eventos sensíveis relacionados com os mercados.

Base accionista

O Banco registava cerca de 120 accionistas no final de 2006. Nessa data, 65% do capital era detido por pessoas singulares, incluindo as posições individuais da gestão, enquanto 35% do capital era detido por um conjunto de instituições e fundações. O maior accionista detinha uma posição de 14,4%.

Do conjunto dos accionistas em 31 de Dezembro, os 6 maiores accionistas do Banco, em conjunto, agrupavam 52% do capital, enquanto os 10 maiores accionistas, cada um detendo mais de 2% do capital, detinham em conjunto 64% do capital. A equipa de gestão, juntamente com outros membros dos órgãos da Sociedade, detinha uma participação global de 23%. Estes agrupamentos são meramente indicativos, uma vez que não existem acordos parassociais que gerem obrigações de agregação entre os accionistas. Nos termos da legislação Portuguesa, a lista dos principais accionistas do Banco no final do ano 2006 pode ser encontrada na nota 29 às demonstrações financeiras.

Gestão de risco

O nosso negócio é assumir e gerir risco. O Banco mantém uma visão global e conservadora da gestão de risco por toda a organização e procuramos a todo o tempo garantir que os nossos processos se encontrem bem desenhados, disciplinados, independentes, objectivos e quantitativos. Os nossos processos de gestão de riscos associados aos mercados globais, concessão de crédito, tecnologia, processamento e riscos gerais de negócio requerem um sistema global de políticas e mecanismos de controlo que assegurem a integridade do modelo de negócios do Banco e promovam a estabilidade e rentabilidade do negócio.

Neste quadro, o objectivo do Banco é gerar receitas ao mesmo tempo em que operamos de acordo com orientações razoáveis e prudentes, revistas regularmente e comunicadas a toda a organização. Estas orientações incluem, designadamente, a nossa capacidade de monitorar as operações de forma apropriada, o conhecimento dos nossos clientes, a compreensão dos mercados, e a nossa apetência ao risco em cada momento face às condições de mercado. Outro factor chave consiste na confiança na nossa equipa e na fiabilidade dos sistemas do Banco no processamento de operações em contínuo, relativamente isenta de erros. O processo de gestão de risco passa pela identificação, quantificação e controlo do risco e eventual reporte interno e externo aos níveis apropriados.

O ano de 2005 marcou um ponto de viragem para as nossas linhas de negócio e processos de gestão de risco relacionados, e os resultados de 2006 mostram essa tendência. Os volumes de mercado continuaram o seu crescimento a uma taxa saudável, e o Banco manteve, ou aumentou, a sua quota de mercado em áreas chave, tendo alcançado este crescimento sem sacrificar os resultados. A nossa capacidade de processar transacções e controlar riscos acompanhou o crescimento dos volumes, como resultado da nossa política de concepção de produtos escaláveis e com a máxima eficiência. O modelo de agência de retalho do Banco, introduzido em 2006 e que será multiplicado durante 2007 e 2008 é um exemplo desta política. Com vista a maximizar as vendas com contacto pessoal, minimizar os riscos do processamento remoto e das transacções de caixa em dinheiro, numa agência do Banco BiG trabalham unicamente profissionais comerciais treinados, sem pessoal administrativo, sendo as transacções bancárias normais geridas pela plataforma *Internet* do Banco ou através das ATM, que asseguram o seu processamento seguro.

As medidas chave de risco de mercado implementadas na globalidade do Banco incluem testes de esforço (*stress tests*) diários de todas as principais classes de activos e derivados, monitorização em tempo real do *value at risk* (*VaR*) e dos *earnings at risk* durante o dia, bem como a utilização de vários limites não estatísticos para o risco de mercado. Estes limites estão por sua vez interligados com medidas básicas relacionadas com o crédito e os procedimentos operacionais para assegurar a existência de mecanismos de controle sobrepostos incidindo sobre todas as exposições significativas.

A propensão do Banco ao risco nas relações com clientes, reflectida no rácio *VaR* médio diário / fundos de capital médio diário, de 0,85%, é moderada e encontra-se em linha com os anos anteriores.

Intensificámos a utilização do balanço para actividades de crédito, conforme é evidenciado pelo crescimento de 57% na carteira de crédito. Contudo, considerando a ênfase em banca de investimentos, mesmo ao nível do retalho, num ambiente de mercado pautado por campanhas de crédito agressivas oferecidas pelos concorrentes em todos os segmentos, estimamos que a função de concessão de crédito venha a crescer a um ritmo mais lento do que o nosso negócio de aconselhamento e execução. As melhorias aos procedimentos e controlos introduzidos na conta margem em 2005, e continuadas em 2006, envolvem a ponderação de risco dos activos subjacentes que compõem a garantia combinados com controlos automáticos sobre *margin calls* e execução, preparada para operar inclusive em situações de pressão ou volumes elevados.

Os volumes processados pelo Banco cresceram significativamente, por um lado face às condições favoráveis do mercado, e por outro como resultado dos níveis mais elevados de negócio gerado por uma força de vendas maior e em crescimento. A frequência e a severidade das perdas associadas a riscos operacionais e erros foram baixas, também devido a um modelo de negócio com enfoque na concepção de produtos escaláveis e na automatização do processamento. As acções destinadas a melhorar a infra-estrutura tecnológica do Banco continuaram a ser uma prioridade e fazem parte integrante da avaliação contínua dos riscos operacionais associados com o nosso negócio diário.

As nossas práticas de negócio

As questões de governo são um processo em evolução, que em Portugal é frequentemente dominado por discussões relativas a *golden shares*, limitações aos direitos de voto dos accionistas por via da blindagem dos estatutos, e acordos de ocasião entre accionistas. No Banco BiG acreditamos firmemente que um bom modelo de governo começa com uma estrutura organizacional simples e transparente, com linhas de responsabilidade claramente definidas para os órgãos da sociedade, para a gestão e para os colaboradores. O Banco é detido por um grupo diverso de accionistas privados e institucionais, entre os quais se encontram os membros do grupo de gestão executiva. Não existem acordos parasociais entre accionistas, não colocamos particular ênfase em negócios por via de veículos ou entidades *off-shore* opacas, nem favorecemos modelos organizacionais ineficientes e complexos. Desde a criação do Banco que procuramos alinhar os interesses dos accionistas e da gestão, e ao mesmo tempo garantir uma separação entre quem é accionista e quem aceita a responsabilidade diária da gestão.

Acreditamos que o melhor modelo de governo para qualquer organização começa com a sua cultura e a integridade dos seus membros. A natureza e extensão da informação que disponibilizamos, evidenciada por este relatório de debate sobre a gestão, também reflecte um aspecto fundamental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas nossas relações com accionistas, clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar de forma deliberadamente detalhada, não só qual é o nosso modelo de negócio, como também o seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco sublinha a importância diária da governação na responsabilização e prestação de contas de cada indivíduo. Trata-se de um conceito que começa no Conselho de Administração e comités de supervisão interna e estende-se a toda a organização.

Num ambiente de crescente regulação e reporte, as responsabilidades dos indivíduos e da gestão incluem a compreensão do código ético da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas destinadas a identificar e gerir riscos e funções de supervisão independentes que garantem a aderência a normas internas e externas.

Tal como nos anos anteriores, mantemos o foco na garantia de controlos operacionais eficazes, apoiamos a emanação de normas que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos o escrutínio do nosso modelo de negócio. Tomamos parte activa na cooperação com os reguladores e mantemos os mais elevados padrões nas nossas práticas de negócio.

Compliance

O negócio bancário é cada vez mais global e implica a existência de uma concorrência crescente nos mercados financeiros entre operadores domésticos e globais. Como tal, as questões de *compliance* são abrangentes a toda a indústria e não são sujeitas a interpretação de país para país, sendo por este motivo uma preocupação de primeira linha da Administração. No Banco BiG, acreditamos que o *compliance* começa com uma cultura que encoraje comportamentos adequados, respeito pelas normas e preocupação com a protecção do interesse dos clientes. O negócio bancário baseia-se na confiança e, por este motivo, esperamos que os colaboradores do Banco exibam o mais elevado nível de integridade. Com formação regular e ênfase na criação de uma cultura que identifica diferentes níveis de risco em todo o Banco, procuramos transformar o *compliance* em mais do que uma função destinada a monitorizar e controlar o respeito pelas orientações normativas: procuramos transformar o *compliance* numa vantagem competitiva na relação com os nossos clientes.

Perspectivas de negócio para 2007

Em termos macro-económicos, os sinais sugerem um enquadramento de liquidez global elevada, inflação global moderada, e indicações de possíveis crescimentos graduais das taxas de juro de curto prazo nos E.U.A., na Europa e no Japão durante o ano.

Embora os resultados dos vários segmentos de negócio do Banco possam variar dependendo da forma como for dada resposta às tendências macro-económicas e eventos domésticos, o desempenho do Banco em geral, e do nosso negócio de *trading* em particular, está muito relacionado com o crescimento económico e a confiança do mercado. Os nossos negócios institucionais e de banca de retalho, por outro lado, estão mais correlacionados com a evolução da economia portuguesa e com outros factores.

Estamos moderadamente optimistas quanto ao crescimento global, que estimamos continuará a crescer a um ritmo moderado, apesar de uma inesperada desaceleração no desenvolvimento económico norte-americano. Em Portugal, cujo desenvolvimento continua a ficar atrás dos seus parceiros da Zona Euro, vemos alguns sinais de que as mudanças estruturais necessárias para fomentar o crescimento da economia que ainda se encontra dominada pelo Estado estão a ser planeadas ou são entendidas como necessárias, o que poderá afectar a nossa avaliação.

Simultaneamente, estamos confiantes de que construímos um modelo de negócio forte e escalável, baseado numa oferta única de produtos, segmentos alvo, canais de distribuição, e processamento eficiente. Estamos optimistas quanto à forma como desenvolvemos o nosso negócio em 2006, e planeamos investimentos significativos em pessoas, expansão física e sistemas, para alcançar os objectivos definidos para 2007.

O foco da Administração em 2007 incidirá essencialmente sobre investimentos destinados a expandir a nossa abordagem a clientes através de agências e pontos de venda, melhoramentos nos sistemas e estrutura informática, crescimento do número de colaboradores na área comercial e respectiva formação, continuação do projecto de implementação do Novo Acordo de Capital de Basileia II e o necessário enquadramento dos serviços prestados à nova directiva dos mercados e instrumentos financeiros (DMIF ou MIFID)

Eventos desde o final de 2006

Em Janeiro de 2007 o Banco recebeu da Câmara Municipal de Lisboa aprovação para iniciar a construção da nova sede na Av. 24 de Julho em Lisboa. Esperamos que os trabalhos comecem durante o segundo trimestre de 2007 e sejam completados entre 18 a 24 meses.

Concluimos um acordo de parceria com a Universidade Nova de Lisboa para estudar e desenvolver modelos de opções relacionados com produtos financeiros e mercados. O projecto conjunto envolve alunos de formação avançada da Universidade, *traders*, e especialistas de produto do Banco.

Em Fevereiro de 2007, lançamos em parceria com o CommerzBank (CB), uma plataforma inovadora para negociação de warrants autónomos designada "*Direct Trade*", que envolve a venda OTC (*over the counter*) gerida pelo CB, e que compete com a negociação de warrants autónomos na Euronext Lisboa, com a vantagem de oferecer um horário de negociação alargado e isenção de comissões de Bolsa.

Também em Fevereiro de 2007, o Banco produziu o seu primeiro anúncio de televisão no *prime time* da televisão por cabo, dirigido a clientes *mainstream* como parte da sua estratégia de reconhecimento nacional e expansão de retalho.

Organização

Estrutura legal e órgãos da sociedade

No final de 2006, o Banco detinha directamente uma subsidiária, a BiG capital SGPS, SA, que por sua vez detinha 100% do capital da BiG Capital, Sociedade da Capital de Risco (SCR), SA, sendo a SGPS uma *holding* para a gestão das participações sociais do Banco e a SCR uma gestora de um fundo de *Private equity*, especializado em *buy-outs*.

Banco de Investimento Global, SA

BiG Capital, SGPS, SA
Negócio: Gestão de Participações Sociais
Capital Social: € 4.000.000

BiG Capital, SCR, SA
Negócio: Gestão de um fundo de *Private Equity*
Capital Social: € 750.000

O Banco encerrou a gestão directa de fundos de investimento mobiliários próprios em 2004, optando em alternativa por um modelo mais eficiente e independente que assiste os clientes na gestão das suas finanças. O novo modelo envolve a distribuição de fundos de entidades gestoras internacionais líderes, gestão de carteiras de fundos de terceiros, aconselhamento na gestão numa SICAV (*Société d'investissement à capital variable*) baseada no Luxemburgo, e a comercialização de uma gama alargada de produtos complementares e plataformas oferecidas directamente pelo Banco, sem necessidade de subsidiárias especializadas.

O modelo de distribuição do Banco consubstancia-se numa robusta plataforma baseada na *Internet*, www.BiGonline.pt, e inclui uma equipa comercial localizada em Lisboa, Porto e Braga e inserida nos espaços comerciais de um especialista de uma multinacional de retalho especializado (FNAC).

Tendo desenhado o modelo de banca de retalho em 2006, o Banco espera expandir as suas localizações físicas significativamente em 2007 e 2008.

Durante 2006, o Banco encerrou a sua sucursal financeira na zona de comércio livre da Madeira.

Os imóveis ocupados pelo Banco são locados ou propriedade directa do Banco. No final de 2004, o Banco adquiriu um terreno na Av. 24 de Julho em Lisboa, destinado a tornar-se na nova sede. Após aprovação do arranque da obra de construção no início de 2007, o Banco espera iniciar a construção na primeira metade de 2007, encontrando-se a ocupação planeada para final de 2008/ início de 2009.

A marca de retalho do Banco, *BiGonline*, diz respeito a um serviço de investimento baseado na *Internet* gerido exclusivamente pelo Banco, e não tem identidade legal autónoma. A marca complementar **Banco BiG** foi introduzida em 2006 para unificar a imagem, em antecipação do lançamento de uma abordagem mais *mass-market* ao aconselhamento de investimento através da nossa rede de agências.

Os órgãos estatutários do Banco BiG são:

Assembleia-geral

Liderada pelo Presidente e pelo Secretário, eleitos pelos accionistas para mandatos de quatro anos. As responsabilidades incluem convocar e presidir às reuniões anuais e extraordinárias dos Accionistas.

Conselho Consultivo

Composto actualmente por 15 indivíduos, principalmente accionistas do Banco, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que também é Membro do Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo reúne em média três vezes por ano para discutir a estratégia e emitir recomendações.

Conselho de Administração

Composto no final de 2006 por 5 membros, 4 dos quais executivos, que gerem o Banco directamente no dia-a-dia. Eleitos por mandatos de quatro anos, todos os membros têm experiência de gestão bancária, sendo cada um deles accionista minoritário e / ou titular de opções a título individual, independentemente de qualquer interesse accionista específico.

Fiscal Único

Representado por uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas eleita por mandatos de quatro anos, este órgão reporta directamente aos accionistas. As responsabilidades incluem auditorias periódicas independentes da contabilidade de acordo com as práticas e padrões contabilísticos internacionais.

A auditoria independente do Banco e das suas subsidiárias é garantida pela KPMG, que também presta actualmente ao Banco serviços de consultoria fiscal.

A compensação dos membros do Conselho de Administração é determinada periodicamente por um comité de remunerações autónomo, composto por accionistas independentes, nomeados pela Assembleia Geral.

As responsabilidades de gestão funcional, conforme acima referido, recaem sobre os Membros do Conselho de Administração, a quem vários responsáveis de *trading*, *front* e *back-office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria, controlo e *compliance*, bem como a gestão dos riscos associados a mercados, crédito, tecnologia, e operações reportam directamente a membros designados do Conselho de Administração.

Recursos Humanos

No ano de 2006, o número de colaboradores directos, incluindo a Administração, cresceu 32% para 115, em comparação com os 87 no final de 2005 (nota 11). Globalmente, o Banco investiu significativamente em colaboradores na área comercial para suportar a sua estratégia de distribuição e espera que esta tendência continue em 2007. A maioria dos aumentos de colaboradores teve lugar no segmento de retalho, no qual uma parte significativa da remuneração é variável com base em medidas de desempenho de modo a assegurar uma ligação directa entre o investimento acrescido e o aumento da produtividade. Embora tenham crescido em termos absolutos, o peso dos custos com remunerações de recursos humanos face às receitas líquidas foi reduzido para 40% em 2006 contra 49% em 2005.

No seu conjunto, os colaboradores do Banco combinam experiência com energia e juventude, inovação com prudência e a capacidade de produzir, crescendo num ambiente controlado. O nosso processo de recrutamento habitualmente envolve a gestão sénior para todas as posições, e tendemos a recrutar pessoas que partilhem os nossos valores fundamentais que incluem, além da excelência académica, a capacidade de liderar, de pensar analiticamente, de vender de forma responsável, de trabalhar em equipa e de produzir um impacto nos negócios com os nossos clientes. Tendo em conta a dimensão do Banco, ainda é possível que todos os colaboradores se conheçam. Neste ambiente, combinamos a instrução formal, a formação contínua e uma tradição de manutenção de relações de *mentoring*, para identificar e promover talento desde idades relativamente jovens. No ano de 2006, a média das idades dos colaboradores do BiG era 31 anos, e 82% dos colaboradores detinha formação universitária.

Entidades reguladoras

O Banco de Investimento Global, SA, é uma instituição registada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), os dois principais organismos responsáveis pela supervisão das actividades financeiras em Portugal.

Banco de Portugal

Data do registo especial no Banco de Portugal: 5 de Fevereiro de 1999 / com o n.º 61.

www.bportugal.pt

CMVM

Data da Autorização da CMVM: 8 de Março de 1999 / com o n.º 263.

www.cmvm.pt

Reporte legal e informação de gestão

Em 2006 o Banco reportou os seus resultados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Esta é a base da apresentação e análise na secção com o título: Resultados da actividade, no relatório de gestão, nas demonstrações financeiras consolidadas e nas notas às demonstrações financeiras. Na mesma secção encontra-se disponível uma reconciliação dos dados de 2005 de acordo com NIC *pró-forma* com base no Plano de Contabilidade para o Sector Bancário e legislação complementar do sector bancário emitida pelo Banco de Portugal.

Adicionalmente, a Administração também analisa e revê os resultados dos segmentos de negócio e centros de custos individuais numa perspectiva operacional ou de gestão interna de modo a aferir o desempenho das áreas de negócio e dos colaboradores, e como suporte ao planeamento de negócio, afectação de capital e decisão de grandes investimentos.

Resultados da actividade

Guia de apresentação

O sumário executivo incluído nesta secção revê os resultados das contas do Banco, reportados de acordo com as NIC e deve ser lido com as demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas, que seguem o relatório da gestão. Adicionalmente, o Banco prepara internamente uma apresentação dos números numa base de gestão, com base em modelos que procedem à alocação por segmentos de negócio dos resultados legais apresentados abaixo na secção *Resultados operacionais por segmento de negócio*.

A Administração utiliza apresentações internas para avaliar os resultados do Banco por segmento de negócio, equipas de vendas ou agrupamentos de produto, entre outros, e para comparar os resultados internamente com os orçamentos e objectivos. Os números da gestão poderão ser organizados de forma diferente com vista à discussão e análise interna. Contudo, as apresentações de gestão são integralmente reconciliadas com a contabilidade do Banco.

Enquadramento económico

Global

Após um período de 5 anos de forte crescimento económico alimentado por taxas de juro historicamente baixas, 2006 testemunhou uma aceleração económica a nível global. Contribuíram para este padrão as taxas de crescimento excepcionalmente elevadas das economias em desenvolvimento, que cresceram em média mais do dobro das taxas de crescimento registadas pelas economias industrializadas. A manutenção dos elevados níveis de liquidez a nível mundial, como resultado de políticas monetárias expansionistas, suportaram os preços das matérias-primas, embora o valor do petróleo tenha corrigido durante a segunda metade de 2006. De acordo com dados do Banco Mundial, o crescimento económico global atingiu 3,9% em 2006, comparado com 3,5% em 2005. A taxa de crescimento de 10,4% da economia chinesa e de 8,7% da economia indiana lideraram as economias mundiais. Acresce que os ganhos de produtividade nessas economias e nas economias dos antigos países de leste, ajudaram a estabilizar os preços a nível global. Para 2007, as economias mais desenvolvidas deverão arrefecer ligeiramente, face aos efeitos dos continuados aumentos das taxas de juro, e à moderação do mercado imobiliário. De acordo com dados da OCDE, a economia Norte Americana cresceu a uma taxa de 3,3%, aproximadamente ao mesmo ritmo de 3,2% a que tinha crescido em 2005, uma vez que um aumento de 3,2% da despesa pública foi compensado pelo declínio significativo de 4,1% no investimento em imobiliário.

Para 2007 e 2008 é expectável que a economia Norte Americana abrande o seu crescimento para valores entre 2,4% e 2,7%, em resultado da redução da despesa pública e da manutenção do baixo nível de investimento em imobiliário. As decisões da Reserva Federal Norte Americana no sentido de alterar a actual taxa de desconto de 5,25% serão influenciadas pelos dados da economia e não serão tão previsíveis como num passado recente. Durante 2006, o Dólar norte-americano recuou cerca de 11% em relação ao EURO.

Num ambiente relativamente benigno de taxas de juro, e apesar das incertezas globais, os resultados das empresas têm sido saudáveis, a liquidez tem sido elevada, os valores mobiliários a nível global têm mostrado um bom desempenho, os *spreads* de crédito têm se mantido baixos e os mercados de renda fixa de títulos do tesouro têm negociado em bandas estreitas.

Europa

A zona EURO manteve um desempenho sólido em 2006, com o sentimento dos consumidores e das empresas em crescimento, investimento em recuperação e taxa de desemprego em queda para valores abaixo dos 8% pela primeira vez desde 2001. De acordo com dados da OCDE, o crescimento na zona EURO alcançou 2,6% em 2006, comparado com 1,5% no ano anterior, com um nível semelhante de crescimento projectado para o curto prazo. O Banco Central Europeu tem sido vigilante quanto à inflação, sendo prováveis aumentos graduais à actual taxa de desconto de 3,5%. Na renda fixa, as taxas a 10 anos cresceram para 3,9%, acima de 2005, mas ainda dentro de uma banda estreita. Os valores mobiliários mostraram bom desempenho, com os principais índices Europeus a avançarem cerca de 15%, contra um valor ligeiramente inferior no S&P 500, face a uma acrescida actividade de fusões e aquisições e bons resultados empresariais, apesar da valorização do EURO, contribuindo assim para maior confiança, volumes de mercado e oportunidades de *trading* nos principais mercados continentais.

T.5

Receitas	2006	2005
Juros e Rendimentos Similares	6.028.278	3.425.534
Juros e Encargos Similares	-4.463.062	-2.826.655
Margem Financeira	1.565.216	598.879
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	10.457.348	8.222.483
Encargos com serviços e comissões	-2.281.551	-1.924.797
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	13.213.909	10.020.078
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.079.814	-124.992
Resultados de reavaliação cambial	-100.076	-1.364.249
Resultados de alienação de outros activos	0	0
Outros resultados de exploração	-320.296	-12.447
Outros Casos Administrativos	0	0
Produto Bancário	23.614.364	15.414.955

Base legal: 2006 NIC versus 2005 NIC pro forma

€

Portugal

Após o anémico crescimento de Portugal de 0,4% em 2005, estima-se que o PIB Português tenha crescido 1,2% em 2006, de acordo com dados do Banco de Portugal, enquanto a inflação se fixou oficialmente em 3%. Durante o ano, a balança de pagamentos foi positiva, com as exportações a crescerem 9,3% contra um aumento de 4,3% nas importações. O consumo interno abrandou consideravelmente, o que sugere pelo menos do ponto de vista estatístico um panorama de melhoria para uma economia que não tem mudado estruturalmente de forma significativa. As principais notícias foram relacionadas com o forte desempenho continuado dos mercados de valores mobiliários, que cresceram quase 30% durante o ano, suportados por duas grandes operações de oferta pública de aquisição envolvendo, por um lado, um ex-monopólio no qual o Estado Português mantém uma *golden share*, controlado por uma minoria de accionistas, e por outro lado bancos com uma quota de mercado significativa, que podem ter repercussões significativas para a direcção futura e competitividade da economia.

Resumo financeiro

- Resultado líquido de € 7,3 milhões em 2006, um crescimento de 105% face a 2005 (base comparável NIC)
- Aumento de 53% nas receitas líquidas para cerca de € 23,6 milhões
- Aumento de 30% nas comissões líquidas para € 8,2 milhões
- Crescimento de 66% nas receitas líquidas de *trading* para € 14,2 milhões
- Melhoria significativa dos rácios de eficiência
- Rácio de capital ajustado ao risco de 37,8%

Num ambiente de baixas taxas de juro, crescimento económico global e subida dos mercados de valores mobiliários, os nossos resultados de 2006 beneficiaram de forte procura por parte dos clientes de produtos de poupança e investimento, juntamente com contribuições significativas do nosso negócio de *trading*.

O resultado líquido foi de € 7,3 milhões, ou € 0,097 por acção em 2006, contra € 3,5 milhões ou € 0,047 por acção em 2005 numa base NIC pró-forma (€ 5 milhões ou € 0,066 por acção em base reportada PCSB). Todas as áreas progrediram nos seus planos de negócio durante o ano, com o negócio de clientes de retalho a registar um aumento de 58% nas receitas, seguido pelo segmento de Clientes Institucionais com um crescimento de 40%, a produção global relacionada com clientes cresceu para 65% das receitas totais em 2006. Acresce que, num ambiente de baixa volatilidade e com uma actividade de mercado moderadamente robusta, pela primeira vez desde o lançamento do Banco os três principais negócios contribuíram de forma equilibrada para os resultados.

O Banco continuou a investir em pessoas, em particular para fazer face ao crescimento nas nossas equipas de vendas e expansão física. Consolidámos a oferta de produtos e estratégia de distribuição durante 2006 e estamos determinados em escalar o negócio no futuro. Se as condições de mercado o permitirem, a Administração espera expandir o modelo para novos segmentos de clientes e pontos de venda em 2007 e 2008, apoiados pela nossa plataforma em contínuo desenvolvimento www.BiGonline.pt.

Durante o último ano, o Banco processou via internet mais ordens de mercado do que qualquer outra plataforma bancária ou de corretagem em Portugal. A intermediação global em acções mais do que duplicou, e a quota de mercado do Banco em warrants autónomos foi de 15%. A negociação em futuros representou 19% do mercado. O Banco duplicou ainda o seu volume de depósitos e aumentou em 78% os activos sob gestão. A base real de clientes de retalho cresceu 28% e os nossos sistemas e operações responderam eficazmente a um aumento significativo das transacções processadas.

T.6

Custos	2006	2005
Custos com pessoal	-9.487.548	-7.515.932
Gastos gerais administrativos	-4.036.334	-3.753.737
Depreciação e amortizações	-917.698	-803.936
Provisões líquidas de reposições anulações	-75.945	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-2.935	40.584
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-11.698	1.351
Diferenças de consolidação negativas	0	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0
Outros Custos	0	0
Custos Totais	-14.532.158	-12.031.670

Base legal: 2006 NIC versus 2005 NIC pro forma

€

O crescimento do negócio Institucional do BiG apoiou-se, por um lado, na capacidade crescente de estruturação de produtos de investimento para distribuição de retalho e Institucional, com especial ênfase em activos subjacentes portugueses e, por outro lado, no aumento da base de clientes de corretagem institucional, na continuada solidez das receitas de *corporate advisory* e nos contributos das actividades de *market making e private equity*. Os resultados do Banco reflectem o forte *trading* de acções e renda fixa e o mais elevado rendimento relacionado com negociação de moeda e opções.

As despesas operacionais são dominadas por três categorias: custos com pessoal, custos administrativos e gestão de investimentos na estratégia de retalho do Banco, que envolve os investimentos em sistemas e em locais físicos. Uma parte dos custos com pessoal representam os bónus discricionários relacionados com os objectivos de desempenho e podem variar de ano para ano.

A globalidade das despesas acompanhou o aumento da actividade de negócio, tendo crescido 21% em 2006. Neste ano, os custos com pessoal aumentaram 28% em resultado da contribuição para o plano de pensões de benefício definido instituído pelo Banco, aprovado em 2005 e do crescimento do número de colaboradores na área comercial, a maioria dos quais com acordos remuneratórios relacionados com o seu desempenho. Excluindo as contribuições para os fundos de pensões, os custos salariais subiram cerca de 10%. Os custos com pessoal, de forma geral, representaram 65% dos custos totais, contra 62% em 2005. Como percentagem do total das receitas operacionais, os custos de compensação desceram de 49% para 40%.

As despesas administrativas incluem rubricas como as comunicações, serviços de informação, publicidade, licenças, acordos com entidades gestoras de mercados e outros fornecedores relacionados, ocupação de espaço e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estas despesas tendem a aumentar com o número de colaboradores e aumentaram 7% em 2006, depois de três anos consecutivos de baixo ou nenhum crescimento.

As amortizações dizem principalmente respeito a investimento em material informático e outro equipamento, licenças de software e instalações. Ao mesmo tempo que o Banco continua a investir em tecnologia de informação para suportar a sua infra-estrutura, também dedicou recursos ao desenvolvimento de soluções internas e tem vindo gradualmente a amortizar investimentos significativos no sistema central de contabilidade do Banco efectuados em 2001. Depois de um declínio durante três anos, e tal como esperado, em 2006 registou-se um aumento destas despesas para suportar investimentos em tecnologia, equipamento, e instalações físicas associados à estratégia de retalho do Banco.

O resultado antes de impostos foi € 9,1 milhões contra € 3,4 milhões numa base *pró-forma* em 2005. A taxa de imposto para 2006 foi 19,7%. Em comparação, a taxa de imposto foi 4,74% numa base *pró-forma* em 2005, e 14,6% numa base actual reportada (PSCB).

Os rácios de eficiência do Banco melhoraram significativamente em 2006. Apesar do aumento dos custos operacionais, a utilização eficiente dos recursos adicionais foi evidente na melhoria de 17 pontos percentuais no rácio desta categoria face às receitas operacionais. E como já referido, o principal custo do Banco, custos com o pessoal, diminuiu em percentagem das receitas operacionais de 49% para 40% no ano.

T.7

Resultados	2006	2005
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	9.082.206	3.383.285
Impostos Correntes	-2.087.438	-121.070
Impostos Diferidos	286.568	281.521
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	7.281.336	3.543.736
Interesses minoritários	0	0
Resultado do exercício	7.281.336	3.543.736

Base legal: 2006 NIC versus 2005 NIC pro forma

€

Eficiência	2006	2005
Margem Financeira / Activo Remunerado	0,46%	0,24%
Custos Transformação / Produto Bancário	61,16%	78,32%

Custos Pessoal / Produto Bancário	40,18%	48,76%
-----------------------------------	--------	--------

Solvência	2006	2005
Capitais Próprios / Activos Totais	23,27%	30,37%
Rácio de Solvabilidade	37,80%	38,10%

A liquidez e uma base de capital forte continuam a ser as prioridades da Administração, à medida que o Banco prossegue o seu crescimento. Embora já não seja uma *start-up*, o Banco ainda se encontra numa fase de crescimento, e a Administração favorece políticas de investimento cuidadosas, ponderadas em função dos resultados e uma abordagem conservadora à tomada de riscos em todas as áreas de negócio.

Resultados operacionais por segmento de negócio

Gerimos o Banco com base numa matriz de segmentos de negócio definidos como áreas de clientes, *trading* e investimentos e áreas de produto. Esta secção revê os resultados operacionais do Banco com base numa apresentação interna das receitas e despesas, que se encontra reconciliada com os dados financeiros reportados. Informação adicional encontra-se disponível na nota 4 às demonstrações financeiras.

T.8

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

	Particulares			Institucionais			Trading		
	2006	2005	Var %	2006	2005	Var %	2006	2005	Var %
Proveitos Líquidos	7.845	4.969	57,88%	6.726	4.794	40,31%	7.588	7.205	5,32%
Custos Operacionais	-5.736	-5.064	13,27%	-3.055	-2.704	13,01%	-1.842	-1.653	11,49%
Resultados antes de Impostos	2.109	-95	NA	3.671	2.090	75,62%	5.746	5.552	3,49%

Base de Gestão

€/000

T.9

Receitas de Banca de Investimento Particulares	2006		2005		Var % 2006 vs 2005
Proveitos de Corretagem	3.739	47,66%	2.562	51,56%	45,94%
Custos de Corretagem	-801	-10,21%	-526	-10,58%	52,42%
Gestão de Activos	1.696	21,62%	1.348	27,14%	25,81%
Margem & Com.Banc.	2.549	32,49%	1.265	25,45%	101,54%
Trading/Vendas	662	8,44%	320	6,43%	107,09%
Total	7.845	100,00%	4.969	100,00%	57,88%

Base de gestão

€/000

Banca de Investimento de Particulares

As receitas operacionais líquidas do negócio de retalho cresceram 58% para € 7,8 milhões em 2006, e representaram 35% do total das receitas operacionais, contra 29% do total em 2005. Os custos operacionais alocados a este segmento foram 54% do total do Banco, sem alteração face a 2005.

O resultado reflecte mercados favoráveis, maiores volumes negociados pelos clientes, uma oferta de produtos em constante crescimento e evolução positiva da base de clientes. O negócio de retalho do Banco evoluiu nos últimos seis anos desde uma plataforma especializada de *trading* e investimento para uma oferta de serviço global para o indivíduo, incluindo contas à ordem, cartões de débito e crédito, soluções de crédito e uma oferta de serviços e produtos de investimento que vão desde o depósito a prazo simples até serviços de investimento com aconselhamento e plataformas sofisticadas de negociação para investidores *self-directed*.

O modelo combina abordagens e plataformas integradas, que incluem a *Internet*, telefone e os centros personalizados de banca de investimento assistida. Colocámos ferramentas de poupança, investimento e *trading* ao alcance de um conjunto crescente de clientes individuais *self-directed*. Utilizamos como base a plataforma www.BiGonline.pt, um serviço de *Internet* totalmente integrado com a infra-estrutura tecnológica e a estratégia de distribuição do Banco, que inclui equipas de *financial advisors* e uma estratégia de abertura de agências. Os clientes deste segmento beneficiam das ofertas de produto das áreas de corretagem, gestão de activos, *trading* e mercados e áreas gerais de banca e crédito, que em conjunto servem um leque alargado de perfis de investimento, propensões ao risco e necessidades transaccionais na base de clientes.

Iniciativas estratégicas:

- Uma plataforma baseada na Internet em permanente evolução;
- Canais de distribuição diversificados e integrados;
- Acesso fácil, preço competitivo e a melhor execução;
- Financial Advisors versus representantes comerciais;
- Informação e formação de colaboradores e clientes;
- Segurança e compliance como vantagens competitivas.

Durante o ano, o BiG inaugurou agências em Lisboa e Braga, executou um acordo com uma cadeia de retalho especializado para a inclusão de espaços do BiG para distribuição e contacto adicional com os clientes, e contratou e treinou grupos de *Financial Advisors* de retalho para ajudar a aproximar o Banco dos clientes de retalho. Este negócio é responsável em larga medida pelo incremento em mais de 30% no número de colaboradores do Banco em 2006. Durante 2007, o Banco estima crescer até 10 novos pontos de venda para completar e expandir a estratégia existente.

O maior componente das receitas neste segmento em 2006 foram as comissões líquidas da corretagem *on-line* de serviço integral, que representaram 38% do total, contra 41% em 2005 e 58% em 2004. Em termos absolutos, as receitas de comissões de corretagem para clientes em mercados a contado e de futuros foram 25% mais altas do que no ano anterior. Segue-se um sumário da actividade de corretagem:

T.10

Comissões de Intermediação Financeira	2006		2005		Var % 2006 vs 2005
Bolsas Internacionais	3.499	76,2%	2.990	81,5%	17%
Euronext Lisboa	1.096	23,8%	678	18,5%	62%
Total	4.595		3.668		25%
Percentagem internet	66%		57%		

€/000

T.11

Quotas de Mercado BiG Ano 2006	Quota de mercado	Ranking	Volume mercado '000 € (excepto nº de ordens)	Var % 2006 vs 2005
Intermediação Financeira via Internet				
Nº de ordens executadas	17%	1	1.086.479	29%
Acções e Warrants	17%	2	10.867.165	48%
Futuros	57%	1	16.241.709	13%
Intermediação Financeira Total				
Acções	4%	8	80.699.941	111%
Warrants	15%	2	1.033.437	-1%
Futuros	19%	2	156.745.282	-3%

Fonte: CMVM. Relatório Estatístico relativo à actividade de recepção de ordens executadas por conta de outrem (Jan-Dez 2006)

As comissões resultantes da gestão de activos de clientes e de produtos de investimento estruturado, habitualmente de capital garantido, cresceram 41% para € 2,4 milhões. A receita proveniente de margem dobrou, em linha com o crescimento da dimensão e número de contas margem, bem como do conjunto da actividade de *trading*. No seu conjunto, as receitas não relacionadas com *trading* para o segmento individual totalizaram €4,9 milhões, com um crescimento de 67% face a 2005.

A estratégia do Banco consiste no crescimento acelerado do negócio e no foco na aquisição de novos clientes, satisfação e retenção de clientes. Enquanto organização, acreditamos que a rentabilidade, a qualidade individual da experiência de consumo e a nossa capacidade de atrair e reter clientes são indicadores mais importantes da saúde do nosso negócio do que a análise individualizada de *rankings* baseados somente em volumes brutos.

Banca de Investimento Institucional
Operando com equipas de venda especializadas, o negócio *wholesale* do BiG concentra-se na corretagem institucional, gestão de activos, estruturação de produtos de investimento e serviços independentes de aconselhamento para clientes empresariais, institucionais e outros bancos. Em 2006, este segmento de clientes gerou receitas de € 6,7 milhões, 40% acima do ano anterior.

T.12

Receitas de Banca de Investimento Institucionais	2006		2005		Var % 2006 vs 2005
Proveitos de Corretagem	856	12,73%	846	17,64%	1,21%
Custos de Corretagem	-308	-4,58%	-233	-4,87%	32,07%
Gestão de Activos	231	3,44%	185	3,85%	25,35%
Margem & Com.Banc.	1.173	17,43%	314	6,55%	273,41%
Trading/Vendas	2.322	34,52%	1.113	23,21%	108,67%
Assessoria a empresas	2.207	32,82%	2.363	49,30%	-6,60%
Private Equity	245	3,65%	207	4,32%	18,55%
Outros proveitos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	6.726	100,00%	4.794	100,00%	40,31%

Base de gestão

€/000

Os serviços oferecidos aos clientes institucionais são variados, mas tendem a concentrar-se por um lado na gestão de risco e serviços relacionados com o mercado, tais como investimentos alternativos, *market making*, e negociação de derivados, oferecidos através da equipa de *trading sales*. Por outro lado, serviços de aconselhamento em dívida, *equity finance* e fusões e aquisições são assegurados pela equipa de *Corporate Advisory*. Estas duas áreas representam 71% das receitas do segmento, contra 80% do total em 2005.

O valor dos produtos alternativos e produtos derivados colocados com outros Bancos e oferecidos a investidores institucionais e clientes privados directamente totalizou € 1,3 mil milhões em 2006, contra € 442 milhões em 2005, sendo responsável pela duplicação das receitas desta área no ano.

Além de intermediar *warrants* autónomos cotados nos principais mercados, o Banco representa o Commerzbank (CB) em Portugal, no que diz respeito aos *warrants* autónomos emitidos por esta entidade. Durante 2006, os volumes relacionados com esta parceria aumentaram para mais de mil milhões de Euros e a quota de mercado global cresceu de 32% para 42%. No início de 2007, expandimos a nossa relação oferecendo *warrants* autónomos OTC geridos pelo CB a clientes domésticos com base no formato de horário alargado. O *market making* associado a empresas portuguesas cotadas contribuiu para as receitas do Banco, com oito contratos em vigor no final do ano.

As receitas de *Corporate Finance* e *Private Equity* mantiveram-se estáveis nos € 2,5 milhões. Durante o ano, o Banco ganhou 18 novos mandatos tendo completado 11 até ao final do ano.

T.13

Sumário e percentagem de receitas de *Trading* por classe de proveitos

Receitas de <i>Trading</i>	2006	%	2005	%	Var 06/05
Total de Receitas	7.588	100%	7.205	100%	5%
Activos de Rendimento Fixo	3.996	53%	2.845	37%	40%
Activos de Rendimento Variável	2.800	37%	3.483	46%	20%
Moeda Estrangeira	333	4%	30	0%	1010%
Opções	459	6%	847	11%	46%

Base de Gestão

€/000

Trading e Mercados

O segmento de *Trading* e Mercados procura gerar receitas gerindo a exposição do Banco e as posições contratadas pelos Clientes em áreas como taxas de juro, mercado monetário, renda fixa, acções e instrumentos derivados.

O Banco negocia obrigações do tesouro principalmente emitidas pelos E.U.A e Zona Euro, obrigações empresariais de *investment grade*, principais instrumentos de mercados monetários, taxas de juro, futuros de acções, futuros de principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos similares. Historicamente, e também durante 2006, o Banco concentrou-se nos mercados Americanos e Europeu, com baixa exposição aos mercados emergentes e Asiáticos. Neste relatório, o Banco apresenta os seus ganhos de *trading* essencialmente em dois formatos: (i) com base em reporte legal (NIC), que inclui margem de *trading* e engloba todas as actividades relacionadas com Clientes, e (ii) como nesta secção, numa base de gestão, que deduz

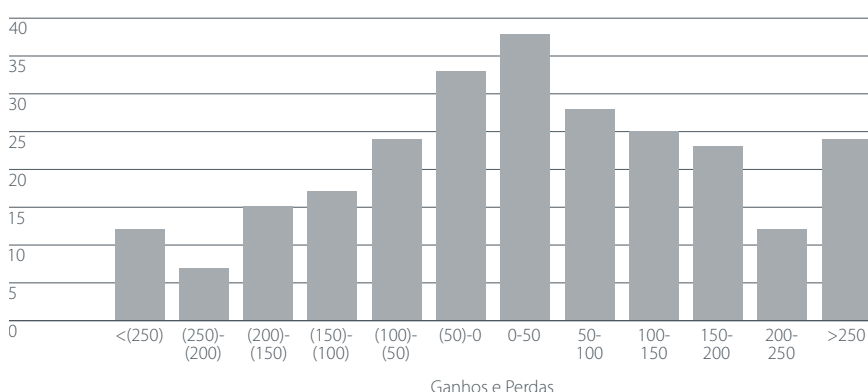
os custos internos de *funding* e extrai as margens alocadas às equipas de vendas. Na gestão dos vários livros de *trading*, a actividade da equipa de *trading* e mercados interage com muitas áreas internamente e é uma fonte de conhecimento, gestão de risco de mercado e rentabilidade consistente para a organização.

Em 2006, numa base legal, o Banco gerou € 14,2 milhões de receitas relacionadas com os mercados, incluindo transacções próprias e com clientes, o que representa um crescimento de 43% sobre o ano anterior. Numa base de gestão interna, apresentada no gráfico abaixo, as receitas líquidas foram € 7,6 milhões em 2006 contra € 7,2 milhões em 2005. As receitas de *trading* de receita fixa cresceram 40% e representaram uma porção significativa dos resultados alocados.

Gráfico #1

Distribuição de Ganhos e Perdas

Número de Dias



Ambiente de Trading em 2006

Em 2006, as taxas de juro de curto prazo subiram, embora para níveis ainda modestos segundo padrões históricos. As *yield curves* continuaram a tendência de tornarem-se mais planas, com base em preocupações de um possível abrandamento de crescimento económico. Os preços dos valores mobiliários cresceram na generalidade, suportados pela actividade empresarial e elevadas rentabilidades das empresas.

Enquanto os níveis globais de preços das matérias-primas cresceu significativamente durante o ano, estes fecharam o ano mais baixos. A inflação foi genericamente contida.

Em geral, os activos de crescimento, como as acções, obrigações de empresas e matérias-primas aumentaram o seu valor, enquanto os activos associados a estabilidade e protecção, tais como as obrigações do tesouro, ouro, e imobiliário tenderam a aumentar o seu valor ainda mais rapidamente.

Com tanta liquidez disponível para investimento, o medo de grandes correcções e volatilidades caiu para valores mínimos de vários anos. Neste ambiente relativamente confiante, o mercado ultrapassou desafios como os ataques terroristas de Londres, a época dos furacões dos E.U.A., o aumento do preço do petróleo e algumas falências ou quase falências como o caso da Refco ou GM. Em retrospectiva, 2006 foi um ano rentável para investidores agressivos que utilizam análise técnica. Para um participante de mercado mais conservador, como é o Banco BiG, que procura activos com valor e assume uma base de análise fundamental, o ano trouxe desafios, particularmente para a negociação de classes de activos como renda fixa e *foreign exchange*.

Renda fixa

2006 foi genericamente um ano em ambiente de venda curta para a maioria dos mercados de dívida pública. Na zona Euro, as *yields* continuaram a subir, principalmente nas maturidades mais curtas. Entretanto, com a liquidez ainda elevada apesar dos aumentos de taxas da Reserva Federal norte-americana e do crescimento se encontrar a níveis ainda moderadamente fortes, a curva de *yields* norte-americana permaneceu invertida, uma vez que os grandes Bancos Centrais, especialmente Asiáticos, continuaram a acumular dívida pública. No final do ano, o Banco do Japão aumentou a sua taxa de referência para 0,25%, o que foi insuficiente para parar os movimentos de liquidez para suportar o chamado *carry-trade* contra o Euro e o Dólar norte-americano.

Neste ambiente competitivo, o Banco gerou cerca de € 4,0 milhões em receitas líquidas de *trading* de renda fixa, um aumento de 40% em relação a 2005. O banco beneficiou de posições geridas em *term spreads* durante o primeiro trimestre e tendeu a estar estruturalmente curto em dívida pública e longo em obrigações durante o ano, face ao estreitar dos *spreads* de crédito. O *VaR* diário para esta classe de activos foi € 227.000, ou aproximadamente 0,25% do capital.

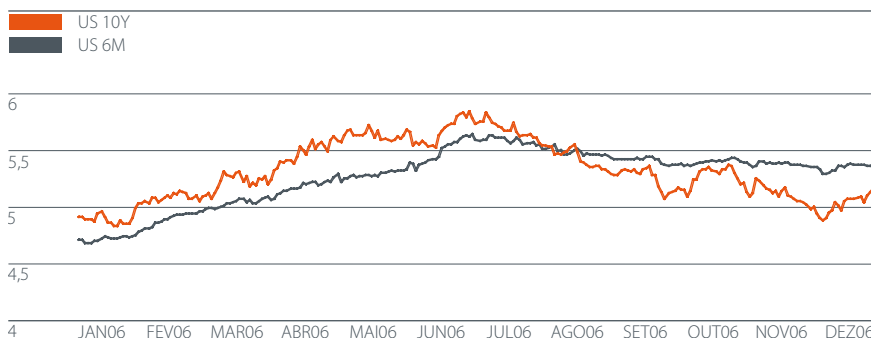
G.2

Taxas de Juro EUR (%)



G.3

Taxas de Juro USD (%)



Acções

Os mercados accionistas globais terminaram 2006 positivos pelo quarto ano consecutivo, liderados pelos resultados empresariais e actividade de fusões e aquisições num ambiente de inflação geralmente controlada e excesso de liquidez. Os mercados ibéricos registaram ganhos particularmente fortes, com os índices IBEX e PSI 20 a avançarem 30% num contexto de especulação sobre actividade de ofertas públicas de aquisição hostis e um ambiente económico benigno. O índice Português viu 45% da sua capitalização ser afectada por duas ofertas públicas de aquisição hostis ainda em curso no final do ano: Sonaecom / Portugal Telecom e BCP / BPI.

Durante o ano, o livro de negociação de acções beneficiou por, de forma geral, assumir posições longas nos mercados accionistas globais, embora estas tenham sido penalizadas em resultado da correcção de Maio de 2006. A maior parte das receitas foram geradas em resultado de posições específicas nos mercados accionistas Português e Europeu. Embora menores do que os resultados de 2005, as receitas de € 2,8 milhões continuaram fortes à luz do mercado e do capital alocado. O VaR diário desta classe de activos foi € 276.000, ou aproximadamente 0,31% do capital.

T.14

Performance recente dos índices principais

	PSI20	EU50	IBEX	CAC	DAX	S&P	NASD	NIKKEY
2001	-24,7%	-20,2%	-7,8%	-22,0%	-19,8%	-12,1%	-30,8%	-23,5%
2001	-25,6%	-37,3%	-28,1%	-33,7%	-43,9%	-24,2%	-39,3%	-18,6%
2003	15,8%	15,7%	28,2%	16,1%	37,1%	26,4%	49,1%	24,5%
2004	12,6%	6,9%	17,4%	7,4%	7,3%	9,0%	10,4%	7,5%
2005	13,4%	21,3%	18,2%	23,4%	27,1%	3,0%	1,5%	40,2%
2006	29,9%	15,1%	31,8%	17,5%	22,0%	13,6%	6,8%	6,9%
01-06	7,6%	-13,7%	55,3%	-6,5%	2,5%	7,4%	-25,0%	25,5%

G.4

PSI20



G.5

Eurostoxx 50



G.6

S&P 500



G.7

Nasdaq 100



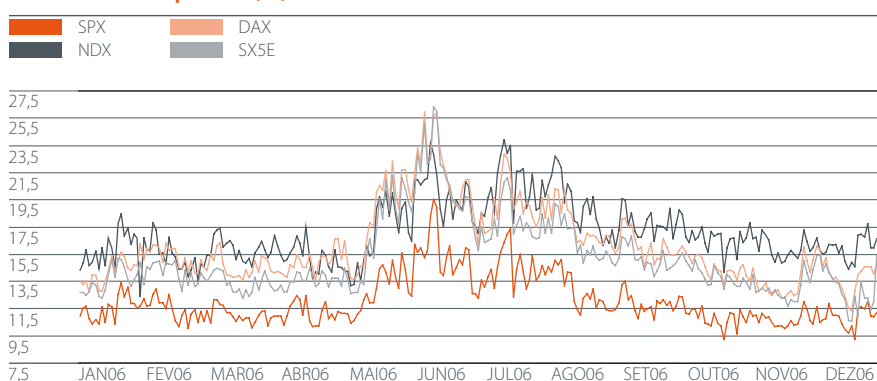
G.8

EUR X USD



G.9

Volatilidades Implícitas (%)



Mercado Cambial

Durante 2006, o Euro valorizou 10% contra o Dólar norte-americano e o Yen Japonês. Esta valorização resultou de políticas credíveis comunicadas pelo Banco Central Europeu contra incertezas relativas às moedas das duas principais economias mundiais. A Reserva Federal norte-americana foi cautelosa e um pouco contida pelo crescimento por um lado, e por um mercado imobiliário em deflação por outro. O banco do Japão lidou com um fraco consumo doméstico combinado com melhorias no ambiente económico, em termos relativos, em resultado do desempenho das exportações. O Banco beneficiou de uma actividade intradiária conservadora, modelos de arbitragem, e *trades* específicos envolvendo certas moedas com fortes activos subjacentes em matérias-primas. As receitas foram modestas, de € 333.000, substancialmente acima dos níveis de 2005. O VaR médio diário foi de € 101.000, ou 0,11% do capital.

Opções

O livro de opções do Banco suporta principalmente actividade de clientes e, numa base de gestão, parte significativa dos resultados deste negócio é alocado às áreas de vendas a clientes. Nesta base, o livro registou um ganho de € 459.000, com um VaR médio diário de € 158.000, ou 0,18% dos fundos de capital. Em 2006, as volatilidades implícitas permaneceram bastante abaixo das médias históricas, alcançando novos mínimos nos principais mercados globais face ao excesso de liquidez, que empurrou os mercados para máximos e reduziu a necessidade de protecção. Embora a correcção de Maio de 2006 tenha oferecido algumas oportunidades com níveis de volatilidade implícita a dobrarem para valores próximos das suas médias históricas, este salto foi de curta duração. Os ganhos foram obtidos de posições longas de volatilidade no mercado Português, realizadas durante a primeira metade do ano, e assistidas pela correcção do mercado.

Análise do Balanço

O total de activos líquidos no final de 2006 era de € 410 milhões, um crescimento de 37% face ao ano anterior. Tal como em anos anteriores, e em linha com a orientação do Banco para serviços vs emissão de crédito comercial, a liquidez estrutural foi forte, com mais de 90% do total dos activos em dinheiro, exposição de curto prazo e valores mobiliários transaccionáveis. As aplicações geradoras de margem cresceram 16% para € 259 milhões no final do ano.

- O aumento nos depósitos noutros Bancos e empréstimos a clientes são o resultado de uma subida da actividade dos clientes e de condições de mercado genericamente mais favoráveis durante o ano. Os empréstimos a clientes são maioritariamente contas margem utilizadas por clientes para alavancar as suas posições de *trading*: são de curto prazo por natureza, estão estruturados para se liquidarem automaticamente em momentos de necessidade e estão integralmente garantidos por valores mobiliários líquidos.
- Cerca de 99% da carteira de crédito estava integralmente garantida, apresentando por este motivo um baixo risco. Os empréstimos a clientes cresceram 57% face ao ano anterior, mas permaneceram 18% do total de activos e 80% dos Capitais Próprios.
- Os activos financeiros detidos para fins de *trading* incluíram posições detidas pelo Banco como parte dos seus dossiers de negociação próprios, activos detidos para o propósito de estruturação e cobertura de operações contratadas com Clientes. Os activos disponíveis para venda são posições detidas por períodos superiores a 6 meses.

T.15

Activos Remunerados	2006	2005	Var (%)
Depósitos em Bancos	44.354	28.845	54%
Empréstimos	74.818	47.662	57%
Activos Financeiros detidos para negociação	88.427	116.866	-24%
Activos Financeiros disponíveis para venda	49.625	29.991	65%
Total	257.225	223.363	15%

€/000

T.16

Principais Rúbricas do Passivo e Capitais Próprios	2006	2005	Var (%)
Depósitos de Instituições Financeiras	24.215	28.994	-16%
Depósitos de Clientes	223.864	111.644	101%
Capitais Próprios	95.350	90.815	5%

€/000

- Os valores de final de ano não reflectem necessariamente a média dos montantes detidos durante o ano. Com *yield curves* mais planas ou invertidas e *spreads* de crédito em títulos de renda fixa em níveis historicamente baixos durante a maior parte de 2006, conforme acima referido, a carteira de obrigações e outros títulos de renda fixa permaneceu aproximadamente ao nível de 2005. Factores que podem afectar a dimensão da carteira incluem as oportunidades de criar margem ou receitas de *trading* durante o ano. Durante 2006, a liquidez continua resultante da manutenção de *spreads* apertados na concessão de crédito a empresas, bem como as baixas *yields* de curto prazo nos E.U.A. e zona EURO tenderam a favorecer posições curtas em investimentos em títulos de dívida pública.
- As acções e os valores mobiliários de taxa variável ofereceram rentabilidades atractivas no seu conjunto durante 2006 e os montantes de activos detidos para fins de *trading* ou de cobertura em certos momentos excedeu os montantes no final do ano.
- A totalidade das fontes de financiamento incluindo capital, eram a 31/12/2006, € 357 milhões contra €247 milhões em 31/12/2005.
- Os depósitos de clientes assinalaram um crescimento superior ao dobro relativamente a 2005, reflectindo uma postura mais competitiva na construção de uma base de clientes de retalho e o resultado de campanhas que visaram a atracção de novos clientes para a plataforma. Também estão incluídos os fundos relacionados com *trading* suportando as actividades de clientes e o crescimento na venda de produtos estruturados de capital garantido com base em depósitos a prazo como activos subjacentes.
- Os capitais próprios em 31/12/2006 eram € 95,3 milhões, contra € 90,8 milhões na mesma data em 2005. No final do ano 2006, o rácio de solvabilidade ajustado ao risco do Banco era 37,8% contra 38,1% para o ano anterior, numa base comparável.

Gestão de Risco

Geral

O Banco está no negócio da gestão de risco, para criar valor para os accionistas. No processo de gestão de risco, focamos a nossa acção em: riscos de mercado, riscos de crédito e riscos operacionais, incluindo riscos tecnológicos e de processamento. Risco fiduciário e risco reputacional derivam da nossa gestão das principais categorias de risco acima mencionadas.

Em termos gerais, estamos expostos ao risco em resultado directo de assunção de posições em mercados específicos ou combinações de mercados, produtos, clientes ou em resultado de uma interrupção inesperada dos sistemas do Banco, ou dos procedimentos operacionais normais.

A responsabilidade pela monitorização dos riscos do Banco começa pela Administração, cujos membros gerem os seguintes grupos internos por delegação: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento, e outros departamentos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos.

Dentro dos limites estabelecidos pela Administração, estes Comités têm autoridade para tomar decisões nas suas respectivas áreas. Os eventos diários de natureza excepcional habitualmente requerem aprovação de pelo menos dois Administradores. Grandes exposições ou alterações significativas de política recaem fora destes poderes e exigem revisão pelo Conselho de Administração.

A Administração procura construir um ambiente operacional sólido e criar uma cultura transversal de compreensão dos riscos por via da revisão frequente das políticas e procedimentos e da sua comunicação clara a toda a organização. No seu conjunto, a estrutura de governo para riscos e a existência de políticas claras, visam assegurar que os processos associados com a identificação, medição, controlo e reporte de exposições a perdas potenciais são implementadas de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares. A comunicação interna de políticas e a sua aplicação regular, são passos chave no processo, bem como a revisão contínua pela Administração, quadros do Banco e áreas operacionais destas exposições potenciais.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão frequente das políticas e procedimentos pela Gestão;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Política de apropriada diversificação de riscos
- Sistemas de reporte independentes
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco
- Formação para assistir à identificação de riscos nas várias áreas.

Risco de mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de mudanças nas condições de mercado.

Os riscos chave que gerimos no nosso negócio de *trading* incluem:

Risco taxa de juro, resultantes de mudanças no nível, declive, curvatura da *yield curve*, volatilidade de taxas de juro e duração de *spreads* de crédito.

Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas, resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade.

Risco taxa de câmbio, resultante de exposições a mudanças nos preços *spot*, *forward* e volatilidade.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Comité de Risco de Mercado*. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros membros da Administração, além de outros directores envolvidos nas actividades de *trading* e de controlo. Existem também responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de *trading*. Estes responsáveis também controlam decisões genéricas de investimento, revêm modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* quer dentro do Banco, quer nas carteiras dos clientes e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço (*stress tests*) à carteira, bem como pela supervisão do controlo independente e aplicação dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *Front-Office*. Também é da sua responsabilidade rever e aprovar a componente de risco de novos produtos. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de *trading* e mercados, o Banco gera receitas numa base contínua, como resultado da gestão da sua exposição a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e revê, periodicamente, procedimentos abrangentes e sistemas desenhados para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de Gestão do Risco de Mercado também revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos clientes, tal como oferecidos pelo Banco no mercado, são apropriados às circunstâncias.

Um grupo ligado à função de risco de mercado é o Comité de Investimento do Banco, que superintende as tendências, alocações e políticas, relacionadas com a gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com aconselhamento e mandatos de gestão discricionária. As actividades desta área, embora distintas da carteira do Banco, são sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos de controlo e procedimentos exercidos pelo Banco na gestão do seu próprio capital.

Ambos os grupos reúnem regularmente, e uma vez que normalmente incluem dois ou mais membros da Administração, têm autoridade para decidir assuntos de gestão corrente. Exposições de maior dimensão ou alterações significativas são geralmente colocadas a discussão ao nível do Conselho de Administração no seu todo para revisão prévia.

Medição do risco

O Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo risco país e de contraparte. Frequentemente os riscos são geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente são:

Medidas estatísticas:

Value at Risk (VaR)

Medidas não estatísticas:

Testes de stress do *Economic Value*

Testes de stress do Earnings at Risk

Valores Basis point

Inventory position limits (para subjacentes seleccionados)

O Banco emprega sistemas redundantes que incluem medidas de *value at risk (VaR)* e indicadores de perdas potenciais, juntamente com medidas não estatísticas, tais como testes de esforço e valores *basis point*, que em conjunto são desenhadas para assegurar a integridade do processo no caso de uma ou mais metodologias ter falhado, como resultado de algum evento extraordinário ocorrer nos mercados.

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o VaR são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing*, e indicadores de *earnings at risk* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o VaR usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do VaR apenas uma vez em cada 100 dias de *trading*, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o VaR é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de VaR entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários. Periodicamente, são realizados *back tests* com vista a verificar a exactidão do modelo.

Durante 2006, as perdas de *trading* incorridas num único dia não excederam o nosso limite de 99% de VaR por dia.

O gráfico abaixo resume os valores de VaR separadamente para taxa de juro, acções, mercado cambial e produtos derivados. Em cada categoria de risco, o VaR inclui posições de activos subjacentes e coberturas relacionadas e pode incluir posições noutras áreas de produto. Por exemplo, a cobertura de risco de uma opção de moeda pode incluir uma posição de contrato de futuro sobre taxa de juro, uma posição *forward forex* e uma opção.

T.17

VaR Trading

	VaR médio	Alocação de Capital	G&P	Eficiência
Renda Fixa	226.874	26,6%	3.654.578	6,24%
Cambiais	100.290	6,67%	579.221	2,24%
Acções	275.698	48,89%	2.889.265	4,06%
Opções	157.822	17,78%	781.562	1,92%
Total	423.573	100,00%	7.904.627	7,23%

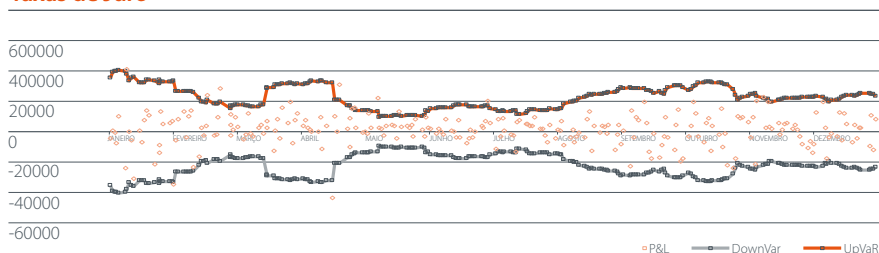
€/000

Durante 2006, o VaR médio diário do Banco foi 0,85% da média do capital alocado ao negócio de *trading*, e 0,47% dos capitais próprios do Banco, o que mostra uma propensão controlada ao risco. O efeito de diversificação representa o ganho, em termos de risco, de ter uma carteira diversificada.

Os gráficos abaixo indicam a distribuição do VaR diário face às rentabilidades diárias. Durante 2006, os resultados negativos não excederam o nível de VaR em mais do que duas ocasiões, o que valida o nível de confiança de 99%.

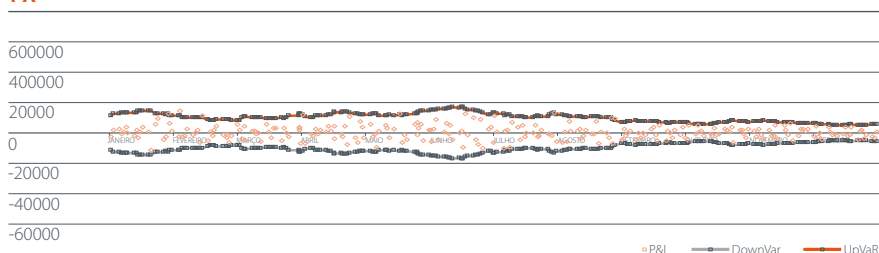
G.10

Taxas de Juro



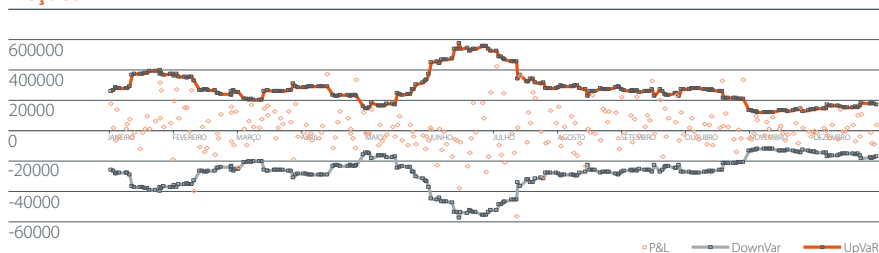
G.11

FX



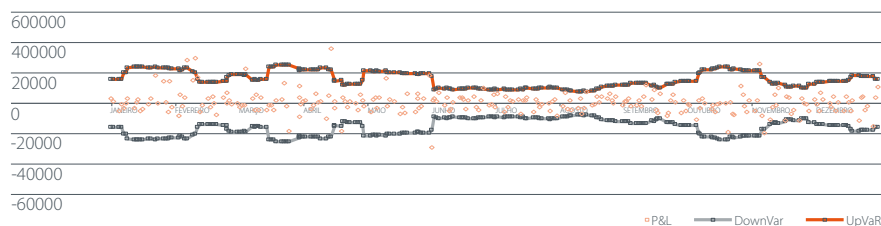
G.12

Acções



G.13

Opções



Sumário de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; Perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Eficiência: Representa o nível médio dos proveitos ou perdas sobre o nível médio do VaR usado.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Testes de esforço de valor económico (*economic value stress testing*) e de resultados em risco são complementares aos limites de VaR. Por via dos testes de esforço de valor económico, o Banco procura estimar o valor de um produto ou carteira em diferentes cenários, enquanto por via dos testes de esforço dos resultados em risco, a Administração obtém uma estimativa do potencial de alterações no valor de uma certa posição, quer aberta ou em estudo, face aos resultados de diferentes cenários utilizados na tomada de decisão. Executamos estes testes diariamente sobre as carteiras do Banco, assumindo situações limite de eventos extremos de mercado para simular a nossa exposição, e em certos casos a exposição dos nossos clientes a perdas potenciais. Quando não existem dados históricos, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes idênticas e com um nível mais elevado de correlação.

A Administração acredita que, quando tomadas em conjunto, estas metodologias fornecem uma avaliação razoavelmente exacta e objectiva do risco incorrido em cada momento nos vários instrumentos e carteiras.

Limites

Na actividade de *trading* os limites são essenciais ao processo, e envolvem a aprovação de restrições por classe de produto, por prazo, e por *trader* individual e pode ser medida por via de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo valores em *basis points* e medidas estatísticas, tais como o VaR acima referido.

A volatilidade e natureza dinâmica dos mercados financeiros requer que a função risco de mercado garanta a actualização contínua, o diálogo e a revisão dos pressupostos e modelos. Um conjunto de critérios é utilizado para determinar os limites apropriados de *trading*, incluindo a nossa análise actual e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade e liquidez, análise fundamental, análise técnica, o nível de experiência e desempenho de *traders* e gestores e, de grande importância, o grau de apetência do Banco pelo risco, de acordo com as condições de mercado.

Os limites aprovados especificando as exposições autorizadas por tipo são formal e periodicamente comunicados aos gestores, *traders*, e pessoal de *Back-Office* e são sujeitos a revisão e actualização regular. As unidades de *trading* são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *Back-Office* independentes para garantir que as posições são avaliadas e registadas correctamente.

Reporting

Diariamente, os *Back-Offices* compilam e reportam posições à gestão com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Limites excedidos são reportados à gestão imediatamente, sendo tomadas medidas para garantir o cumprimento com o limite. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo pelo menos reuniões diárias da gestão com as áreas de *trading* para rever posições, avaliar tendências e resultados, e modificar estratégias em conformidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários detidos falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades. Estes riscos incluem, genericamente, a exposição directa a clientes que contraram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento ou *trading* e risco de compensação de mercado associado a actividades de clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação, como resultado, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos discutidos acima. As exposições a crédito no Banco BiG genericamente incluem empréstimos, obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos relacionados com compensação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivativos e mercados monetários e compromissos relacionados com crédito colateralizado ou similares (notas 17 e 20). Neste processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima com o cliente, e separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector ou indústria.

Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se com frequência a avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Uma vez que o Banco está no negócio de assumir e gerir riscos activamente, por oposição a evitá-los, consideramos o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio e fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas.

Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, ao mesmo tempo que permite uma integração efectiva com os objectivos de negócio da gestão. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova políticas gerais e orientações para riscos de crédito, por sua vez delegando no COO e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte à implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisões de crédito;
- Controlo do cliente, família de clientes e grandes riscos;
- Documentação, controlo e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de monitorização de sistemas e procedimentos de monitorização de riscos;
- Manutenção de um *scoring* de crédito e matriz de aprovação;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Aderência a orientações regulatórias
- Política de preços

Natureza das exposições ao crédito

A estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias amplas:

Crédito Colateralizado, que resulta das nossas actividades de *trading* e intermediação com clientes e que representa a maior percentagem dos créditos concedidos em termos numéricos simples. Como percentagem do total de crédito concedido, esta categoria representa 99% do total de crédito em 2006. Durante o ano, expandimos a oferta de produtos, que representa uma baixa percentagem do crédito total, para passar a incluir crédito garantido por activos imobiliários e por veículos automóveis.

Crédito não Colateralizado, que resulta das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou estado, ou a concessão ocasional de crédito a empresas, com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do cliente.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não são neste momento estratégicos para o negócio do Banco. Acresce que a concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimentos ou mandatos de capital é desencorajada, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo discutido em detalhe abaixo.

Procedimentos de crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito com ou sem garantia geralmente inclui uma determinação do *score* de risco para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios principalmente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e *scoring* de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada com o risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazo e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados do *scoring* de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global incluindo quaisquer transacções em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de assinatura incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Descrição de crédito com garantia

Esta classe de crédito geralmente assume a forma de contas margem ou contas de empréstimo com garantia, que podem ser atribuídas a investidores individuais ou institucionais, segundo acordos contratuais específicos. Estes são habitualmente de curto prazo, integralmente garantidos em dinheiro e activos subjacentes líquidos.

O crédito em conta margem envolve termos padronizados e metodologias de controlo que incluem uma monitorização dinâmica e contínua do valor da garantia subjacente. O Banco gere os riscos operacionais, de crédito e de mercado inter-relacionados através de um sistema automático de controlos sobre limites e mecanismos de execução automática quando são atingidos níveis de risco pré estabelecidos. Este mecanismo de controlo é baseado na ponderação do risco alocado aos diferentes tipos de activos tendo como base a volatilidade de mercado para determinar os níveis de alavancagem permitidos na conta de crédito como percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados numa base dinâmica. O objectivo é identificar as diferenças entre valores mobiliários de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial e eventuais *call margins* e *execution margins* para os vários níveis de risco. A nossa experiência tem sido de que este tipo de crédito é uma utilização rentável do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco.

Mais importante ainda, este tipo de crédito controlado e garantido tem verificado níveis negligenciáveis de perdas relacionadas com o crédito, mesmo em condições extremas de mercado.

A novidade nesta classe de produtos, tendo começado a ser oferecidos no final de 2005 e durante 2006, são os empréstimos hipotecários e crédito automóvel. Considerando a natureza do ciclo de crédito e a significativa concorrência de outros operadores de crédito especializado, estes produtos de crédito são vistos presentemente como melhoramentos à nossa oferta base e não representam uma parte significativa da carteira de crédito em 2006.

Segue-se uma descrição do crédito garantido em 31 de Dezembro de 2006:

Descrição de exposições não garantidas

As linhas de crédito ou exposições relacionadas que não estão totalmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação deste tipo de operação. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem considerações quantitativas, tais como a propriedade, qualidade e reputação da gestão, posicionamento do mutuário e desempenho dentro do seu grupo de pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco poderá também confiar parcialmente em informação e análise fornecida por fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating* particularmente no caso de emittentes não domésticos e instituições financeiras.

T.19

Crédito Garantido	2006	2005	Var 06/05
Interno			
Curto prazo	62.298.287	33.422.619	86,40%
Médio e longo prazo	11.418.287	11.415.405	0,03%
Externo			
Curto prazo	233.246	1.335.627	-82,54
Médio e longo prazo	-	-	-
Crédito Garantido	2006	2005	Var 06/05
Interno			
Curto prazo	515.574	2.386.245	-78,39%
Médio e longo prazo	56.000	600.000	-90,67
Externo			
Curto prazo	314.040	1.604	19478,53%
Médio e longo prazo	-	-	-
Total	74.835.433	49.161.500	52,22%
			€
Créditos em conta margem	2006	2005	Var 06/05
Total de limites aprovados	190.932.774	97.397.701	96,03%
Média mensal de novos pedidos	10.781.357	4.402.630	144,88%
Total de Utilizações	54.160.303	32.255.973	67,91%
Montante médio mensal de montantes utilizados	50.358.327	26.879.990	87,35%
			€

Provisões para riscos de crédito

As provisões legais do Banco para riscos de crédito baseiam-se em critérios prudenciais e normas do Banco de Portugal, e estão disponíveis para absorver potenciais perdas resultantes da carteira de crédito. Com base no regulamento n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 2/99 e 8/03 de 26 e 30 de Janeiro, respectivamente, as provisões representam 1% do crédito líquido e garantias em aberto (1,5% no caso de crédito ao consumo e 0,5% no caso de crédito hipotecário ou locação financeira). Estes critérios são aplicáveis somente às contas individuais do Banco, pelo facto de apenas estas estarem sujeitas às Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's). Não se aplicam portanto às contas consolidadas do grupo, enquanto estas se regem pelas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's).

Derivados

Os contratos de derivados, tais como os futuros, *forwards*, *swaps* e opções são instrumentos que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado monetário para gerir as exposições do Banco aos mercados, para fazer face às necessidades dos seus Clientes e para gerar receitas através das suas actividades de *trading*. Na avaliação dos riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para derivados e exposições de mercado monetário que utiliza para produtos de crédito tradicionais conforme acima descrito. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, o que toma em consideração os valores actuais de mercado e estimativas de movimentos futuros nas taxas de mercado com base em dados estatísticos. Como parte do processo, o Banco calcula o custo de substituição de um derivado ou um contrato de mercado monetário como a medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituição de um contrato em condições extremas de no caso de uma contraparte incumprir antes da data de liquidação. O Banco utiliza procedimentos *mark to market* e medidas de VaR para avaliar o custo de substituição de um derivado ou contrato de mercado monetário no mercado aberto.

Na gestão da sua potencial exposição, o Banco procura reduzir o risco global trabalhando em grande parte com instituições financeiras de *investment grade*, com as quais o Banco geralmente celebra *Credit Support Agreements* (CSA's). No caso de outros clientes com quem o Banco possa celebrar contratos em ligação com as suas actividades de gestão de carteiras, o risco encontra-se ainda mais mitigado pela inclusão de formas de garantia que cobrem habitualmente 100% da exposição potencial.

Risco operacional

O risco operacional é parte do nosso negócio diário e pode surgir como resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza no seu negócio, o Banco está exposto a perdas potenciais e/ou risco da sua reputação, como resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão proactiva de riscos operacionais de modo a manter as exposições a níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de governo internos regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas dos erros ou quebras de serviço, que podem resultar de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no conjunto do Banco, existe uma estrutura autónoma de governo, que consiste nos seguintes grupos de supervisão, que respondem ao Conselho de Administração:

Comité de risco operacional, que revê a adequação dos procedimentos internos e do suporte humano e de sistemas à condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto com base quer em processos de auto-avaliação, quer em auditorias internas e externas programadas. Este grupo reúne pelo menos uma vez por mês e reporta ao COO.

Comité de risco tecnológico, que superintende a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão, ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução; Este grupo reúne pelo menos uma vez por semana e reporta ao COO.

Auditoria e controlo, responsável por conduzir auditorias internas regulares das áreas de *Front-Office* e Operações, incluindo revisões de procedimentos e documentação, e monitorização de perdas operacionais, com linha de reporte directa ao CEO; Este grupo reúne várias vezes por semana.

Comité de Compliance, combinando os Membros do Conselho de Administração e a área de auditoria, cujas responsabilidades incluem a verificação de aderência do Banco a questões regulatórias e legais, aplicação de procedimentos operacionais internos, código ético e questões relacionadas; Este grupo reúne pelo menos uma vez por semana, ou mais frequentemente se necessário.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e tomar acção sobre riscos associados a operações, tecnologia, e cumprimento.

Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão continua dos procedimentos operacionais relevantes, aderência a orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de *trading*, procedimentos de *back-up*, a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco. Embora erros operacionais ocorram ocasionalmente, é objectivo da estrutura de governo acima identificada estabelecer orientações para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital e estratégia de negócio. Para assistir a este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de dados associados com erros operacionais à gestão numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

Acreditamos que uma componente adicional na gestão destes riscos, quando combinada com uma estrutura de governo evolutivo, é a criação de uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de problemas potenciais à gestão e a sua resolução proactiva. No conjunto, o Banco procura limitar os riscos operacionais a um grau razoável, considerando o capital do Banco, fluxo de receitas e ambiente de negócio, ao mesmo tempo que melhora a execução, permitindo a escalabilidade das nossas áreas de negócio e mantendo a integridade dos nossos controlos internos num ambiente seguro.

Processamento e sistemas

As nossas prioridades ao conceber a integração da geração de negócio no *Front-Office* com as áreas de processamento incluem a necessidade de escalabilidade, segurança e construção de capacidades de processamento *straight-through*. Consequentemente, todas as áreas de processamento envolvem os níveis mais elevados da Administração para assegurar controlos razoáveis e cumprimento com práticas bancárias prudentes e orientações regulatórias, desde o pedido inicial do cliente, passando ao registo de negócios, produção de *outputs* e confirmações necessárias para controlos internos e reporte externo a clientes, accionistas, e reguladores.

As áreas responsáveis pela garantia eficiente de processamento são a equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Banco e as áreas de suporte operacional (Operações), que em conjunto representavam 30% do total de colaboradores no final de 2006. Outras áreas de suporte, tais como contabilidade, auditoria interna e controlo também estão envolvidas na implementação de novos sistemas, estratégias de processamento e novos produtos, para garantir um reporte eficiente e cumprimento adequado de questões regulatórias e estatutárias.

A equipa de TI do Banco concebe, instala e mantém a tecnologia do Banco e a infra-estrutura de comunicações, que é essencial ao bom funcionamento da organização. Esta área suporta todos os segmentos de negócio do Banco, desde os serviços internos de informação e comunicação básica, até à programação e tecnologia que suporta a complexa plataforma transaccional do Banco.

O Banco criou e mantém uma sofisticada plataforma de TI que suporta uma visão consistente da informação de cliente em todo o sistema. Esta plataforma é parte da visão global do Banco de que deve ser utilizada a mais recente tecnologia como ferramenta para criação de valor para o desenvolvimento de produtos e serviços para clientes. A plataforma existente utiliza serviços *web* como ferramenta de integração on-line de diferentes sistemas, e como base para a implementação do sistema bancário SOA. Esta plataforma usa extensivamente transacções distribuídas por diferentes sistemas de bases de dados, tais como Oracle, SQL Server, e DB/2

O sistema on-line foi melhorado para garantir o suporte ao uso da plataforma .NET da Microsoft, tornando-se assim o ambiente escolhido para o desenvolvimento de serviços e produtos no futuro. A normalização em linguagem de programação C# e ASP.NET permitiu ao Banco tirar partido das tecnologias existentes, para melhorar a sua plataforma, transformando-a numa infra-estrutura robusta de serviços distribuídos. Acresce que a avaliação proactiva dos riscos está inserida directamente na monitorização on-line dos serviços de Internet do Banco, de modo a reduzir substancialmente os riscos operacionais. A monitorização em tempo real baseia-se em eventos pré-definidos que permitem acções correctivas imediatas. Combinamos soluções de software produzidas externamente com extensa programação interna. No núcleo do processamento do Banco encontra-se uma aplicação bancária fiável e robusta, a MIDAS, desenvolvida e mantida pela MYSIS, uma empresa líder no desenvolvimento de software. O Banco utiliza um sistema de *middleware* que permite uma estreita integração entre todos os sistemas de informação, garantindo a replicação consistente e segura dos dados em todo o software de negócio. Durante o ano, o Banco efectuou *upgrades* ao seu sistema central de modo a que este cumpra com os NIC.

Em termos de novos produtos, o Banco lançou, entre outros, um inovador *streamer* em tempo real, baseado em tecnologia AJAX.

Entretanto, o Banco efectua actualizações de segurança constantes, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura, e garantir um ambiente livre de contaminação externa. Em 2006, o Banco reforçou o seu compromisso com um sistema de informação fiável e seguro por via do seu serviço interno de segurança de TI, que aplica as mais estritas regras e práticas de segurança

Basileia II

O novo Acordo de Basileia (Basileia II) pressupõe mudanças na regulação e supervisão prudenciais de instituições financeiras, e os respectivos grupos em que estão inseridas. Juntamente com a Directiva sobre exigências de capital, o acordo de Basileia II introduziu novas regras de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobrir riscos de crédito e operacionais com base em modelos gerados internamente, sujeitos a aprovação pelo respectivo regulador.

Durante 2006, após contactos com o Banco de Portugal, indicámos a nossa intenção de usar, durante a fase inicial, o método *standard* para risco de crédito e o método do indicador básico para exigências de capital calculadas relativamente ao risco operacional. Optámos também por um período de transição na implementação, que permite o uso continuado das directivas de Basileia I durante 2007. O período de transição permite ao Banco: (1) familiarizar-se gradualmente com as exigências de reporte de fundos próprios; (2) avaliar as implicações práticas e vantagens de aplicar um método mais avançado de cálculo de exigências de capital para risco de crédito, especialmente à luz da prática interna do banco de proceder a cálculos internos; e (3) construir um sistema de medida de risco operacional, tendo em conta que os registos do Banco mostram que o nosso modelo de negócio sugere um risco de perdas operacionais historicamente baixo. É nesta última categoria de risco operacional que o Banco vê maior vantagem na preparação de um tratamento mais avançado conforme Basileia II e onde a maioria dos recursos dedicados à construção do modelo serão concentrados em 2007.

Lisboa, 26 de Março, 2007
Conselho de Administração



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 409.820.457 euros e um total de capital próprio de 95.349.566 euros, incluindo um resultado líquido de 7.281.336 euros), as Demonstrações consolidadas dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e dos Ganhos e Perdas Reconhecidos do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco de Investimento Global, S.A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia.

ÊNFASE

7. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte :

A nossa nomeação formal como Revisores Oficiais de Contas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, ocorreu a 9 de Maio de 2006. Assim, as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2005, preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sector Bancário, foram objecto de revisão por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu a sua Certificação Legal das Contas sem reservas, datada de 24 de Fevereiro de 2006.

Lisboa, 29 de Março de 2007

KPMG & Associados. Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
representada por



Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC nº967)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2006

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco de Investimento Global, S.A.,

De acordo com a legislação aplicável e no cumprimento das funções de Fiscal Único do **Banco de Investimento Global, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, tomámos conhecimento dos actos da Administração do Banco, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos, e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do Relatório de Gestão e à verificação da correcção, tanto das Contas Individuais do Banco, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidos e as respectivas Notas Anexas como a ainda das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Da Administração e dos Serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, O que agradecemos, concluindo que:

1. O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do Banco de Investimento Global, S.A., relativos a 2006, e os livros de contabilidade, satisfazem as disposições legais e estatutárias;
2. Os actos da Administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da Lei e dos Estatutos;
3. As Contas Consolidadas de 2006, também satisfazem as disposições legais aplicáveis;
4. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, encontram-se devidamente evidenciados nas Notas.

Emitimos a ainda o **Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, e a Certificação Legal das Contas de 2006**, quer individuais, quer consolidadas, ambas sem reservas mas com Ênfase.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2006, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a correspondente proposta de aplicação de resultados, contida no mencionado Relatório de Gestão;
- b) A gestão do Banco exercida em 2006 pelo Conselho de Administração;
- c) As Contas Consolidadas de 2006, apresentadas pelo Conselho de Administração, bem como a parte correspondente do Relatório de Gestão.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 29 de Março de 2007

O Fiscal Único

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC N°967)

Demonstrações financeiras consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em euros)

Demonstração consolidada dos resultados

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Juros e proveitos similares	5	6.028.278	3.425.534
Juros e custos similares	5	4.463.062	2.826.655
Margem financeira		1.565.216	598.879
Rendimentos de serviços e comissões	6	10.457.348	8.222.483
Encargos com serviços e comissões	6	(2.281.551)	(1.924.797)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	13.213.909	10.020.078
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	1.079.814	(124.992)
Resultados de reavaliação cambial	9	(100.076)	(1.364.249)
Outros resultados de exploração	10	(320.296)	(12.447)
Proveitos operacionais		23.614.364	15.414.955
Custos com pessoal	11	9.487.548	7.515.932
Gastos gerais administrativos	13	4.036.334	3.753.737
Depreciações e amortizações	21 e 22	917.698	803.936
Provisões líquidas de anulações	26	75.945	-
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	2.935	(40.584)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	11.698	(1.351)
Custos operacionais		14.532.158	12.031.670
Resultado antes de impostos		9.082.206	3.383.285
Impostos			
Correntes	27	2.087.438	121.070
Diferidos	27	(286.568)	(281.521)
Resultado líquido do exercício		7.281.336	3.543.736
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,10	0,05
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,10	0,05

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	3.149.636	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	44.354.303	28.844.732
Activos financeiros detidos para negociação	17	88.427.077	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	18	49.625.007	29.991.173
Aplicações em instituições de crédito	19	78.977.769	23.160.497
Crédito a clientes	20	74.818.316	47.661.735
Activos tangíveis	21	6.694.686	5.856.608
Activos intangíveis	22	1.129.367	1.186.912
Activos por impostos correntes	28	2.890	131.411
Outros activos	23	62.641.406	43.189.731
Total de Activo		409.820.457	299.026.402
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	17	13.638.789	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	24	24.215.053	28.994.123
Recursos de clientes	25	223.863.590	111.644.112
Provisões	26	75.945	-
Passivos por impostos correntes		1.378.019	791.437
Passivos por impostos diferidos	27	562.760	850.780
Outros passivos	28	50.736.735	49.754.133
Total de Passivo		314.470.891	208.211.581
Capital Próprio			
Capital	29	75.082.920	75.082.920
Prémios de emissão	29	5.756.889	5.756.889
Ações próprias	29	(1.787.013)	(1.634.952)
Reservas de justo valor	29	(114.743)	16.713
Outras reservas e resultados transitados	29	9.130.177	8.049.515
Resultado líquido do exercício		7.281.336	3.543.736
Total de Capital Próprio		95.349.566	90.814.821
Total de Passivo e Capital Próprio		409.820.457	299.026.402

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		6.037.893	4.569.456
Juros e custos pagos		(4.523.321)	(2.942.568)
Serviços e comissões		7.930.522	6.670.500
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(12.984.118)	(20.967.178)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(3.468.867)	(1.038.998)
		(7.007.891)	(13.708.788)
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(914.655)	84.408
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados		38.930.900	33.699.172
Aplicações em instituições de crédito		(55.817.272)	(16.262.333)
Recursos de instituições de crédito		(4.779.070)	(20.337.526)
Crédito a clientes		(33.701.687)	(10.516.323)
Recursos de clientes		111.550.528	26.152.693
Outros activos e passivos operacionais		(13.479.535)	9.620.228
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		34.781.318	8.731.801
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(1.410.359)	(56.445)
		33.370.959	8.675.356
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		713.716	-
Dividendos recebidos		3.254.878	1.620.297
Activos financeiros disponíveis para venda		(17.553.312)	(19.350.598)
Compra de imobilizações		(1.698.231)	(1.560.899)
		(15.282.949)	(19.291.200)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		(233.228)	2.643.733
Dividendos de acções ordinárias pagos		(2.248.237)	(1.802.571)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(2.481.465)	841.162
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		15.606.545	(9.774.682)
Caixa e equivalentes no início do período		28.898.398	38.673.080
Caixa e equivalentes no fim do período		44.504.943	28.898.398
		15.606.545	(9.774.682)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	150.640	53.666
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	44.354.303	28.844.732
Total		44.504.943	28.898.398

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada de ganhos e perdas reconhecidos

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	29	183.321	22.705
Desvios actuariais de pensões de reforma	12; 29	133.673	-
Impostos diferidos	27; 29	(1.452)	(6.244)
Impostos correntes	27; 29	(50.413)	-
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		265.129	16.461
Lucro do exercício	29	7.281.336	3.543.736
Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício		7.546.465	3.560.197

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

A estrutura do Grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação, directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, e que foram incluídas no perímetro de consolidação apresentam-se como segue:

- A B.I.G. Capital, S.G.P.S., S.A. foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas. Em 15 de Maio de 2003 ocorreu um aumento de capital, que deu lugar à emissão de três milhões noventa e cinco mil novas acções do valor nominal de 1 euro cada, totalmente subscritas pelo accionista único, Banco de Investimento Global, S.A.
- A B.I.G. Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. integralmente detida pela B.I.G. Capital, S.G.P.S., S.A., foi constituída no dia 20 de Abril de 2004, e tem por objecto principal a realização de investimentos temporários, por períodos de tempo não superiores a dez anos, em sociedades com potencial elevado de crescimento e valorização, e bem assim a gestão de fundos de capital de risco (FCR) cujas unidades de participação se destinem a ser subscritas ou adquiridas, exclusivamente, por investidores qualificados. Em Junho de 2004 a sociedade iniciou a gestão do “Lead Capital – Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados BiG Capital”.

A B.I.G. Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. foi constituída no dia 9 de Abril de 1999, e tinha por objecto exclusivo a administração, em representação dos participantes, de um ou mais fundos de investimento mobiliário. No decorrer de 2006 esta sociedade foi alienada a uma entidade terceira.

As demonstrações financeiras das empresas Subsidiárias, são consolidadas pelo método de integração global, excepto se a sua integração não permitir que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

Os saldos e transacções significativas entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas do Grupo, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1. Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. ("BiG" ou "Grupo") devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") a partir do exercício de 2006. Nessa base, com efeito a 1 de Janeiro de 2006 estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os IFRS tal como adoptados na União Europeia. Assim, em 2006 o Banco apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com os IFRS, as quais incluem os IFRS tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de Março de 2007.

Transição para os IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2005 e na determinação de transição, o Grupo adoptou as regras de transição estabelecidas no IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas de Relato Financeiro. Os impactos decorrentes da adopção dos IFRS encontram-se resumidos na nota 33.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BiG e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo BiG"). As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*
Esta categoria inclui os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.
- *Activos financeiros disponíveis para venda*
Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou que não se enquadram na categoria acima referida.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo (*Trade date*).

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros entre categorias nos raros casos permitidos para esta norma.

Imparidade

Em conformidade com os IFRS, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço sendo classificados como activos dados em garantia. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edificios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, neste caso de 3 anos.

2.10. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhe a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida dos serviços remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua pagamentos aos fundos por forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto em vigor e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.12. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.13. Acções Próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na óptica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveito enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.16. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Relativamente aos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados bem como aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada em resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.18. Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.20. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 34 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.21. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada no ponto 2.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4. Segmentos de negócio

O Grupo prepara internamente uma apresentação dos resultados numa base de gestão, fundamentada em modelos que alocam os resultados às Áreas de Negócio, analisadas no ponto Actividades por Área de Negócio do relatório de Gestão. A Administração usa os relatórios internos para avaliar os resultados do Grupo por área de negócio, equipa de vendas ou categorias de produto, entre outros, e para comparar resultados internamente face a orçamentos e objectivos. Embora organizados de maneira diferente, para efeitos de análise interna, as apresentações de resultados numa base de gestão são inteiramente reconciliáveis com os resultados numa base legal.

Segmentos de negócio

Para efeitos de apresentação e análise de resultados de gestão, as actividades do Grupo estão organizadas em três áreas de negócio:

	Banca de Investimento Particulares Euros	Banca de Investimento Institucionais Euros	Trading Euros	Outros Euros	Total Euros
Proveitos de Corretagem	3.738.742	856.058	-	-	4.594.800
Custos de Corretagem	(801.092)	(308.139)	-	-	(1.109.231)
Gestão de Activos	1.696.386	231.325	-	-	1.927.711
Margem & Comissões Bancárias	2.548.791	1.172.612	-	-	3.721.403
Trading / Vendas	662.053	2.321.979	7.588.176	-	10.572.208
Assessoria a empresas	-	2.207.295	-	-	2.207.295
Private Equity	-	245.275	-	-	245.275
Outros Proveitos	-	-	-	1.454.903	1.454.903
Proveitos Líquidos por Segmento	7.844.880	6.726.405	7.588.176	1.454.903	23.614.364
Custos com Pessoal atribuíveis ao segmento	(2.740.029)	(1.736.441)	(940.696)	-	(5.417.166)
Gastos Gerais Administrativos atribuíveis ao segmento	(2.443.496)	(1.113.688)	(764.687)	-	(4.321.871)
Depreciação e Amortizações atribuíveis ao segmento	(552.488)	(205.238)	(137.066)	-	(894.792)
Outros Custos não atribuíveis aos segmentos	-	-	-	(3.898.329)	(3.898.329)
Custos Operacionais Líquidos por Segmento	(5.736.013)	(3.055.367)	(1.842.449)	(3.898.329)	(14.532.158)
Resultados antes de Impostos					9.082.206

Não são apresentados segmentos geográficos, uma vez que a generalidade dos custos e proveitos são obtidos em Portugal.

Banca de Investimento de Particulares

Este negócio concentra-se em ajudar e encorajar clientes a realizar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir de forma esclarecida e segura. No Grupo disponibilizamos soluções e serviços bancários a vários segmentos de clientes: clientes *self directed*, clientes que procuram aconselhamento e clientes de gestão de activos que procuram serviços personalizados e preservação de capital.

Serviço Investimento activo
Investimento com aconselhamento
Poupanças e gestão de Activos
Serviços bancários e Crédito

	Banca de Investimento Particulares		
	2006 Euros	2005 Euros	Var %
Proveitos Líquidos	7.844.882	4.968.866	57,88%
Custos Operacionais Líquidos	(5.736.013)	(5.064.175)	13,27%

Banca de Investimento Institucional

A Banca de Investimento Institucional trabalha com clientes institucionais e grandes ou médias empresas no âmbito da gestão de activos, *trading* nos principais mercados, cobertura de risco e no financiamento e optimização dos seus negócios. Neste segmento, os colaboradores do Grupo concentram-se no desenho de soluções específicas para clientes nas áreas de gestão de activos, estruturação de perfis de investimento, cobertura de riscos de mercado ou resolução de questões relacionadas com a estratégia financeira e estrutura das organizações.

Serviço Investimentos Estruturados
Gestão de Risco
Fusões e Aquisições
Equity & Debt Finance
Private Equity

	Banca de Investimento Institucionais		
	2006 Euros	2005 Euros	Var %
Proveitos Líquidos	6.726.407	4.793.971	40,31%
Custos Operacionais Líquidos	(3.055.369)	(2.703.621)	13,01%

Trading e Mercados

A área de *Trading* e Mercados é a área central da nossa organização. Este negócio fornece o *expertise* e informação sobre mercados para consumo interno, é responsável pela componente de cobertura de risco nas soluções vendidas a clientes, é activa no desenho de produtos e, finalmente, gere as posições de tesouraria e risco do Grupo.

Serviço Mandatos de consultoria de investimento
Aconselhamento de investimento e estrutura de capital
Gestão da carteira própria do Grupo

	Trading		
	2006 Euros	2005 Euros	Var %
Proveitos Líquidos	7.588.176	7.204.667	5,32%
Custos Operacionais Líquidos	(1.842.449)	(1.652.528)	11,49%

Nota 5. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito a clientes	2.327.844	1.430.046
Juros de activos financeiros	1.937.217	1.231.352
Juros de disponibilidades	881.893	499.166
Juros de aplicações	420.008	188.354
Outros juros e rendimentos similares	461.316	76.616
	6.028.278	3.425.534
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito	(1.470.188)	(974.234)
Juros de recursos de clientes	(2.976.175)	(1.619.599)
Outros juros e encargos similares	(16.699)	(232.822)
	(4.463.062)	(2.826.655)
	1.565.216	598.879

Nota 6. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.697.235	3.685.293
Por garantias prestadas	681.750	13.023
Por serviços prestados	664.397	1.024.980
Por compromissos perante terceiros	15.025	17.550
Outras comissões recebidas	4.398.941	3.481.637
	10.457.348	8.222.483
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(1.592.565)	(1.249.943)
Por serviços bancários de terceiros	(338.797)	(237.546)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(300.037)	(418.343)
Outras comissões pagas	(50.152)	(18.965)
	(2.281.551)	(1.924.797)
	8.175.797	6.297.686

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outras comissões recebidas inclui 2.109.826 euros relativos a serviços de assessoria financeira (31 de Dezembro de 2005: 1.860.230 euros) e 1.310.943 euros referentes a comissões de gestão de activos (31 de Dezembro de 2005: 1.143.044 euros).

Nota 7. Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	302.739	(351.124)	(48.385)	1.475.456	(51.564)	1.423.892
De outros emissores	1.211.113	(1.027.481)	183.632	307.477	(213.890)	93.587
Acções	39.271.602	(7.042.724)	32.228.878	31.529.293	(22.124.207)	9.405.086
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	14.368	(76)	14.292	2.700.967	(1.187.126)	1.513.841
Contratos sobre taxas de juro	1.984.803	(1.303.529)	681.274	49.769	(33.938)	15.831
Contratos sobre acções/índices	23.110.466	(44.912.985)	(21.802.519)	15.412.616	(18.839.234)	(3.426.618)
Outros	26.665.507	(24.271.151)	2.394.356	35.186.983	(39.357.412)	(4.170.429)
Outros	18.985	(456.604)	(437.619)	5.282.186	(117.298)	5.164.888
	92.579.583	(79.365.674)	13.213.909	91.944.747	(81.924.669)	10.020.078

Nota 8. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	341.152	-	341.152	1.950	(140.051)	(138.101)
De outros emissores	281.411	(63.739)	217.672	329.539	(237.156)	92.383
Acções	520.990	-	520.990	-	(79.274)	(79.274)
	1.143.553	(63.739)	1.079.814	331.489	(456.481)	(124.992)

Nota 9. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Reavaliação cambial	20.349	(120.425)	(100.076)	903.539	(2.267.788)	(1.364.249)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.1.

Nota 10. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Outros proveitos de exploração		
Reembolsos de despesas	25	82
Prestação de serviços diversos	8.577	3.528
Outros	143.488	178.531
	152.090	182.141
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(77.574)	(85.319)
Quotizações e donativos	(34.646)	(22.823)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(20.617)	(19.715)
Outros	(339.549)	(66.731)
	(472.386)	(194.588)
	(320.296)	(12.447)

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de 77.452 euros referente a comissões de vendas institucionais resultantes da estruturação e intermediação de operações com empresas e clientes institucionais. Esta rubrica inclui também rendimentos da venda do Kit do Investidor no valor de 11.437 euros (31 de Dezembro de 2005: 43.839 euros).

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outros custos de exploração inclui a estimativa para custos esperados no valor de 200 000 euros. Esta rubrica inclui ainda o pro-rata definitivo de 2005 no valor de 73.614 euros (31 de Dezembro de 2005: 37.417 euros). Esta rubrica inclui também a oferta promocional do Kit do Investidor no valor de 24.100 euros (31 de Dezembro de 2005: 34.200 euros).

Nota 11. Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Remunerações	(7.215.150)	(6.562.031)
Custos com pensões de reforma		
de benefícios definidos (ver Nota 12)	(1.225.806)	-
de contribuições definidas (ver Nota 12)	(98.796)	(151.169)
Encargos sociais obrigatórios	(762.983)	(643.470)
Outros custos com o pessoal	(184.813)	(159.262)
	(9.487.548)	(7.515.932)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2006 ascendem ao montante de 1.518.374 euros (31 de Dezembro de 2005: 1.505.367 euros).

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo analisa-se como segue:

	2006	2005
Funções directivas	25	18
Funções de chefia	9	8
Funções específicas	56	49
Funções administrativas	6	7
Funções auxiliares	1	1
	97	83

Nota 12. Benefícios a empregados

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	2006	2005
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	4,50%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de revalorização	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	4,80%	4,80%

Os participantes no Fundo são 8 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direito adquirido após os 60 anos com um número mínimo de serviços de 10 anos.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006 Euros	2005 Euros
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(5.934.306)	(4.917.826)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	5.133.998	880.750
(Excesso) / défice de cobertura (ver Nota 28)	(800.308)	(4.037.076)
Custos com serviços passados diferidos (ver Nota 23)	3.685.720	4.037.076
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.885.412	-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	133.673	-

Conforme referido na nota 2.10, o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava virem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo será diferido ao longo de um período de 11,5 anos, correspondente ao período de vida de serviços estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Responsabilidades em 1 de Janeiro	4.917.826	-
Custo do serviço corrente	726.245	-
Custo dos juros	224.440	-
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	65.795	-
Custo dos serviços passados decorrentes da introdução do plano	-	4.917.826
Responsabilidades em 31 de Dezembro	5.934.306	4.917.826

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	880.750	-
Rendimento real do fundo	8.357	-
Contribuições do Banco	4.244.891	-
Contribuição inicial decorrente da introdução do plano	-	880.750
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	5.133.998	880.750

A contribuição inicial decorrente da introdução do plano corresponde à parcela do Fundo de Contribuição Definida associada aos colaboradores que aderiram ao Plano de Benefício Definido na sequência da possibilidade de escolha concedida pelo Conselho de Administração do BiG conforme referido na nota 2.10.

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Títulos de dívida pública	3.175.421	-
Acções	636.598	-
Unidades de participação	256.138	-
Outros	1.065.841	-
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	5.133.998	-

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	4.037.076	-
Custo de serviços passados decorrentes da introdução do plano	-	4.037.076
Amortização	(351.356)	-
Saldo em 31 de Dezembro	3.685.720	4.037.076

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Desvios actuariais em reservas em 1 de Janeiro	-	-
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Responsabilidades	65.795	-
Do fundo	67.878	-
Desvios actuariais em reservas em 31 de Dezembro	133.673	-

Os custos do exercício podem ser decompostos como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Custo do serviço corrente	726.245	-
Custo dos juros	224.440	-
Rendimento esperado do fundo	(76.235)	-
Amortização de serviços passados	351.356	-
Custo do exercício	1.225.806	-

Adicionalmente, o Banco reconheceu como custo o montante de 98 796 euros (31 de Dezembro de 2005: 151.169 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida.

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	-	-
Custo do exercício	(1.225.806)	-
(Ganhos) e perdas actuariais em reservas	(133.673)	-
Contribuições efectuadas no ano	4.244.891	-
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.885.412	-

Nota 13. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Fornecimentos	(428.113)	(226.814)
Rendas e alugueres	(670.007)	(580.759)
Comunicações	(359.287)	(329.092)
Deslocações, estadas e representação	(284.973)	(237.037)
Publicidade e edição de publicações	(288.411)	(275.799)
Serviços especializados		
Segurança e vigilância	(8.089)	(5.926)
Bancos de dados	(41.620)	(38.956)
Mão de obra eventual	(47.253)	(28.491)
Avenças e honorários	(122.219)	(71.737)
Informações	(514.812)	(535.217)
Informática	(746.510)	(747.548)
Outros serviços especializados	(255.770)	(410.180)
Outros	(269.270)	(266.181)
	(4.036.334)	(3.753.737)

Nota 14. Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	2006 Euros	2005 Euros
Resultado líquido	7.281.336	3.543.736
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	75.082.920	75.082.920
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	378.524	2.734.552
Número médio de acções ordinárias em circulação	74.704.396	72.348.368
Resultado por acção básico (em euros)	0,10	0,05

Nota 15. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Caixa	150.640	53.666
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	2.998.996	2.084.341
	3.149.636	2.138.007

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Nota 16. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	29.437.924	22.291.673
Cheques a cobrar	212.313	1.229.437
	29.650.237	23.521.110
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	14.704.066	5.323.622
	14.704.066	5.323.622
	44.354.303	28.844.732

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 3,12% (31 de Dezembro de 2005: 2,89%).

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias dos meses de Janeiro de 2006 e 2005 respectivamente.

Nota 17. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Activos financeiros de negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	6.760.234	6.928.666
De outros emissores	16.571.658	17.680.002
Acções	50.890.890	66.660.361
Outros títulos de rendimento variável	2.621.226	9.575.799
	76.844.008	100.844.828
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	11.583.069	16.020.768
	88.427.077	116.865.596
Passivos financeiros de negociação		
Vendas a descoberto	4.728.824	730.563
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	8.909.965	15.446.433
	13.638.789	16.176.996

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2006			2005		
	Cotados Euros	Não cotados Euros	Total Euros	Cotados Euros	Não cotados Euros	Total Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6.760.234	-	6.760.234	6.928.666	-	6.928.666
De outros emissores	-	16.571.658	16.571.658	-	17.680.002	17.680.002
Acções	50.890.890	-	50.890.890	66.660.361	-	66.660.361
Outros títulos de rendimento variável	-	2.621.226	2.621.226	-	9.575.799	9.575.799
Total valor de balanço	57.651.124	19.192.884	76.844.008	73.589.027	27.255.801	100.844.828

A rubrica instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	2006			2005		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo Euros	Passivo Euros		Activo Euros	Passivo Euros
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Forward</i>	-	-	-	278.075.239	6.856	-
<i>Currency Options</i>	227.790	-	7.023	2.850.048	-	43.867
	227.790	-	7.023	280.925.287	6.856	43.867
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Forward Rate Agreement</i>	-	-	-	50.000.000	3.098	-
<i>Interest Rate Swaps</i>	102.952.556	3.905.981	1.149.176	88.908.569	-	-
	102.952.556	3.905.981	1.149.176	138.908.569	3.098	-
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	120.989.128	3.511.365	6.400.390	64.298.908	3.283.493	3.915.314
<i>Equity / Index Options</i>	112.585.904	4.165.723	1.353.376	108.868.226	12.727.321	11.487.252
	233.575.032	7.677.088	7.753.766	173.167.134	16.010.814	15.402.566
Total	336.755.378	11.583.069	8.909.965	593.000.990	16.020.768	15.446.433

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de maturidade, é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Títulos		
De 3 meses a um ano	6.760.234	10.455.078
De um a cinco anos	5.464.224	5.655.642
Mais de cinco anos	11.145.999	8.345.588
Duração indeterminada	53.473.551	76.388.520
	76.844.008	100.844.828

Nota 18. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo amortizado Euros	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros	Valor balanço Euros
		Positiva Euros	Negativa Euros		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3.934.011	43.706	-	-	3.977.717
De outros emissores	23.333.780	159.917	(124.798)	-	23.368.899
Ações	200.500	-	-	(170)	200.330
Outros títulos de rendimento variável	2.500.000	-	(55.773)	-	2.444.227
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	29.968.291	203.623	(180.571)	(170)	29.991.173
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	254.130	-	(2.759)	-	251.371
De outros emissores	46.030.815	279.676	(340.597)	-	45.969.894
Ações	1.000.500	-	-	(170)	1.000.330
Outros títulos de rendimento variável	2.500.001	-	(96.589)	-	2.403.412
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	49.785.446	279.676	(439.945)	(170)	49.625.007

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 5,43% (31 de Dezembro de 2005: 6,02%).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
De 3 meses a um ano	-	4.046.390
De um a cinco anos	19.338.933	7.326.881
Mais de cinco anos	25.546.308	15.973.345
Duração indeterminada	4.739.766	2.644.557
	49.625.007	29.991.173

Nota 19. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	14.507.462	-
Depósitos	50.060.347	-
Operações com acordo de revenda	183.508	4.673.528
	64.751.317	4.673.528
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	6.228.996	426.969
Operações com acordo de revenda	5.485.960	18.060.000
Outras aplicações	2.511.496	-
	14.226.452	18.486.969
	78.977.769	23.160.497

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 2,58% (31 de Dezembro de 2005: 1,81%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	78.474.519	14.160.497
De 3 meses a um ano	503.250	9.000.000
	78.977.769	23.160.497

Nota 20. Crédito a clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	9.418.738	6.454.339
Empréstimos	6.518.321	356.800
Descobertos	90.011	91.788
Locação financeira	11.922	-
A particulares		
Habitação	2.433.079	2.828.167
Consumo	923.682	561.963
Empréstimos	617.170	615.678
Créditos em conta corrente	45.540.515	31.452.566
Descobertos	8.819.711	3.963.493
	74.373.149	46.324.794
Crédito ao exterior		
A empresas		
Créditos em conta corrente	56.000	260.215
Descobertos	314.271	467.108
A particulares		
Créditos em conta corrente	177.246	209.951
Descobertos	785	414.034
	548.302	1.351.308
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	14.640	100.473
	14.640	100.473
	74.936.091	47.776.575
Provisões para imparidade do crédito	(117.775)	(114.840)
	74.818.316	47.661.735

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 6,89% (31 de Dezembro de 2005: 5,31%).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos ou títulos domiciliados no Grupo.

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até um ano	64.428.419	37.262.108
De um a cinco anos	6.284.825	6.188.575
Mais de cinco anos	4.222.847	4.325.892
	74.936.091	47.776.575

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo inicial	114.840	1.783.428
Dotações	89.007	16.368
Utilizações	-	(1.628.004)
Reversões	(86.072)	(56.952)
Saldo final	117.775	114.840

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Taxa fixa	108.424	114.055
Taxa variável	74.827.667	47.662.520
	74.936.091	47.776.575

Nota 21. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Imóveis		
De serviço próprio	958.783	-
Beneficiações em edifícios arrendados	1.242.647	572.097
	2.201.430	572.097
Equipamento		
Equipamento informático	2.819.375	2.560.136
Instalações e interiores	300.664	299.194
Mobiliário e material	448.633	425.565
Equipamento de segurança	66.249	62.526
Máquinas e ferramentas	70.746	57.777
Equipamento informático em locação financeira	153.781	153.781
	3.859.448	3.558.979
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	4.527.366	5.162.389
	4.527.366	5.162.389
	10.588.244	9.293.465
Depreciação acumulada	(3.893.558)	(3.436.857)
	6.694.686	5.856.608

A rubrica Imobilizado em curso respeita ao novo edifício da sede, ainda em construção.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	572.097	3.308.664	4.290.241	8.171.002
Adições	-	259.598	872.148	1.131.746
Abates / vendas	-	(9.283)	-	(9.283)
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	572.097	3.558.979	5.162.389	9.293.465
Adições	427.775	300.469	566.535	1.294.779
Transferências	1.201.558	-	(1.201.558)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	2.201.430	3.859.448	4.527.366	10.588.244
Depreciações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	501.206	2.513.449	-	3.014.655
Depreciações do exercício	42.687	324.494	-	367.181
Abates / vendas	-	(7.610)	-	(7.610)
Outras transferências	-	62.631	-	62.631
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	543.893	2.892.964	-	3.436.857
Depreciações do exercício	114.041	342.660	-	456.701
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	657.934	3.235.624	-	3.893.558
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	1.543.496	623.824	4.527.366	6.694.686
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	28.204	666.015	5.162.389	5.856.608

Nota 22. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	5.177.185	4.241.846
Outras	586.747	586.747
	5.763.932	4.828.593
Imobilizações em curso	56.668	588.555
	5.820.600	5.417.148
Depreciação acumulada	(4.691.233)	(4.230.236)
	1.129.367	1.186.912

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados Euros	Outras imobilizações Euros	Total Euros
Custo de aquisição			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	3.654.707	1.176.392	4.831.099
Adições:			
Adquiridas a terceiros	487.008	99.041	586.049
Transferências	100.131	(100.131)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	4.241.846	1.175.302	5.417.148
Adições:			
Adquiridas a terceiros	280.624	122.828	403.452
Transferências	654.715	(654.715)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	5.177.185	643.415	5.820.600
Depreciações			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	3.123.399	577.491	3.700.890
Depreciações do exercício	436.712	43	436.755
Outras transferências	83.378	9.213	92.591
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	3.643.489	586.747	4.230.236
Depreciações do exercício	460.252	745	460.997
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	4.103.741	587.492	4.691.233
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	1.073.444	55.923	1.129.367
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	598.357	588.555	1.186.912

Nota 23. Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Aplicações - Contas caução	11.011.233	4.469.062
Devedores por operações sobre futuros e opções	3.362.083	4.905.707
Devedores e outras aplicações	421.094	183.747
Sector público administrativo	126.864	120.590
Devedores diversos	4.447.028	720.685
	19.368.302	10.399.791
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(35.386)	(23.688)
	19.332.916	10.376.103
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1.022	1.062
	1.022	1.062
Rendimentos a receber	481.942	287.195
Despesas com custo diferido	1.311.692	254.867
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	488	13.736
Outras operações a regularizar	37.827.626	32.256.768
	37.828.114	32.270.504
Pensões de reforma (ver Nota 12)	3.685.720	-
	62.641.406	43.189.731

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Outras operações a regularizar.

A rubrica Devedores diversos inclui 2.419.284 euros relativo a adiantamentos a clientes por valias em contratos de derivados, inclui ainda uma prestação suplementar de capital no valor de 1.369.054 euros.

Os movimentos ocorridos em provisões para Outros activos são apresentados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo inicial	23.688	33.533
Dotações	11.698	-
Utilizações	-	(8.494)
Reversões	-	(1.351)
Saldo final	35.386	23.688

A rubrica Pensões de reforma corresponde ao valor dos serviços passados diferidos em balanço, conforme nota 12.

Nota 24. Recursos de outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
No país		
Depósitos	110.625	53.905
	110.625	53.905
No estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	10.430.150	503.842
Depósitos	821.503	414.369
Operações de venda com acordo de recompra	11.334.172	28.022.007
Outros recursos	1.518.603	-
	24.104.428	28.940.218
	24.215.053	28.994.123

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 2,77% (31 de Dezembro de 2005: 2,11%).

Os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	22.696.450	28.994.123
Entre 3 meses e 1 ano	1.518.603	-
	24.215.053	28.994.123

Nota 25. Recursos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Depósitos à ordem	100.494.209	79.459.775
Depósitos a prazo	97.894.514	16.984.770
Outros	25.474.867	15.199.567
	223.863.590	111.644.112

Os prazos residuais dos recursos a clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	191.702.551	95.884.902
Entre 3 e 6 meses	7.384.016	3.062.293
Entre 6 e 12 meses	11.838.781	3.136.815
Entre 1 e 3 anos	11.761.618	3.311.496
Mais de 3 anos	1.176.624	6.248.606
	223.863.590	111.644.112

Nota 26. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões Euros
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	-
Dotações	75.945
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	75.945

Nota 27. Impostos

O Banco e as suas Subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo Banco e as suas Subsidiárias com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro. O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005: 27,5%), taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco e as suas Subsidiárias ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e as suas Subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como seguem:

	2006 Euros	2005 Euros
Provisões	323.265	3.983
Mais-Valias	(138.483)	(173.105)
Instrumentos financeiros derivados	(672.263)	(597.731)
Activos financeiros disponíveis para venda	(43.160)	(55.986)
Activos financeiros detidos para negociação	(69.135)	(89.679)
Outros	37.016	61.738
Imposto diferido passivo líquido	(562.760)	(850.780)
Movimento do imposto no ano	288.020	287.765

O movimento do imposto diferido em 2006 e 2005 explica-se como segue:

	2006			2005		
	Reconhecido em resultados Euros	Reconhecido em reservas Euros	Total Euros	Reconhecido em resultados Euros	Reconhecido em reservas Euros	Total Euros
Provisões	319.424	-	319.424	3.970	-	3.970
Mais-Valias	34.622	-	34.622	34.622	-	34.622
Instrumentos financeiros derivados	(96.267)	-	(96.267)	280.970	-	280.970
Activos financeiros disponíveis para venda	9.569	1.221	10.790	(49.646)	6.244	(43.402)
Activos financeiros detidos para negociação	17.285	-	17.285	27.935	-	27.935
Outros	(22.481)	-	(22.481)	(16.330)	-	(16.330)
Alteração de taxa	24.416	231	24.647	-	-	-
	286.568	1.452	288.020	281.521	6.244	287.765

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	50.413	-
Imposto diferido	1.452	6.244
	51.865	6.244
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente	2.087.438	121.070
Imposto diferido	286.568	281.521
	2.374.006	402.591
	2.425.871	408.835

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2006		2005	
	Taxa de imposto	Valor Euros	Taxa de imposto	Valor Euros
Resultado antes de impostos		9.082.208		3.383.285
Resultado apurado com base na taxa de imposto (27,5%)	27,50%	2.497.607	27,50%	930.403
Fundo pensões	2,91%	264.179	-	-
Dividendos não tributáveis	-3,66%	(332.437)	-18,23%	(616.692)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,19%	17.053	0,44%	14.926
Provisões	-4,67%	(423.717)	-9,80%	(331.671)
Benefícios fiscais	-2,05%	(186.425)	-17,69%	(598.652)
Outros	-0,51%	(46.741)	13,81%	467.241
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,12%	11.352	-0,77%	(26.008)
	19,83%	1.800.872	-4,74%	(160.452)

Nota 28. Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.879.056	2.294.160
Recursos diversos	902.500	435.000
Sector público administrativo	857.912	996.957
Credores por fornecimento de bens	15.675	-
Credores por operações sobre valores mobiliários	9.822	5.595
Outros credores	1.809.222	2.822.755
	5.474.187	6.554.467
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	2.471.635	24.089
Responsabilidades com pensões (ver Nota 12)	800.308	1.587.024
Outros encargos a pagar	302.742	15.363
	3.574.685	1.626.476
Receitas com rendimento diferido	1.087.414	80.246
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	40.085.134	40.783.989
Outras operações a regularizar	515.315	708.955
	40.600.449	41.492.944
	50.736.735	49.754.133

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica outros credores inclui 1.637.681 euros referentes a capital subscrito não realizado de um fundo de capital de risco (31 de Dezembro de 2005: 2.000.000 euros).

Nota 29. Capital, prêmios de emissão, ações próprias e reservas

O movimento da situação líquida é detalhado como segue:

	Capital	Prêmios de emissão	Ações Próprias	Reservas de justo valor	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultado do exercício	Total de Capital Próprio
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 PCSB	75.082.920	4.414.481	-	-	542.472	3.594.072	3.703.292	87.337.237
Impacto da adoção das IFRS	-	1.342.408	(5.160.260)	33.174	-	-	68.513	(3.716.165)
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 IFRS	75.082.920	5.756.889	(5.160.260)	33.174	542.472	3.594.072	3.771.805	83.621.072
Distribuição do lucro do exercício de 2004								
Transferência para reservas	-	-	-	-	292.941	1.676.293	(1.969.234)	-
Distribuição de dividendos a)	-	-	-	-	-	-	(1.802.571)	(1.802.571)
Variação de ações próprias	-	-	2.643.733	-	-	1.943.737	-	4.587.470
Variação empréstimos	-	-	881.575	-	-	-	-	881.575
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor	-	-	-	(16.461)	-	-	-	(16.461)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	3.543.736	3.543.736
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	75.082.920	5.756.889	(1.634.952)	16.713	835.413	7.214.102	3.543.736	90.814.821
Distribuição do lucro do exercício de 2005								
Transferência para reservas	-	-	-	-	533.398	762.101	(1.295.499)	-
Distribuição de dividendos a)	-	-	-	-	-	-	(2.248.237)	(2.248.237)
Variação de ações próprias	-	-	(661.933)	-	-	(81.164)	-	(743.097)
Variação empréstimos	-	-	509.872	-	-	-	-	509.872
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor	-	-	-	(131.456)	-	-	-	(131.456)
Desvio actuarial fundo pensões	-	-	-	-	-	(133.673)	-	(133.673)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.281.336	7.281.336
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	75.082.920	5.756.889	(1.787.013)	(114.743)	1.368.811	7.761.366	7.281.336	95.349.566

a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,03 e 0,025 para acções em circulação em 2006 e 2005 respectivamente.

Capital

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital do Grupo encontra-se representado por 75.082.920 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a estrutura accionista do Grupo é a seguinte:

	2006	2005
António da Silva Rodrigues	14,40%	14,40%
Adger – SGPS, S.A.	12,80%	12,80%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	7,89%	7,89%
JRI – SGPS, S.A.	6,04%	6,04%
MSF – SGPS, S.A.	5,70%	5,70%
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	5,47%	5,47%
Nicholas Leo Racich	4,04%	4,04%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,11%	3,11%
Alfredo Milne e Carmo	2,40%	2,40%
Endutex – SGPS, S.A.	2,00%	2,00%
Outros	36,15%	36,15%
	100,00%	100,00%

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2006, os prémios de emissão no montante de 5.756.889 euros (31 de Dezembro de 2005: 5.756.889 euros) referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2006		2005	
	Nº de acções	Valor Euros	Nº de acções	Valor Euros
Acções próprias				
Saldo no início do ano	36.768	40.677	2.522.568	2.684.410
Aquisições	630.000	944.000	568.500	735.000
Alienações	(191.000)	(282.067)	(3.054.300)	(3.378.733)
Saldo no final do ano	475.768	702.610	36.768	40.677
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano		1.594.275		2.475.850
Movimento		(509.872)		(881.575)
Saldo no final do ano		1.084.403		1.594.275
Saldo final		1.787.013		1.634.952

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Grupo deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor é analisada da seguinte forma:

	2006 Euros	2005 Euros
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	48.785.446	29.968.291
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	48.625.007	29.991.173
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(160.439)	22.882
Imparidade reconhecida	170	170
Impostos diferidos	(4.887)	(6.339)
Impostos correntes	50.413	-
	(114.743)	16.713

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2006 e 2005 é analisada da seguinte forma:

	2006 Euros	2005 Euros
1 de Janeiro	16.713	33.174
Variação de justo valor	(183.321)	(22.705)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	50.413	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	1.452	6.244
Saldo em 31 de Dezembro	(114.743)	16.713

Nota 30. Contas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	32.824.813	859.436
Activos dados em garantia	6.680.000	6.600.000
	39.504.813	7.459.436
Garantias recebidas		
Garantias reais		
Créditos	92.929.413	37.534.145
Títulos	115.261.822	71.921.919
Valores imobiliários	5.207.034	4.292.314
	213.398.269	113.748.378
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	11.422.439	63.363.708
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	208.746	208.746
Compromissos revogáveis		
Facilidades de decoberto em conta	76.801.860	38.883.420
	88.433.045	102.455.874
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	413.374.375	293.449.912
Por cobrança de valores	13.497	315.990
Por valores administrados pela instituição	54.484.229	42.514.875
	467.872.101	336.280.777

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 6.430.000 euros igual montante a 2005.
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 250.000 euros (31 de Dezembro de 2005: 170.000 euros).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rubrica Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Nota 31. Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006, os instrumentos financeiros apresentavam a seguinte liquidez:

	Negociação	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
31 de Dezembro de 2006						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	3.149.636	-	-	3.149.636	3.149.636
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	44.354.303	-	-	44.354.303	44.354.303
Activos financeiros detidos para negociação	88.427.077	-	-	-	88.427.077	88.427.077
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	49.625.007	-	49.625.007	49.625.007
Aplicações em instituições de crédito	-	78.977.769	-	-	78.977.769	78.977.769
Crédito a clientes	-	74.818.316	-	-	74.818.316	74.818.316
Activos financeiros	88.427.077	201.300.024	49.625.007	-	339.352.108	339.352.108
Passivos financeiros detidos para negociação	13.638.789	-	-	-	13.638.789	13.638.789
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	24.215.053	24.215.053	24.215.053
Recursos de clientes	-	-	-	223.863.590	223.863.590	223.863.590
	13.638.789	-	-	248.078.643	261.717.432	261.717.432
31 de Dezembro de 2005						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	2.138.007	-	-	2.138.007	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	28.844.732	-	-	28.844.732	28.844.732
Activos financeiros detidos para negociação	116.865.596	-	-	-	116.865.596	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	29.991.173	-	29.991.173	29.991.173
Aplicações em Instituições de Crédito	-	23.160.497	-	-	23.160.497	23.160.497
Crédito a clientes	-	47.661.735	-	-	47.661.735	47.661.735
	116.865.596	101.804.971	29.991.173	-	248.661.740	248.661.740
Passivos financeiros detidos para negociação	16.176.996	-	-	-	16.176.996	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	28.994.123	28.994.123	28.994.123
Recursos de clientes	-	-	-	111.644.112	111.644.112	111.644.112
	16.176.996	-	-	140.638.235	156.815.231	156.815.231

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira de crédito do BiG é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos originados durante o exercício de 2006, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Nota 32. Gestão de risco de actividade

Gestão do Risco

Nos processos de gestão de risco, focamo-nos na gestão de (i) riscos de Mercado, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos operacionais, incluindo estes os riscos tecnológicos e de processamento de operações.

As responsabilidades formais do controlo dos riscos no Grupo começam no Conselho de Administração, cujos membros gerem de forma delegada: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, Compliance, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos. Dentro de limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. As grandes exposições ou decisões significativas que ultrapassem o âmbito destes limites exigem análise e aprovação ao nível do Conselho de Administração.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos no negócio de *Trading* incluem:

Risco de Taxa de Juro: resultante de exposições a mudanças, oscilações e tendências das *yields curves*, volatilidades das taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

Risco de Preço de Acções e *Commodities*: resultante de exposições a variações de preços de activos subjacentes e volatilidade.

Risco Cambial: resultante de exposições a variações nos câmbios *spot* e *forward* e na sua volatilidade.

O Comité de Risco de Mercado, no qual a Administração delega o controlo diário das operações, é responsável por supervisionar o risco associado às actividades de *trading* e investimento do Grupo. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros dois administradores, bem como directores que se encontrem envolvidos nas actividades de *trading* e controlo.

Ambos são responsáveis pela revisão das metodologias de medição de risco e dos limites para todas as operações de *trading*. Controlam também decisões gerais de investimento, revêem modelos e informação analítica associados ao cálculo dos limites VaR, tanto no âmbito da carteira do Grupo como na dos clientes e são responsáveis pela condução de *stress-tests* apropriados, e pelo controlo independente dos limites de risco na tomada de posições aprovados para pessoal de *front-office*. A supervisão dos riscos de mercado engloba ainda a revisão e aprovação da componente de risco associada a novos produtos. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, assim como um nível de volatilidade apropriado ao nível dos resultados operacionais.

Nas suas operações de *trading*, o Grupo procura gerar receitas enquanto monitoriza continuamente, a sua exposição a mudanças adversas no valor de instrumentos financeiros que detém em diferentes mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e analisa, periodicamente, procedimentos e sistemas concebidos para garantir níveis de controlo adequados ao capital do Grupo e aos seus objectivos de negócio.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar a sua exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, entre os quais:

Indicadores estatísticos:

Value at Risk (VaR)

Indicadores não estatísticos:

Testes de *stress* do *Economic Value*

Testes de *stress* do *Earnings at Risk*

Basis Point Values

Ao nível das linhas de produtos e carteiras de clientes particulares, as medidas estatísticas, tais como o VaR, são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e medidas de *earnings-at-risk advisories*, para assegurar os controlos adequados sobre os resultados esperados por tipo de risco, em quaisquer condições de mercado.

O Grupo calcula o VaR utilizando um horizonte temporal de um mês (22 dias úteis) e um intervalo de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo poderia esperar incorrer em perdas superiores ao VaR estimado apenas uma vez em cada 100 dias úteis, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano.

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo BPV's (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o VaR (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes. O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

Desta forma, a exposição ao risco de crédito do Grupo pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito
- Integridade do processo de aprovação de crédito
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis das unidades de negócio individuais. Para monitorar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura autónoma, constituída pelos seguintes órgãos de supervisão interna que reportam ao Conselho de Administração:

Comité de Risco Operacional, que analisa a conformidade dos procedimentos internos, a adequação do apoio humano e de sistemas para a condução normal das actividades e os riscos do dia-a-dia a que o Grupo está exposto, com base em processos de auto-avaliação e auditorias internas e externas programadas. Reporta ao COO.

Comité de Risco Tecnológico, que supervisiona a adequação da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento e ligações do Grupo com fornecedores externos de informação e de serviços de execução. Reporta ao COO.

Auditoria e Controlo, responsável pela condução de auditorias internas regulares às áreas operacionais e de *front-office*, incluindo análise de documentos e procedimentos. Reporta ao CEO. Reúne-se várias vezes por semana.

Comité de *Compliance*, que combina membros do Conselho de Administração e da área de Auditoria do Grupo, e cujas responsabilidades incluem a monitorização da observância pelo Grupo de questões regulamentares e legais, cumprimento de procedimentos operacionais internos, código de ética e outras questões relacionadas. Reúne-se pelo menos uma vez por semana ou mais vezes se necessário, para analisar questões regulamentares e legais correntes.

Operações e sistemas

As principais prioridades da Administração no desenvolvimento dos processos de integração das áreas *front-office* e *back-office* são a necessidade de escalabilidade, segurança e adquirir capacidades de processamento *straight-through*. As áreas responsáveis por garantir a eficiência dos processos são a equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Grupo e as áreas de suporte das Operações.

Nota 33. Transição para os IFRS

Conforme referido na Nota 1, em 2006 o Grupo adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2 foram utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2006, na preparação de informação financeira comparativa para 31 de Dezembro de 2005.

Apresenta-se de seguida demonstrações financeiras comparativas entre as contas PCSB e IFRS.

	31 de Dezembro de 2005			
	PCSB	Reclassificações	Ajustamentos de transição para IFRS	IFRS
	Euros	Euros	Euros	Euros
Juros e proveitos similares	3.383.709	-	41.825	3.425.534
Juros e custos similares	2.826.655	-	-	2.826.655
Margem financeira	557.054	-	41.825	598.879
Rendimentos de serviços e comissões	8.222.483	-	-	8.222.483
Encargos com serviços e comissões	(1.924.797)	-	-	(1.924.797)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	10.062.282	9.847	(52.051)	10.020.078
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.401.424	(2.526.416)	-	(124.992)
Resultados de reavaliação cambial	(1.364.249)	-	-	(1.364.249)
Outros resultados de exploração	(12.447)	-	-	(12.447)
Proveitos operacionais	17.941.750	(2.516.569)	(10.226)	15.414.955
Custos com pessoal	7.474.107	-	41.825	7.515.932
Gastos gerais administrativos	3.753.737	-	-	3.753.737
Depreciações e amortizações	803.936	-	-	803.936
Provisões líquidas de anulações	100.700	-	(86.332)	14.368
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(43.767)	-	(11.185)	(54.952)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.351)	-	-	(1.351)
Custos operacionais	12.087.361	-	(55.692)	12.031.670
Resultado antes de impostos	5.854.389	(2.516.569)	45.466	3.383.285
Impostos				
Correntes	858.350	-	(737.280)	121.070
Diferidos	(16.889)	-	(264.632)	(281.521)
Resultado líquido do exercício	5.012.928	(2.516.569)	1.047.378	3.543.736

31 de Dezembro de 2005				
	PCSB	Reclassificações	Ajustamentos de transição para IFRS	IFRS
	Euros	Euros	Euros	Euros
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.138.007	-	-	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.844.732	-	-	28.844.732
Activos financeiros detidos para negociação	97.571.603	(171.410)	19.465.403	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	49.201.917	139.854	(19.350.598)	29.991.173
Aplicações em instituições de crédito	23.160.497	-	-	23.160.497
Crédito a clientes	49.259.178	(337.700)	(1.259.743)	47.661.735
Activos tangíveis	5.856.608	-	-	5.856.608
Activos intangíveis	1.186.912	-	-	1.186.912
Activos por impostos correntes	131.411	-	-	131.411
Outros activos	43.189.731	-	-	43.189.731
Total de Activo	300.540.596	(369.256)	(1.144.938)	299.026.402
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	16.176.996	-	-	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	28.994.123	-	-	28.994.123
Recursos de clientes	111.644.112	-	-	111.644.112
Derivados de cobertura	181.260	(181.260)	-	-
Provisões	337.700	(337.700)	-	-
Passivos por impostos correntes	791.437	-	-	791.437
Passivos por impostos diferidos	770.838	-	79.942	850.780
Outros passivos	55.949.367	-	(6.195.234)	49.754.133
Total de Passivo	214.845.833	(518.960)	(6.115.292)	208.211.581
Capital Próprio				
Capital	75.082.920	-	-	75.082.920
Prémios de emissão	3.561.651	-	2.195.238	5.756.889
Acções próprias	-	(40.677)	(1.594.275)	(1.634.952)
Reservas de justo valor	-	-	16.713	16.713
Outras reservas e resultados transitados	2.037.264	2.706.947	3.305.304	8.049.515
Resultado líquido do exercício	5.012.928	(2.516.566)	1.047.374	3.543.736
Total de Capital Próprio	85.694.763	149.704	4.970.354	90.814.821
Total de Passivo e Capital Próprio	300.540.596	(369.256)	(1.144.938)	299.026.402

Apresenta-se de seguida explicação dos principais ajustamentos decorrentes da adopção dos IFRS efectuados ao capital próprio e ao resultado líquido.

Reconciliação do capital próprio

		01/01/2005 Euros	31/12/2005 Euros
Capital Próprio - PCSB		87.337.237	85.694.763
Ajustamentos IFRS			
Acções próprias	a)	(5.160.260)	(1.634.952)
Pensões de reforma de benefício definido	b)	-	6.195.238
Activos financeiros disponíveis para venda	c)	59.104	203.585
Activos financeiros detidos para negociação	d)	427.688	326.107
Instrumentos financeiros derivados	e)	(283.885)	(224.508)
Impostos diferidos	f)	(338.235)	(79.941)
Provisões para crédito	g)	237.015	334.529
Provisões		1.342.408	-
Capital Próprio - IFRS		83.621.072	90.814.821

Reconciliação do resultado líquido

		2005 Euros
Resultado Líquido - PCSB		5.012.928
Ajustamentos IFRS		
Acções próprias	a)	(1.943.737)
Activos financeiros disponíveis para venda	c)	(28.371)
Activos financeiros detidos para negociação	d)	81.393
Instrumentos financeiros derivados	e)	59.377
Impostos diferidos	f)	264.632
Provisões	g)	97.514
Resultado Líquido - IFRS		3.543.736

a) Acções Próprias

De acordo com os IFRS as acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

b) Fundo de Pensões

Conforme referido na Nota 2.9, em 8 de Abril de 2005 foi aprovado em Assembleia Geral, uma proposta do Conselho de Administração relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido para os membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse Plano bem como a definição específica dos seus termos.

Assim, em 29 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração do BiG aprovou a constituição do referido Plano, para os restantes colaboradores, concedendo-lhes a possibilidade de optarem por permanecer no Plano de Contribuição Definida ou transitarem para o Plano de Benefício Definido.

Com referência a 31 de Dezembro de 2005, foi efectuada uma avaliação actuarial, por entidade independente, a qual considerou a melhor estimativa do número esperado de empregados que transitaria para o Plano de Benefícios Definidos.

O Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, relativo a Benefícios de Pensões de Reforma, atribuía a esta entidade de supervisão, o poder discricionário de permitir regras contabilísticas alternativas em matéria de Pensões de Reforma. Nessa base, em 2005, o BiG obteve a autorização do Banco de Portugal para registar contra reservas, a responsabilidade actuarial com Benefícios definidos determinados com referência a 31 de Dezembro de 2005, a qual corresponde a custos com serviços passados dos contratos abrangidos pelo Plano.

Contudo, de acordo com a o parágrafo 96 do IAS 19 Benefícios a empregados, os custos com serviços passados decorrentes da introdução de um Plano devem ser diferidos e reconhecidos ao longo do período de serviços dos colaboradores abrangidos por esse Plano.

Assim, na transição para os IFRS, o BiG anulou a provisão constituída em 31 de Dezembro de 2005 por contrapartida de reservas, no montante de 6 195 238 euros e encontra-se a amortizar por contrapartida de resultados os custos com serviços passados, tal como referido na nota 12.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com os IFRS, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em acções não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os restantes títulos.

De acordo com o PCSB, os títulos disponíveis para venda eram registados pelo menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de mercado. As menos valias quando existentes eram integralmente provisionadas por contrapartida de resultados, não sendo as mais valias potenciais objecto de reconhecimento. Quando se verificavam aumentos de valor de títulos previamente provisionados, acções ou títulos de rendimento fixo, as provisões eram anuladas por contrapartida de resultados.

Com a adopção do IAS 39, em 1 de Janeiro de 2005, o efeito líquido do reconhecimento das mais e menos valias potenciais na carteira de títulos disponível para venda originou um aumento do capital próprio no montante de 59 104 euros.

d) Activos financeiros detidos para negociação

De acordo com o IAS 39 os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor, com variações reconhecidas em resultados. Até 31 de Dezembro de 2005 de acordo com o PCSB o Grupo reconhecia estes títulos na sua carteira de títulos de investimento ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Na transição para os IFRS estes títulos foram reclassificados para a carteira de negociação por corresponderem à noção implícita no IAS 39.

Na transição, seguindo as regras de reconhecimento e mensuração, o Grupo classificou estes títulos como activos financeiros detidos para negociação.

e) Instrumentos financeiros derivados

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor, incluindo os derivados de cobertura. De acordo com as regras do Banco de Portugal, os derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional, sendo apenas periodificado o respectivo juro corrido.

Adicionalmente, o IAS 39 define critérios mais rígidos de elegibilidade de instrumentos financeiros como de cobertura, o que implicou uma reclassificação de contratos anteriormente classificados como de cobertura para negociação.

A adopção pelo Grupo do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, implicou uma diminuição do capital próprio no montante de 283 885 euros originado pela contabilização dos instrumentos financeiros derivados. Este valor inclui o montante de 182 973 euros relativo ao impacto da reclassificação de derivados da carteira de cobertura para negociação.

f) Impostos diferidos

De acordo com o PCSB, impostos diferidos activos não eram reconhecidos. Com a adopção dos IFRS, o Grupo passou a reconhecer os impostos diferidos activos (de acordo com o IAS 12), desde que seja provável que existam lucros tributáveis no futuro que venham a absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais).

g) Provisão para crédito

Até 31 de Dezembro de 2005, a carteira de crédito do BiG estava sujeita à constituição de provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, nomeadamente para, (i) riscos específicos de crédito, (ii) riscos gerais de crédito e (iii) risco país. Após 1 de Janeiro de 2006, com a adopção dos IFRS, o Banco efectua o cálculo da imparidade para crédito de acordo a política contabilística descrita na nota 2.4. Assim, o Banco libertou a Provisão para Riscos Gerais de Crédito no montante de 237 015 euros, por não ser necessária numa óptica económica, de acordo com os IFRS.

Nota 34. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação do IFRS 2

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. O IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 o IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 o IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 o IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos do IAS 32 Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

Demonstrações financeiras individuais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
(Montantes expressos em euros)

Demonstração dos resultados

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Juros e proveitos similares	4	5.979.087	3.425.534
Juros e custos similares	4	4.523.321	2.922.852
Margem financeira		1.455.766	502.682
Rendimentos de instrumentos de capital	5	-	508.962
Rendimentos de serviços e comissões	6	10.212.073	8.015.483
Encargos com serviços e comissões	6	(2.281.551)	(1.924.787)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	13.213.909	10.020.078
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	1.080.522	(124.992)
Resultados de reavaliação cambial	9	(100.076)	(1.364.249)
Outros resultados de exploração	10	(213.989)	43.327
Proveitos operacionais		23.366.654	15.676.504
Custos com pessoal	11	9.299.790	7.293.710
Gastos gerais administrativos	13	4.024.038	3.690.187
Depreciações e amortizações	21 e 22	917.698	803.936
Provisões líquidas de anulações	27	308.752	100.700
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	(83.115)	(43.767)
Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas líquida de reversões e recuperações	23	-	250.000
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24	11.698	(1.351)
Custos operacionais		14.478.861	12.093.415
Resultado antes de impostos		8.887.793	3.583.089
Impostos			
Correntes	28	2.043.817	62.720
Diferidos	28	(192.218)	492.813
Resultado líquido do exercício		7.036.194	3.027.556
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,09	0,04
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,09	0,04

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço

em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	3.149.636	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	44.367.401	28.853.672
Activos financeiros detidos para negociação	17	88.427.077	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	18	48.625.007	29.991.173
Aplicações em instituições de crédito	19	78.977.769	23.160.497
Crédito a clientes	20	74.907.534	47.664.903
Activos tangíveis	21	6.694.686	5.856.608
Activos intangíveis	22	1.129.367	1.186.912
Investimentos em subsidiárias e associadas	23	6.000.000	6.560.197
Outros activos	24	61.382.762	43.176.711
Total de Activo		413.661.239	305.454.276
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	17	13.638.789	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	25	24.215.053	28.994.123
Recursos de clientes	26	228.330.811	118.863.190
Provisões	27	646.452	337.700
Passivos por impostos correntes		1.373.009	768.088
Passivos por impostos diferidos	28	300.487	494.157
Outros passivos	29	50.699.722	49.652.706
Total de Passivo		319.204.323	215.286.960
Capital Próprio			
Capital	30	75.082.920	75.082.920
Prémios de emissão	30	5.756.889	5.756.889
Ações próprias	30	(1.787.013)	(1.634.952)
Reservas de justo valor	30	(114.743)	16.713
Outras reservas e resultados transitados	30	8.482.669	7.918.190
Resultado líquido do exercício		7.036.194	3.027.556
Total de Capital Próprio		94.456.916	90.167.316
Total de Passivo e Capital Próprio		413.661.239	305.454.276

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		5.979.087	4.475.727
Juros e custos pagos		(4.523.321)	(2.942.568)
Serviços e comissões		7.930.522	6.509.040
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(13.051.871)	(20.718.606)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		(3.468.867)	(1.038.998)
		(7.134.450)	(13.715.405)
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(914.655)	84.408
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados		38.930.900	33.699.172
Aplicações em instituições de crédito		(55.817.272)	(16.262.333)
Recursos de instituições de crédito		(4.779.070)	(20.337.526)
Crédito a clientes		(33.701.687)	(10.516.323)
Recursos de clientes		109.467.621	26.018.856
Outros activos e passivos operacionais		(11.187.711)	9.646.667
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		34.863.676	8.617.516
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		(1.388.483)	298.525
		33.475.193	8.916.041
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		713.716	-
Dividendos recebidos		3.254.878	2.792.488
Activos financeiros disponíveis para venda		(17.553.312)	(19.350.598)
Compra de imobilizações		(1.698.231)	(1.560.899)
		(15.282.949)	(18.119.009)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		(233.228)	2.643.733
Dividendos de acções ordinárias pagos		(2.248.237)	(1.802.571)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(2.481.465)	841.162
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalente		(100.076)	(1.370.996)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		15.610.703	(9.732.802)
Caixa e equivalentes no início do período		28.907.338	38.640.140
Caixa e equivalentes no fim do período		44.518.041	28.907.338
		15.610.703	(9.732.802)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	150.640	53.666
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	44.367.401	28.853.672
Total		44.518.041	28.907.338

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de ganhos e perdas reconhecidos

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Notas	2006 Euros	2005 Euros
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	30	183.321	22.705
Desvios actuariais de pensões de reforma	12; 30	133.673	-
Impostos diferidos	28; 30	(1.452)	(6.244)
Impostos correntes	28; 30	(50.413)	-
Ganhos e perdas reconhecidos directamente em reservas		265.129	16.461
Lucro do exercício	30	7.036.194	3.027.556
Ganhos e perdas totais reconhecidos no exercício		7.301.323	3.044.017

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas às demonstrações financeiras individuais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

1. Bases de apresentação

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco de Investimento Global passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustada (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, a partir do exercício de 2006. Assim, em 2006 o Banco apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as NCA.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BiG agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2007.

Transição para as NCA

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2006 e na determinação de transição, o Banco adoptou as regras de transição estabelecidas no IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas de Relato Financeiro. Os impactos decorrentes da adopção das NCA encontram-se resumidos na nota 35.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.2. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.3. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

De acordo com as NCA, contudo o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência de forma a que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

A carteira de crédito está sujeita à constituição de provisões de acordo com o Aviso nº 3/5 do Banco de Portugal, nomeadamente para:

- riscos específicos de crédito (vencido e cobrança duvidosa);
- riscos gerais de crédito, e;
- risco país.

As provisões para crédito e juros vencidos, destinam-se a fazer face ao risco de incobrabilidade de créditos com prestações de capital ou juros vencidos e não regularizados, dependendo de eventuais garantias existentes sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas relativas a créditos daquela natureza não vencidos.

As provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada, a 0,5% do crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco. O regime de constituição destas provisões é o que está previsto na Instrução nº 94/96 do Banco de Portugal.

2.4. Outros activos financeiros

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*
Esta categoria inclui os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.
- *Activos financeiros disponíveis para venda*
Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou que não se enquadram na categoria acima referida.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo (*Trade date*).

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Banco apenas procede à transferência de activos financeiros entre categorias nos raros casos permitidos para esta norma.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.5. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço sendo classificados como activos dados em garantia. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

2.7. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, neste caso de 3 anos.

2.9. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhe a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida dos serviços remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua pagamentos aos fundos por forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto em vigor e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.11. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.12. Acções Próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na óptica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveito enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.16 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Relativamente aos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados bem como aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada em resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.17. Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

2.18. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.19. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 36 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Banco.

2.20. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada no ponto 2.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.3, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito a clientes	2.327.844	1.430.046
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	1.937.217	1.231.352
Juros de disponibilidades	881.893	499.166
Juros de aplicações	420.008	188.354
Outros juros e rendimentos similares	412.125	76.616
	5.979.097	3.425.534
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito	(1.470.188)	(974.234)
Juros de recursos de clientes	(3.036.434)	(1.715.796)
Outros juros e encargos similares	(16.699)	(232.822)
	(4.523.321)	(2.922.852)
	1.455.766	502.582

Nota 5. Rendimentos de instrumentos de capital

No exercício de 2005, o valor desta rubrica refere-se a dividendos recebidos da BiG Capital, S.G.P.S, S.A, no montante de 508.962 euros.

Nota 6. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.697.235	3.685.293
Por garantias prestadas	681.750	13.023
Por serviços prestados	419.122	817.980
Por compromissos perante terceiros	15.025	17.550
Outras comissões recebidas	4.398.941	3.481.637
	10.212.073	8.015.483
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(1.592.565)	(1.249.943)
Por serviços bancários de terceiros	(338.797)	(237.546)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(300.037)	(418.343)
Outras comissões pagas	(50.152)	(18.965)
	(2.281.551)	(1.924.787)
	7.930.522	6.090.696

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outras comissões recebidas inclui 2.109.826 euros relativos a serviços de assessoria financeira (31 de Dezembro de 2005: 1.860.230 euros).

Esta rubrica inclui ainda o montante de 1.310.943 euros referentes a comissões de gestão de activos (31 de Dezembro de 2005: 1.143.044 euros).

Nota 7. Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	302.739	(351.124)	(48.385)	1.475.456	(51.564)	1.423.892
De outros emissores	1.211.113	(1.027.481)	183.632	307.477	(213.890)	93.587
Acções	39.271.602	(7.042.724)	32.228.878	31.529.293	(22.124.207)	9.405.086
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	14.368	(76)	14.292	2.700.967	(1.187.126)	1.513.841
Contratos sobre taxas de juro	1.984.803	(1.303.529)	681.274	49.769	(33.938)	15.831
Contratos sobre acções/índices	23.110.466	(44.912.985)	(21.802.519)	15.412.616	(18.839.234)	(3.426.618)
Outros	26.665.507	(24.271.151)	2.394.356	35.186.983	(39.357.412)	(4.170.429)
Outros	18.985	(456.604)	(437.619)	5.282.186	(117.298)	5.164.888
	92.579.583	(79.365.674)	13.213.909	91.944.747	(81.924.669)	10.020.078

Nota 8. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	341.152	-	341.152	1.950	(140.051)	(138.101)
De outros emissores	281.411	(63.739)	217.672	329.539	(237.156)	92.383
Acções	521.698	-	521.698	-	(79.274)	(79.274)
	1.144.261	(63.739)	1.080.522	331.489	(456.481)	(124.992)

Nota 9. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2006			2005		
	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros	Proveitos Euros	Custos Euros	Total Euros
Reavaliação cambial	20.349	(120.425)	(100.076)	903.539	(2.267.788)	(1.364.249)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.1.

Nota 10. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Outros proveitos de exploração		
Reembolsos de despesas	25	82
Prestação de serviços diversos	8.577	3.528
Outros	246.795	219.522
	255.397	223.132
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(77.574)	(85.319)
Quotizações e donativos	(31.646)	(19.823)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(20.617)	(19.715)
Outros	(339.549)	(54.948)
	(469.386)	(179.805)
	(213.989)	43.327

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de 110.408 euros (31 de Dezembro de 2005: 44.721 euros) relativo a cedência de pessoas à BiG Capital, SCR. Esta rubrica inclui ainda o montante de 77.452 euros referente a comissões de vendas institucionais resultantes da estruturação e intermediação de operações com empresas e clientes institucionais. Esta rubrica inclui também rendimentos da venda do Kit do Investidor no valor de 11.437 euros (31 de Dezembro de 2005: 43.839 euros).

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outros custos de exploração inclui a estimativa para custos esperados no valor de 200.000 euros. Esta rubrica inclui ainda o pro-rata definitivo de 2005 no valor de 73.614 euros (31 de Dezembro de 2005: 37.417 euros). Esta rubrica inclui também a oferta promocional do Kit do Investidor no valor de 24.100 euros (31 de Dezembro de 2005: 34.200 euros).

Nota 11. Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Remunerações	(7.043.140)	(6.356.726)
Custos com pensões de reforma		
de benefícios definidos (ver Nota 12)	(1.225.806)	-
de contribuições definidas (ver Nota 12)	(98.796)	(151.169)
Encargos sociais obrigatórios	(748.111)	(628.393)
Outros custos com o pessoal	(183.937)	(157.422)
	(9.299.790)	(7.293.710)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2006 ascendem ao montante de 1.367.464 euros (31 de Dezembro de 2005: 1.394.667 euros)

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BiG analisa-se como segue:

	2006	2005
Funções directivas	25	17
Funções de chefia	9	8
Funções específicas	56	46
Funções administrativas	6	7
Funções auxiliares	1	1
	97	79

Nota 12. Benefícios a empregados

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	2006	2005
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	4,50%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de revalorização	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	4,80%	4,80%

Os participantes no Fundo são 8 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direito adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviços de 10 anos.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006 Euros	2005 Euros
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(5.934.306)	(4.917.826)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	5.133.998	880.750
(Excesso) / défice de cobertura (ver Nota 29)	(800.308)	(4.037.076)
Custos com serviços passados diferidos (ver Nota 24)	3.685.720	4.037.076
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.885.412	-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	133.673	-

Conforme referido na nota 2.9, o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava virem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo transferido será diferido ao longo de um período de 11, 5 anos, correspondente ao período de vida de serviços estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Responsabilidades em 1 de Janeiro	4.917.826	-
Custo do serviço corrente	726.245	-
Custo dos juros	224.440	-
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	65.795	-
Custo dos serviços passados decorrentes da introdução do plano	-	4.917.826
Responsabilidades em 31 de Dezembro	5.934.306	4.917.826

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	880 750	-
Rendimento real do fundo	8 357	-
Contribuições do Banco	4 244 891	-
Contribuição inicial decorrente da introdução do plano	-	880 750
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	5 133 998	880 750

A contribuição inicial decorrente da introdução do plano corresponde à parcela do Fundo de Contribuição Definida associada aos colaboradores que aderiram ao Plano de Benefício Definido na sequência da possibilidade de escolha concedida pelo Conselho de Administração do BiG conforme referido na nota 2.9.

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Títulos de dívida pública	3.175.421	-
Ações	636.598	-
Unidades de participação	256.138	-
Outros	1.065.841	-
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	5.133.998	-

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	4.037.076	-
Custo de serviços passados decorrentes da introdução do plano	-	4.037.076
Amortização	(351.356)	-
Saldo em 31 de Dezembro	3.685.720	4.037.076

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Desvios actuariais em reservas em 1 de Janeiro	-	-
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Responsabilidades	65.795	-
Do fundo	67.878	-
Desvios actuariais em reservas em 31 de Dezembro	133.673	-

Os custos do exercício podem ser decompostos como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Custo do serviço corrente	726.245	-
Custo dos juros	224.440	-
Rendimento esperado do fundo	(76.235)	-
Amortização de serviços passados	351.356	-
Custo do exercício	1.225.806	-

Adicionalmente, o Banco reconheceu como custo o montante de 98 796 euros (31 de Dezembro de 2005: 151.169 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida.

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	-	-
Custo do exercício	(1.225.806)	-
(Ganhos) e perdas actuariais em reservas	(133.673)	-
Contribuições efectuadas no ano	4.244.891	-
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	2.885.412	-

Nota 13. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2006 Euros	2005 Euros
Fornecimentos	(425.680)	(226.232)
Rendas e alugueres	(670.007)	(556.307)
Comunicações	(359.287)	(329.092)
Deslocações, estadas e representação	(284.973)	(235.967)
Publicidade e edição de publicações	(288.234)	(273.326)
Serviços especializados		
Informática	(746.510)	(747.548)
Informações	(514.812)	(535.217)
Avenças e honorários	(117.077)	(62.029)
Mão de obra eventual	(47.253)	(28.491)
Bancos de dados	(41.620)	(38.956)
Segurança e vigilância	(8.089)	(5.926)
Outros serviços especializados	(251.226)	(388.049)
Outros	(269.270)	(263.047)
	(4.024.038)	(3.690.187)

Nota 14. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	2006 Euros	2005 Euros
Resultado líquido	7.036.194	3.027.556
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	75.082.920	75.082.920
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	378.524	2.734.552
Número médio de acções ordinárias em circulação	74.704.396	72.348.368
Resultado por acção básico (em euros)	0,09	0,04

Nota 15. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Caixa	150.640	53.666
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	2.998.996	2.084.341
	3.149.636	2.138.007

A rubrica "Depósitos à ordem no Banco de Portugal" inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Nota 16. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	29.451.022	22.300.613
Cheques a cobrar	212.313	1.229.437
	29.663.335	23.530.050
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	14.704.066	5.323.622
	14.704.066	5.323.622
	44.367.401	28.853.672

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 3,12% (31 de Dezembro de 2005: 2,89%).

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores foram cobrados nos primeiros dias dos meses de Janeiro de 2006 e 2005 respectivamente.

Nota 17. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Activos financeiros de negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	6.760.234	6.928.666
De outros emissores	16.571.658	17.680.002
Acções	50.890.890	66.660.361
Outros títulos de rendimento variável	2.621.226	9.575.799
	76.844.008	100.844.828
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	11.583.069	16.020.768
	88.427.077	116.865.596
Passivos financeiros de negociação		
Vendas a descoberto	4.728.824	730.563
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	8.909.965	15.446.433
	13.638.789	16.176.996

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2006			2005		
	Cotados Euros	Não cotados Euros	Total Euros	Cotados Euros	Não cotados Euros	Total Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	6.760.234	-	6.760.234	6.928.666	-	6.928.666
De outros emissores	-	16.571.658	16.571.658	-	17.680.002	17.680.002
Acções	50.890.890	-	50.890.890	66.660.361	-	66.660.361
Outros títulos de rendimento variável	-	2.621.226	2.621.226	-	9.575.799	9.575.799
Total valor de balanço	57.651.124	19.192.884	76.844.008	73.589.027	27.255.801	100.844.828

A rubrica instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	2006			2005		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo Euros	Passivo Euros		Activo Euros	Passivo Euros
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Forward</i>	-	-	-	278.075.239	6.856	-
<i>Currency Options</i>	227.790	-	7.023	2.850.048	-	43.867
	227.790	-	7.023	280.925.287	6.856	43.867
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Forward Rate Agreement</i>	-	-	-	50.000.000	3.098	-
<i>Interest Rate Swaps</i>	102.952.556	3.905.981	1.149.176	88.908.569	-	-
	102.952.556	3.905.981	1.149.176	138.908.569	3.098	-
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	120.989.128	3.511.365	6.400.390	64.298.908	3.283.493	3.915.314
<i>Equity / Index Options</i>	112.585.904	4.165.723	1.353.376	108.868.226	12.727.321	11.487.252
	233.575.032	7.677.088	7.753.766	173.167.134	16.010.814	15.402.566
Total	336.755.378	11.583.069	8.909.965	593.000.990	16.020.768	15.446.433

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de maturidade, é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Títulos		
De 3 meses a um ano	6.760.234	10.455.078
De um a cinco anos	5.464.224	5.655.642
Mais de cinco anos	11.145.999	8.345.588
Duração indeterminada	53.473.551	76.388.520
	76.844.008	100.844.828

Nota 18. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo amortizado Euros	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros	Valor balanço Euros
		Positiva Euros	Negativa Euros		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3.934.011	43.706	-	-	3.977.717
De outros emissores	23.333.780	159.917	(124.798)	-	23.368.899
Acções	200.500	-	-	(170)	200.330
Outros títulos de rendimento variável	2.500.000	-	(55.773)	-	2.444.227
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	29.968.291	203.623	(180.571)	(170)	29.991.173
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	254.130	-	(2.759)	-	251.371
De outros emissores	46.030.815	279.676	(340.597)	-	45.969.894
Acções	500	-	-	(170)	330
Outros títulos de rendimento variável	2.500.001	-	(96.589)	-	2.403.412
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	48.785.446	279.676	(439.945)	(170)	48.625.007

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 5,43% (31 de Dezembro de 2005: 6,02%).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
De 3 meses a um ano	-	4.046.390
De um a cinco anos	19.338.933	7.326.881
Mais de cinco anos	25.546.308	15.973.345
Duração indeterminada	3.739.766	2.644.557
	48.625.007	29.991.173

Nota 19. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	14.507.462	-
Depósitos	50.060.347	-
Operações com acordo de revenda	183.508	4.673.528
	64.751.317	4.673.528
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	6.228.996	426.969
Operações com acordo de revenda	5.485.960	18.060.000
Outras aplicações	2.511.496	-
	14.226.452	18.486.969
	78.977.769	23.160.497

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 2,58% (31 de Dezembro de 2005: 1,81%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	78.474.519	14.160.497
De 3 meses a um ano	503.250	9.000.000
	78.977.769	23.160.497

Nota 20. Crédito a clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	9.418.738	6.454.339
Empréstimos	6.518.321	356.800
Descobertos	90.011	91.788
Locação financeira	11.922	-
A particulares		
Habitação	2.433.079	2.828.167
Consumo	923.682	561.963
Empréstimos	617.170	615.678
Créditos em conta corrente	45.540.515	31.452.566
Descobertos	8.819.711	3.963.493
	74.373.149	46.324.794
Crédito ao exterior		
A empresas		
Créditos em conta corrente	56.000	260.215
Descobertos	314.271	467.108
A particulares		
Créditos em conta corrente	177.246	209.951
Descobertos	785	414.034
	548.302	1.351.308
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	14.640	100.473
	14.640	100.473
	74.936.091	47.776.575
Provisões para crédito a clientes	(28.557)	(111.672)
	74.907.534	47.664.903

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 6,89% (31 de Dezembro de 2005: 5,31%).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos ou títulos domiciliados no Banco.

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até um ano	64.428.419	37.262.108
De um a cinco anos	6.284.825	6.188.575
Mais de cinco anos	4.208.207	4.225.419
Indeterminado	14.640	100.473
	74.936.091	47.776.575

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito são apresentados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo inicial	111.672	1.783.428
Dotações	2.957	13.185
Utilizações	-	(1.628.004)
Reversões	(86.072)	(56.952)
Saldo final	28.557	111.672

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Taxa fixa	108.424	114.055
Taxa variável	74.827.667	47.662.520
	74.936.091	47.776.575

Nota 21. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Imóveis		
De serviço próprio	958.783	-
Beneficiações em edifícios arrendados	1.242.647	572.097
	2.201.430	572.097
Equipamento		
Equipamento informático	2.819.375	2.560.136
Instalações e interiores	300.664	299.194
Mobiliário e material	448.633	425.565
Equipamento de segurança	66.249	62.526
Máquinas e ferramentas	70.746	57.777
Equipamento informático em locação financeira	153.781	153.781
	3.859.448	3.558.979
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	4.527.366	5.162.389
	4.527.366	5.162.389
	10.588.244	9.293.465
Depreciação acumulada	(3.893.558)	(3.436.857)
	6.694.686	5.856.608

A rubrica Imobilizado em curso respeita ao novo edifício da sede, ainda em construção.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	572.097	3.308.664	4.290.241	8.171.002
Adições	-	259.598	872.148	1.131.746
Abates / vendas	-	(9.283)	-	(9.283)
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	572.097	3.558.979	5.162.389	9.293.465
Adições	427.775	300.469	566.535	1.294.779
Transferências	1.201.558	-	(1.201.558)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	2.201.430	3.859.448	4.527.366	10.588.244
Depreciações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	501.206	2.513.449	-	3.014.655
Depreciações do exercício	42.687	324.494	-	367.181
Abates / vendas	-	(7.610)	-	(7.610)
Outras transferências	-	62.631	-	62.631
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	543.893	2.892.964	-	3.436.857
Depreciações do exercício	114.041	342.660	-	456.701
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	657.934	3.235.624	-	3.893.558
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	1.543.496	623.824	4.527.366	6.694.686
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	28.204	666.015	5.162.389	5.856.608

Nota 22. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	5.177.185	4.241.846
Outras	586.747	586.747
	5.763.932	4.828.593
Imobilizações em curso	56.668	588.555
	5.820.600	5.417.148
Depreciação acumulada	(4.691.233)	(4.230.236)
	1.129.367	1.186.912

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados Euros	Outras imobilizações Euros	Total Euros
Custo de aquisição			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	3.654.707	1.176.392	4.831.099
Adições:			
Adquiridas a terceiros	487.008	99.041	586.049
Transferências	100.131	(100.131)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	4.241.846	1.175.302	5.417.148
Adições:			
Adquiridas a terceiros	280.624	122.828	403.452
Transferências	654.715	(654.715)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	5.177.185	643.415	5.820.600
Depreciações			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	3.123.399	577.491	3.700.890
Depreciações do exercício	436.712	43	436.755
Outras transferências	83.378	9.213	92.591
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	3.643.489	586.747	4.230.236
Depreciações do exercício	460.252	745	460.997
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	4.103.741	587.492	4.691.233
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	1.073.444	55.923	1.129.367
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	598.357	588.555	1.186.912

Nota 23. Investimentos em subsidiárias e associadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006				2005			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal Euros	Custo da participação Euros	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal Euros	Custo da participação Euros
BiG Capital - SGPS, S.A.	4.000.000	100,00%	4.000.000	6.000.000	4.000.000	100,00%	4.000.000	6.000.000
BiG Fundos - SGFIM, S.A.	-	-	-	-	250.000	100,00%	1.250.000	1.248.197
				6.000.000				7.248.197
Perdas por imparidade				-				(688.000)
				6.000.000				6.560.197

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco à BiG Capital – S.G.P.S., S.A. no montante de 2.000.000 euros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo a 1 de Janeiro	688.000	3.364.176
Dotações	-	250.000
Utilizações	(688.000)	(2.926.176)
Saldo a 31 de Dezembro	-	688.000

Durante o exercício de 2006 o Banco alienou a BiG Fundos – SGFIM, S.A., pelo montante de 560.197 euros.

Nota 24. Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Aplicações - Contas caução	11.011.233	4.469.062
Devedores por operações sobre futuros e opções	3.362.083	4.905.707
Devedores e outras aplicações	421.094	183.747
Sector público administrativo	126.864	120.590
Devedores diversos	3.077.974	720.685
	17.999.248	10.399.791
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(35.386)	(23.688)
	17.963.862	10.376.103
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1.022	1.062
	1.022	1.062
Rendimentos a receber	592.352	274.175
Despesas com custo diferido	1.311.692	254.867
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	488	13.736
Outras operações a regularizar	37.827.626	32.256.768
	37.828.114	32.270.504
Pensões de reforma (ver Nota 12)	3.685.720	-
	61.382.762	43.176.711

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Outras operações a regularizar.

A rubrica Devedores diversos inclui 2.419.284 euros relativo a adiantamentos a clientes por valias em contratos de derivados.

Os movimentos ocorridos em provisões para Outros activos são apresentados como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Saldo inicial	23.688	33.533
Dotações	11.698	-
Utilizações	-	(8.494)
Reversões	-	(1.351)
Saldo final	35.386	23.688

A rubrica Pensões de reforma corresponde ao valor dos serviços passados diferidos em balanço, conforme nota 12.

Nota 25. Recursos de outras instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
No país		
Depósitos	110.625	53.905
	110.625	53.905
No estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	10.430.150	503.842
Depósitos	821.503	414.369
Operações de venda com acordo de recompra	11.334.172	28.022.007
Outros recursos	1.518.603	-
	24.104.428	28.940.218
	24.215.053	28.994.123

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascendeu a 2,77% (31 de Dezembro de 2005: 2,11%).

Os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	22.696.450	28.994.123
Entre 3 meses e 1 ano	1.518.603	-
	24.215.053	28.994.123

Nota 26. Recursos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Depósitos à ordem	104.965.315	86.678.853
Depósitos a prazo	97.894.514	16.984.770
Outros	25.470.982	15.199.567
	228.330.811	118.863.190

Os prazos residuais dos recursos a clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2006 Euros	2005 Euros
Até 3 meses	196.169.772	103.103.980
Entre 3 e 6 meses	7.384.016	3.062.293
Entre 6 e 12 meses	11.838.781	3.136.815
Entre 1 e 3 anos	11.761.618	3.311.496
Mais de 3 anos	1.176.624	6.248.606
	228.330.811	118.863.190

Nota 27. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Provisões para riscos gerais de crédito Euros	Outras provisões Euros	Total Euros
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	237.000	-	237.000
Dotações	100.700	-	100.700
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	337.700	-	337.700
Dotações	232.807	75.945	308.752
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	570.507	75.945	646.452

Nota 28. Impostos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro. O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005: 27,5%), taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como seguem:

	2006 Euros	2005 Euros
Provisões	447.055	92.899
Investimentos em associadas	-	94.600
Instrumentos financeiros derivados	(672.263)	(597.731)
Activos financeiros disponíveis para venda	(43.160)	(55.986)
Activos financeiros detidos para negociação	(69.135)	(89.679)
Outros	37.016	61.740
Imposto diferido passivo líquido	(300.487)	(494.157)
Movimento do imposto no ano	193.670	(486.569)

O movimento do imposto diferido em 2006 e 2005 explica-se como segue:

	2006			2005		
	Reconhecido em resultados Euros	Reconhecido em reservas Euros	Total Euros	Reconhecido em resultados Euros	Reconhecido em reservas Euros	Total Euros
Provisões	357.534	-	357.534	(770.117)	-	(770.117)
Investimentos em associadas	(91.160)	-	(91.160)	34.375	-	34.375
Instrumentos financeiros derivados	(96.267)	-	(96.267)	280.970	-	280.970
Activos financeiros disponíveis para venda	9.569	1.221	10.790	(49.646)	6.244	(43.402)
Activos financeiros detidos para negociação	17.285	-	17.285	27.935	-	27.935
Outros	(22.481)	-	(22.481)	(16.330)	-	(16.330)
Alteração de taxa	17.738	231	17.969	-	-	-
	192.218	1.452	193.670	(492.813)	6.244	(486.569)

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como segue:

	2006 Euros	2005 Euros
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	50.413	-
Imposto diferido	1.452	6.244
	51.865	6.244
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente	2.043.817	62.720
Imposto diferido	(192.218)	492.813
	1.851.599	555.533
	1.903.464	561.777

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2006		2005	
	Taxa de imposto	Valor Euros	Taxa de imposto	Valor Euros
Resultado antes de impostos		8.887.793		3.583.089
Resultado apurado com base na taxa de imposto (27,5%)	27,50%	2.444.143	27,50%	985.349
Fundo pensões	2,97%	264.179	-	-
Dividendos não tributáveis	-3,74%	(332.437)	-17,21%	(616.692)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,19%	17.053	0,42%	14.926
Provisões	-5,20%	(461.827)	12,35%	442.416
Benefícios fiscais	-2,10%	(186.425)	-16,71%	(598.652)
Outros	1,08%	96.019	9,89%	354.193
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,12%	10.893	-0,73%	(26.007)
	20,83%	1.851.599	15,50%	555.533

Nota 29. Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.879.056	2.294.160
Recursos diversos	902.500	435.000
Sector público administrativo	849.003	989.429
Credores por fornecimento de bens	15.675	-
Credores por operações sobre valores mobiliários	9.822	5.595
Outros credores	1.809.222	2.822.755
	5.465.278	6.546.939
Custos a pagar		
Responsabilidades com pensões (ver Nota 12)	800.308	-
Encargos com o pessoal	2.471.635	1.587.024
Outros encargos a pagar	270.752	-
	3.542.695	1.587.024
Receitas com rendimento diferido	1.091.300	30.221
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	40.085.134	40.783.989
Outras operações a regularizar	515.315	704.533
	40.600.449	41.488.522
	50.699.722	49.652.706

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica outros credores inclui 1.637.681 euros referentes a capital subscrito não realizado de um fundo de capital de risco (31 de Dezembro de 2005: 2.000.000 euros).

Nota 30. Capital, prêmios de emissão, ações próprias e reservas

O movimento do Capital próprio é detalhado como segue:

	Capital	Prêmios de emissão	Ações Próprias	Reservas de justo valor	Reservas Legal	Outras Reservas	Resultado do exercício	Total de Capital Próprio
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 PCSB	75.082.920	4.414.481	-	-	542.472	3.550.411	2.929.415	86.519.699
Impacto da adopção das NCA	-	1.342.408	(5.160.260)	33.174	-	-	754.727	(3.029.951)
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 NCA	75.082.920	5.756.889	(5.160.260)	33.174	542.472	3.550.411	3.684.142	83.489.748
Distribuição do lucro do exercício de 2004								
Transferência para reservas	-	-	-	-	292.941	1.588.630	(1.881.571)	-
Distribuição de dividendos a)	-	-	-	-	-	-	(1.802.571)	(1.802.571)
Variação de ações próprias	-	-	2.643.733	-	-	1.943.736	-	4.587.469
Variação empréstimos	-	-	881.575	-	-	-	-	881.575
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor	-	-	-	(16.461)	-	-	-	(16.461)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	3.027.556	3.027.556
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	75.082.920	5.756.889	(1.634.952)	16.713	835.413	7.082.777	3.027.556	90.167.316
Distribuição do lucro do exercício de 2005								
Transferência para reservas	-	-	-	-	533.398	245.921	(779.319)	-
Distribuição de dividendos a)	-	-	-	-	-	-	(2.248.237)	(2.248.237)
Variação de ações próprias	-	-	(661.933)	-	-	(81.167)	-	(743.100)
Variação empréstimos	-	-	509.872	-	-	-	-	509.872
Ganhos e perdas reconhecidos								
Alterações de justo valor	-	-	-	(131.456)	-	-	-	(131.456)
Desvio actuarial fundo pensões	-	-	-	-	-	(133.673)	-	(133.673)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.036.194	7.036.194
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	75.082.920	5.756.889	(1.787.013)	(114.743)	1.368.811	7.113.858	7.036.194	94.456.916

a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,03 e 0,025 para acções em circulação em 2006 e 2005 respectivamente.

Capital

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital do Banco encontra-se representado por 75.082.920 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2006	2005
António da Silva Rodrigues	14,40%	14,40%
Adger – SGPS, S.A.	12,80%	12,80%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	7,89%	7,89%
JRI – SGPS, S.A.	6,04%	6,04%
MSF – SGPS, S.A.	5,70%	5,70%
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	5,47%	5,47%
Nicholas Leo Racich	4,04%	4,04%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,11%	3,11%
Alfredo Milne e Carmo	2,40%	2,40%
Endutex – SGPS, S.A.	2,00%	2,00%
Outros	36,15%	36,15%
	100,00%	100,00%

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2006, os prémios de emissão no montante de 5.756.889 euros (31 de Dezembro de 2005: 5.756.889 euros) referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2006		2005	
	Nº de acções	Valor Euros	Nº de acções	Valor Euros
Acções próprias				
Saldo no início do ano	36.768	40.677	2.522.568	2.684.410
Aquisições	630.000	944.000	568.500	735.000
Alienações	(191.000)	(282.067)	(3.054.300)	(3.378.733)
Saldo no final do ano	475.768	702.610	36.768	40.677
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano		1.594.275		2.475.850
Movimento		(509.872)		(881.575)
Saldo no final do ano		1.084.403		1.594.275
Saldo final		1.787.013		1.634.952

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor é analisada da seguinte forma:

	2006 Euros	2005 Euros
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	48.785.446	29.968.291
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	48.625.007	29.991.173
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(160.439)	22.882
Imparidade reconhecida	170	170
Impostos diferidos	(4.887)	(6.339)
Impostos correntes	50.413	-
	(114.743)	16.713

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2006 e 2005 é analisada da seguinte forma:

	2006 Euros	2005 Euros
1 de Janeiro	16.713	33.174
Variação de justo valor	(183.321)	(22.705)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	50.413	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	1.452	6.244
Saldo em 31 de Dezembro	(114.743)	16.713

Nota 31. Contas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006 Euros	2005 Euros
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	32.824.813	859.436
Activos dados em garantia	6.680.000	6.600.000
	39.504.813	7.459.436
Garantias recebidas		
Garantias reais		
Créditos	92.929.413	37.534.145
Títulos	115.261.822	71.921.919
Valores imobiliários	5.207.034	4.292.314
	213.398.269	113.748.378
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	11.422.439	63.363.708
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	208.746	208.746
Compromissos revogáveis		
Facilidades de decoberto em conta	76.801.860	38.883.420
	88.433.045	102.455.874
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	413.374.375	293.449.912
Por cobrança de valores	13.497	315.990
Por valores administrados pela instituição	54.484.229	42.514.875
	467.872.101	336.280.777

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 6.430.000 euros igual montante a 2005.
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 250.000 euros (31 de Dezembro de 2005: 170.000 euros).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o saldo da rubrica Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Nota 32. Transacções com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 2006 e 2005, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades em relação às quais existe relação de domínio foram os seguintes:

	2006 Euros	2005 Euros
Activos		
Investimentos em filiais e associadas	6.000.000	7.248.197
Outros activos	110.408	50.481
Passivos		
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.475.409	7.209.578
Proveitos		
Outros resultados de exploração	110.408	50.481
Rendimento de títulos	-	508.962
Custos		
Juros e encargos similares	60.259	96.197

Nota 33. Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006, os instrumentos financeiros apresentavam a seguinte liquidez:

	Negociação	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
31 de Dezembro de 2006						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	3.149.636	-	-	3.149.636	3.149.636
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	44.367.401	-	-	44.367.401	44.367.401
Activos financeiros detidos para negociação	88.427.077	-	-	-	88.427.077	88.427.077
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	48.625.007	-	48.625.007	48.625.007
Aplicações em instituições de crédito	-	78.977.769	-	-	78.977.769	78.977.769
Crédito a clientes	-	74.907.534	-	-	74.907.534	74.907.534
Activos financeiros	88.427.077	201.402.340	48.625.007	-	338.454.424	338.454.424
Passivos financeiros detidos para negociação	13.638.789	-	-	-	13.638.789	13.638.789
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	24.215.053	24.215.053	24.215.053
Recursos de clientes	-	-	-	228.330.811	228.330.811	228.330.811
	13.638.789	-	-	252.545.864	266.184.653	266.184.653
31 de Dezembro de 2005						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	2.138.007	-	-	2.138.007	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	28.853.672	-	-	28.853.672	28.853.672
Activos financeiros detidos para negociação	116.865.596	-	-	-	116.865.596	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	29.991.173	-	29.991.173	29.991.173
Aplicações em Instituições de Crédito	-	23.160.497	-	-	23.160.497	23.160.497
Crédito a clientes	-	47.664.903	-	-	47.664.903	47.664.903
	116.865.596	101.817.079	29.991.173	-	248.673.848	248.673.848
Passivos financeiros detidos para negociação	16.176.996	-	-	-	16.176.996	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	28.994.123	28.994.123	28.994.123
Recursos de clientes	-	-	-	118.863.190	118.863.190	118.863.190
	16.176.996	-	-	147.857.313	164.034.309	164.034.309

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira de crédito do BiG é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos originados durante o exercício de 2006, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Nota 34. Gestão de risco de actividade

Gestão do Risco

Nos processos de gestão de risco, focamo-nos na gestão de (i) riscos de Mercado, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos operacionais, incluindo estes os riscos tecnológicos e de processamento de operações.

As responsabilidades formais do controlo dos riscos no Banco começam no Conselho de Administração, cujos membros gerem de forma delegada: o Comité de Risco de Mercado, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas tais como Auditoria e Controlo, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos. Dentro de limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. As grandes exposições ou decisões significativas que ultrapassem o âmbito destes limites exigem análise e aprovação ao nível do Conselho de Administração.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Banco guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Banco
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos no negócio de Trading incluem:

Risco de Taxa de Juro: resultante de exposições a mudanças, oscilações e tendências das *yields curves*, volatilidades das taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

Risco de Preço de Acções e *Commodities*: resultante de exposições a variações de preços de activos subjacentes e volatilidade.

Risco Cambial: resultante de exposições a variações nos câmbios *spot* e *forward* e na sua volatilidade.

O Comité de Risco de Mercado, no qual a Administração delega o controlo diário das operações, é responsável por supervisionar o risco associado às actividades de *trading* e investimento do Banco. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros dois administradores, bem como directores que se encontrem envolvidos nas actividades de *trading* e controlo.

Ambos são responsáveis pela revisão das metodologias de medição de risco e dos limites para todas as operações de *trading*. Controlam também decisões gerais de investimento, revêem modelos e informação analítica associados ao cálculo dos limites VaR, tanto no âmbito da carteira do Banco como na dos clientes e são responsáveis pela condução de *stress-tests* apropriados, e pelo controlo independente dos limites de risco na tomada de posições aprovados para pessoal de *front-office*. A supervisão dos riscos de mercado engloba ainda a revisão e aprovação da componente de risco associada a novos produtos. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, assim como um nível de volatilidade apropriado ao nível dos resultados operacionais.

Nas suas operações de *trading*, o BiG procura gerar receitas enquanto monitoriza continuamente, a sua exposição a mudanças adversas no valor de instrumentos financeiros que detém em diferentes mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e analisa, periodicamente, procedimentos e sistemas concebidos para garantir níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

Medição de risco

O Banco utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar a sua exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, entre os quais:

Indicadores estatísticos:

Value at Risk (VaR)

Indicadores não estatísticos:

Testes de *stress* do *Economic Value*

Testes de *stress* do *Earnings at Risk*

Basis Point Values

Ao nível das linhas de produtos e carteiras de clientes particulares, as medidas estatísticas, tais como o VaR, são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e medidas de *earnings-at-risk advisories*, para assegurar os controlos adequados sobre os resultados esperados por tipo de risco, em quaisquer condições de mercado.

O Banco calcula o VaR utilizando um horizonte temporal de um mês (22 dias úteis) e um intervalo de confiança de 99%. Isto significa que o Banco poderia esperar incorrer em perdas superiores ao VaR estimado apenas uma vez em cada 100 dias úteis, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano.

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo BPV's (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o VaR (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Banco está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Banco, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

Desta forma, a exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Banco considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Banco, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, “família” de riscos e grandes riscos
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito
- Integridade do processo de aprovação de crédito
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Banco pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis das unidades de negócio individuais. Para monitorar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Banco, existe uma estrutura autónoma, constituída pelos seguintes órgãos de supervisão interna que reportam ao Conselho de Administração:

Comité de Risco Operacional, que analisa a conformidade dos procedimentos internos, a adequação do apoio humano e de sistemas para a condução normal das actividades e os riscos do dia-a-dia a que o Banco está exposto, com base em processos de auto-avaliação e auditorias internas e externas programadas. Reporta ao COO.

Comité de Risco Tecnológico, que supervisiona a adequação da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento e ligações do Banco com fornecedores externos de informação e de serviços de execução. Reporta ao COO.

Auditoria e Controlo, responsável pela condução de auditorias internas regulares às áreas operacionais e de *front-office*, incluindo análise de documentos e procedimentos. Reporta ao CEO. Reúne-se várias vezes por semana.

Comité de *Compliance*, que combina membros do Conselho de Administração e da área de Auditoria do Banco, e cujas responsabilidades incluem a monitorização da observância pelo Banco de questões regulamentares e legais, cumprimento de procedimentos operacionais internos, código de ética e outras questões relacionadas. Reúne-se pelo menos uma vez por semana ou mais vezes se necessário, para analisar questões regulamentares e legais correntes.

Operações e sistemas

As principais prioridades da Administração no desenvolvimento dos processos de integração das áreas *front-office* e *back-office* são a necessidade de escalabilidade, segurança e adquirir capacidades de processamento *straight-through*. As áreas responsáveis por garantir a eficiência dos processos são a equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Banco e as áreas de suporte das Operações.

Nota 35. Transição para as NCA

Conforme referido na Nota 1, em 2006 o Banco adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas.

As políticas contabilísticas descritas na Nota 2 foram utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2006, na preparação de informação financeira comparativa para 31 de Dezembro de 2005.

Apresenta-se de seguida demonstrações financeiras comparativas entre as contas PCSB e NCA.

	31 de Dezembro de 2005			
	PCSB	Reclassificações	Ajustamentos de transição para NCA	NCA
	Euros	Euros	Euros	Euros
Juros e proveitos similares	3.383.709	-	41.825	3.425.534
Juros e custos similares	2.922.852	-	-	2.922.852
Margem financeira	460.857	-	41.825	502.682
Rendimentos de instrumentos de capital	508.962	-	-	508.962
Rendimentos de serviços e comissões	8.015.483	-	-	8.015.483
Encargos com serviços e comissões	(1.924.797)	-	-	(1.924.787)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	10.062.282	9.847	(52.051)	10.020.078
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.401.424	(2.526.416)	-	(124.992)
Resultados de reavaliação cambial	(1.364.249)	-	-	(1.364.249)
Outros resultados de exploração	43.327	-	-	43.327
Proveitos operacionais	18.203.299	(2.516.569)	(10.226)	15.676.504
Custos com pessoal	7.251.885	-	41.825	7.293.710
Gastos gerais administrativos	3.690.187	-	-	3.690.187
Depreciações e amortizações	803.936	-	-	803.936
Provisões líquidas de anulações	100.700	-	-	100.700
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(43.767)	-	-	(43.767)
Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas líquida de reversões e recuperações	250.000	-	-	250.000
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.351)	-	-	(1.351)
Custos operacionais	12.051.590	-	41.825	12.093.415
Resultado antes de impostos	6.151.709	(2.516.569)	(52.051)	3.583.089
Impostos				
Correntes	800.000	-	(737.280)	62.720
Diferidos	17.732	-	475.081	492.813
Resultado líquido do exercício	5.333.974	(2.516.569)	210.148	3.027.556

31 de Dezembro de 2005				
	PCSB	Reclassificações	Ajustamentos de transição para NCA	NCA
	Euros	Euros	Euros	Euros
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.138.007	-	-	2.138.007
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.853.672	-	-	28.853.672
Activos financeiros detidos para negociação	97.571.603	(171.410)	19.465.403	116.865.596
Activos financeiros disponíveis para venda	49.201.917	139.854	(19.350.598)	29.991.173
Aplicações em instituições de crédito	23.160.497	-	-	23.160.497
Crédito a clientes	49.259.178	-	(1.594.275)	47.664.903
Activos tangíveis	5.856.608	-	-	5.856.608
Activos intangíveis	1.186.912	-	-	1.186.912
Investimentos em subsidiárias e associadas	6.560.197	-	-	6.560.197
Outros activos	43.176.711	-	-	43.176.711
Total de Activo	306.965.302	(31.556)	(1.479.470)	305.454.276
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	16.176.996	-	-	16.176.996
Recursos de outras instituições de crédito	28.994.123	-	-	28.994.123
Recursos de clientes	118.863.190	-	-	118.863.190
Derivados de cobertura	181.260	(181.260)	-	-
Provisões	337.700	-	-	337.700
Passivos por impostos correntes	768.088	-	-	768.088
Passivos por impostos diferidos	597.734	-	(103.573)	494.161
Outros passivos	55.847.940	-	(6.195.238)	49.652.702
Total de Passivo	221.767.031	(181.260)	(6.298.811)	215.286.960
Capital Próprio				
Capital	75.082.920	-	-	75.082.920
Prémios de emissão	3.561.651	-	2.195.238	5.756.889
Ações próprias	-	(40.677)	(1.594.275)	(1.634.952)
Reservas de justo valor	-	-	16.713	16.713
Outras reservas e resultados transitados	1.219.726	2.706.947	3.991.517	7.918.190
Resultado líquido do exercício	5.333.974	(2.516.566)	210.148	3.027.556
Total de Capital Próprio	85.198.271	149.704	4.819.341	90.167.316
Total de Passivo e Capital Próprio	306.965.302	(31.556)	(1.479.470)	305.454.276

Apresenta-se de seguida explicação dos principais ajustamentos decorrentes da adopção das NCA efectuados ao capital próprio e ao resultado líquido.

Reconciliação do capital próprio

		01/01/2005 Euros	31/12/2005 Euros
Capital Próprio - PCSB		86.519.699	85.198.271
Ajustamentos NCA			
Acções próprias	a)	(5.160.260)	(1.634.952)
Pensões de reforma de benefício definido	b)	-	6.195.238
Activos financeiro disponíveis para venda	c)	59.104	203.585
Activos financeiros detidos para negociação	d)	427.688	326.107
Instrumentos financeiros derivados	e)	(283.885)	(224.508)
Impostos diferidos	f)	584.994	103.575
Provisões		1.342.408	-
Capital Próprio - NCA		83.489.748	90.167.316

Reconciliação do resultado líquido

		2005 Euros
Resultado Líquido - PCSB		5.333.974
Ajustamentos NCA		
Acções próprias	a)	(1.943.737)
Activos financeiros detidos para venda	c)	(28.371)
Activos financeiros detidos para negociação	d)	81.393
Instrumentos financeiros derivados	e)	59.377
Impostos diferidos	f)	(475.080)
Resultado Líquido - NCA		3.027.556

a) Acções Próprias

De acordo com as NCA as acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

b) Pensões de Reforma de Benefício Definido

Conforme referido na Nota 2.9, em 8 de Abril de 2005 foi aprovado em Assembleia Geral, uma proposta do Conselho de Administração relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido para os membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse Plano bem como a definição específica dos seus termos.

Assim, em 29 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração do BiG aprovou a constituição do referido Plano, para os restantes colaboradores, concedendo-lhes a possibilidade de optarem por permanecer no Plano de Contribuição Definida ou transitarem para o Plano de Benefício Definido.

Com referência a 31 de Dezembro de 2005, foi efectuada uma avaliação actuarial, por entidade independente, a qual considerou a melhor estimativa do número esperado de empregados que transitaria para o Plano de Benefícios Definidos.

O Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, relativo a Benefícios de Pensões de Reforma, atribuía a esta entidade de supervisão, o poder discricionário de permitir regras contabilísticas alternativas em matéria de Pensões de Reforma. Nessa base, em 2005, o BiG obteve a autorização do Banco de Portugal para registar contra reservas, a responsabilidade actuarial com Benefícios definidos determinados com referência a 31 de Dezembro de 2005, a qual corresponde a custos com serviços passados dos contratos abrangidos pelo Plano.

Contudo, de acordo com a o parágrafo 96 do IAS 19 Benefícios a empregados, os custos com serviços passados decorrentes da introdução de um Plano devem ser diferidos e reconhecidos ao longo do período de serviços dos colaboradores abrangidos por esse Plano.

Assim, na transição para as NCA's, o BiG anulou a provisão constituída em 31 de Dezembro de 2005 por contrapartida de reservas, no montante de 6 195 238 euros e encontra-se a amortizar por contrapartida de resultados os custos com serviços passados, tal como referido na nota 12.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com os IFRS, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em acções não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os restantes títulos.

De acordo com o PCSB, os títulos disponíveis para venda eram registados pelo menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de mercado. As menos valias quando existentes eram integralmente provisionadas por contrapartida de resultados, não sendo as mais valias potenciais objecto de reconhecimento. Quando se verificavam aumentos de valor de títulos previamente provisionados, acções ou títulos de rendimento fixo, as provisões eram anuladas por contrapartida de resultados.

Com a adopção do IAS 39, em 1 de Janeiro de 2005, o efeito líquido do reconhecimento das mais e menos valias potenciais na carteira de títulos disponível para venda originou um aumento do capital próprio no montante de 59 104 euros.

d) Activos financeiros detidos para negociação

De acordo com o IAS 39 os activos financeiros detidos para negociação são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor, com variações reconhecidas em resultados. Até 31 de Dezembro de 2005 de acordo com o PCSB o BiG reconhecia estes títulos na sua carteira de títulos de investimento ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Na transição para as NCA's estes títulos foram reclassificados para a carteira de negociação por corresponderem à noção implícita no IAS 39.

Na transição, seguindo as regras de reconhecimento e mensuração, o BiG classificou estes títulos como activos financeiros detidos para negociação.

e) Instrumentos financeiros derivados

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor, incluindo os derivados de cobertura. De acordo com as regras do Banco de Portugal, os derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional, sendo apenas periodificado o respectivo juro corrido.

Adicionalmente, o IAS 39 define critérios mais rígidos de elegibilidade de instrumentos financeiros como de cobertura, o que implicou uma reclassificação de contratos anteriormente classificados como de cobertura para negociação.

A adopção pelo Banco do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, implicou uma diminuição do capital próprio no montante de 283 885 euros originado pela contabilização dos instrumentos financeiros derivados. Este valor inclui o montante de 182 973 euros relativo ao impacto da reclassificação de derivadas da carteira de cobertura para negociação.

f) Impostos diferidos

De acordo com o PCSB, impostos diferidos activos não eram reconhecidos. Com a adopção dos IFRS, o Banco passou a reconhecer os impostos diferidos activos (de acordo com o IAS 12), desde que seja provável que existam lucros tributáveis no futuro que venham a absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais).

Nota 36. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação do IFRS 2

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. O IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 o IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatário e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 o IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transações com Treasury shares e Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 o IFRIC 11 IFRS 2 – Transações com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares e alguns dos requisitos do IAS 32 Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.

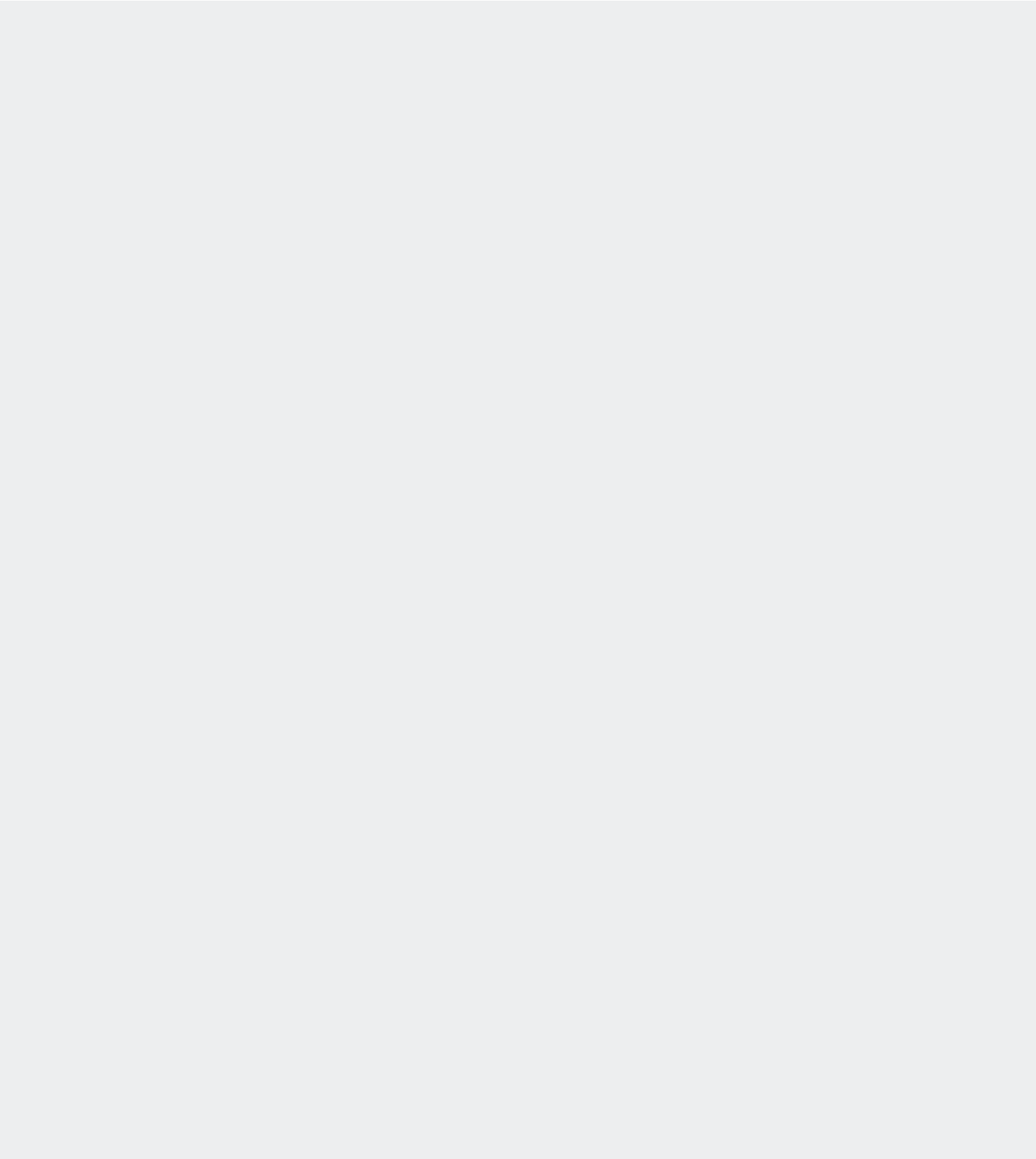
IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Banco encontra-se a avaliar o efeito da adopção desta norma, embora não tenha expectativa que a mesma tenha um impacto material nas suas Demonstrações Financeiras.



Órgãos sociais

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Diogo Batista Russo Pereira da Cunha

Fiscal Único

Efectivo

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

Contactos úteis

Serviços Online

Serviço de Apoio ao Cliente

www.BiGonline.pt

707 244 707

213 305 327/9

apoio@bancobig.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas
Particulares

Mário Bolota
Diogo Cunha

213 305 305
213 305 306

mbolota@bancobig.pt
dcunha@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Tesouraria/Taxas de Juro/Obrigações
Ações
Mercado Cambial
Opções/Produtos Estruturados

Ricardo Pinho (head)
João Vaz Velho
Fernando Quadros
Sérgio Magalhães

213 305 309
213 305 344
213 305 334
213 305 304

rpinho@bancobig.pt
jvazvelho@bancobig.pt
fquadros@bancobig.pt
smagalhaes@bancobig.pt

Clientes Institucionais e Empresas

Diogo Costa

213 305 384

dcosta@bancobig.pt

Clientes High Net Worth

Pedro Cardoso

213 305 553

pcardoso@bancobig.pt

Clientes Afluentes

Tiago Eusébio

213 305 392

teusebio@bancobig.pt

Clientes Norte

António Moreira

226 156 101

amoreira@bancobig.pt

Corretagem

Daniel Matos
Rodrigo Roque de Pinho

213 305 370
213 305 347

dmatos@bancobig.pt
rroquepinho@bancobig.pt

Gestão de Activos

Ricardo Silva

213 305 343

rsilva@bancobig.pt

Corporate Finance

Ana Rita Gil

213 305 318

agil@bancobig.pt

Research

Nuno Matias

213 305 393

nmatias@bancobig.pt

Crédito Especializado

Miguel Mira

213 305 513

mmira@bancobig.pt

Áreas de Suporte

Operações

Paulo Campos

213 305 333

pcampos@bancobig.pt

IT

Paulo Figueiredo

213 305 311

pfigueiredo@bancobig.pt

IT – Sistemas de BackOffice

Carla Rosa

213 305 322

croasa@bancobig.pt

IT Desenvolvimento

Vitor Luís

213 305 359

vluis@bancobig.pt

Contabilidade

Dora Moreira

213 305 518

dmoreira@bancobig.pt

Auditoria / Controlo

Francisco Passaradas

213 305 366

fpassaradas@bancobig.pt

Recursos Humanos

Paula Moreira

213 305 385

pmoreira@bancobig.pt

Marketing

Alexandre Martins

213 305 555

amartins@bancobig.pt

Crédito

Natacha Faria

213 305 369

nfaria@bancobig.pt

Sede

Praça Duque de Saldanha, 1 - 8.º

1050-094 Lisboa

213 305 300



BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL, S.A.

www.BiGonline.pt